

**Município da Marinha Grande**  
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia 22/04/2019.

Mandato de 2017/2021  
Ata nº 10

Aos vinte e dois dias do mês de abril de dois mil e dezanove, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência da Presidente, Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Carlos Alexandre de Carvalho Caetano;
- Lara Marques Lino;
- Mêlina Monteiro Mira Domingues;
- Célia Cristina Letra Faustino Guerra.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente abriu a reunião pelas 14:30 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

A Sr.<sup>a</sup> Vereadora **Ana Isabel de Jesus Alves Monteiro** comunicou em 22/04/2019, nos termos do disposto no artigo 78.º, em conjugação com o n.º 1 do artigo 79.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, atualizadas, que por motivos de índole pessoal não poderá participar nesta reunião, pelo que solicitou a justificação da sua falta e informou que em todas as suas funções enquanto Vereadora será substituída pela candidata imediatamente a seguir na lista do MpM – Movimento pela Marinha, Senhora **Mêlina Monteiro Mira Domingues**.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objeto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se mencione expressamente a causa do impedimento.



#### PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

1. **Sr.<sup>a</sup> Maria Fernanda da Silva Letra Pereira** – pretende reclamar sobre o atendimento telefónico do serviço de acção social.
2. **Sr. Carlos Domingues Franco** – pretende falar sobre as Festas da Cidade.
3. **Sr.<sup>a</sup> Elsa Maria Domingues Ruivo Machado** – pretende falar sobre a falta de rede de saneamento na Rua Mestre José da Silva Roque, em Picassinos.
4. **Sr.<sup>a</sup> Cristina Alexandra de Oliveira Carapinha** – pretende falar sobre a atribuição de subsídio para o concerto Cantar e Dizer Abril, promovido pelo Sport Operário Marinhense, e também sobre a marcação da data da reunião com todos os Vereadores, que o S.O.M. já solicitou anteriormente.

#### PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervenção dos membros do executivo

## **ORDEM DO DIA**

### **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**

#### **GABINETE DE APOIO AOS ÓRGÃOS DE GESTÃO**

1. Aprovação da ata n.º 8, da reunião ordinária do dia 25 de março de 2019

### **DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA**

#### **FINANÇAS E TESOUREARIA**

2. Resumo de Tesouraria do dia 15 de abril de 2019
3. Alteração à Conta 51 – Património, no âmbito da Prestação de Contas do ano de 2018
4. Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respetiva avaliação, relativo ao exercício económico de 2018
5. TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande, E.M., Unipessoal, S.A. Relatório de Gestão e Contas de 2018. Mandato Discriminado
6. Apresentação do Relatório de Gestão e Contas do Exercício de 2018 da Empresa Municipal TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande, E.M., Unipessoal, S.A.
7. Apresentação do Relatório de Gestão e Contas do Exercício de 2018 de Entidades Participadas pelo Município da Marinha Grande: ADCL – Águas do Centro Litoral, S.A., Valorlis, S.A., Lusitânia Gás, S.A., CENTIMFE, OPEN e COOPOVO, CRL.
8. Documentos de Prestação de Contas do Município da Marinha Grande relativos ao exercício económico de 2018
9. 6.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2019 – 2.ª Revisão
10. Protocolo para o enquadramento de pessoal destinado a integrar as Equipas de Intervenção Permanente na Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Vieira de Leiria – Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro
11. "Centro Escolar da Várzea - Requalificação e ampliação da atual Escola Básica e Jardim de Infância da Várzea" – Concurso Público n.º 02/2019 – Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro
12. "Reabilitação dos espaços públicos no Bairro Social de Casal de Malta" – Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro
13. Gabinete de Inserção Profissional – Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro

### **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**

#### **GABINETE DE APOIO AOS ÓRGÃOS DE GESTÃO**

14. Contrato Interadministrativo de Cooperação entre o Município da Marinha Grande e o Instituto dos Registos e do Notariado ao abrigo do artigo 22.º-a da lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na redação da lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, bem como do artigo 8.º do decreto-lei n.º 101/2018, de 29 de novembro.

**GABINETE MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL**

**15.** Aprovação de Protocolo para o enquadramento de pessoal destinado a integrar a Equipa de Intervenção Permanente em Vieira de Leiria

**DIVISÃO DE QUALIDADE DE VIDA**

**OBRAS MUNICIPAIS**

- 16.** Requalificação da cantina escolar da Embra - Concurso público n.º 22/2018 Adjudicação  
**17.** Empreitada de: Intervenções urgentes de regularização fluvial nas áreas afetadas pelos incêndios florestais ocorridos entre agosto e outubro de 2017 - Município da Marinha Grande - Concurso público n.º 23/2018 - Adjudicação  
**18.** Rede de Saneamento de Águas Residuais Domésticas de Picassinós, Pedrulheira e Tojeira- Fase 2- Concurso público n.º 15/2019. Deliberação Inicial  
**19.** Rede de Saneamento de Águas Residuais Domésticas de Picassinós, Pedrulheira e Tojeira- Fase 3- Concurso público n.º 16/2019. Deliberação Inicial  
**20.** Rede de Saneamento de Águas Residuais Domésticas da Amieira e Charneca da Amieira- Fase 1- Concurso público n.º 12/2019. Deliberação Inicial  
**21.** Rede de Saneamento de Águas Residuais Domésticas da Amieira e Charneca da Amieira- Fase 2 - Concurso público n.º 13/2019. Deliberação Inicial  
**22.** Requalificação da Rua Aníbal Bettencourt em São Pedro de Moel - Concurso público n.º 08/2019 - Adjudicação

**DIVISÃO DE MODERNIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO**

**BALCÃO DE ATENDIMENTO AO MUNICÍPIO**

**23.** Isenção do pagamento de taxas

**DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO**

**GESTÃO URBANÍSTICA**

- 24.** Req.º nº 317/19, datado de 12/02/2019 - Proc.º n.º 53/19, datado de 12/02/2019 - Ricardo Miguel Pina Sousa e Marta Isabel Silva Gomes  
**25.** Req.º nº 332/19, datado de 14/02/2019 - Proc.º n.º 57/19, datado de 14/02/2019 - Marlene da Conceição Ribeiro dos Santos Azinheiro  
**26.** Req.º nº 305/19, datado de 11/02/2019 - Proc.º n.º 52/19, datado de 11/02/2019 - Pedro Ricardo Grácio de Sousa e Nuno Miguel Grácio de Sousa  
**27.** Req.º nº 24/19, datado de 08/01/2019 - Proc.º n.º 4/19, datado de 08/01/2019 - Manuel Mendes de Abreu e Lina Maria Franco Neto  
**28.** Req.º nº 1968/18, datado de 30/10/2018 - Proc.º n.º 108/18, datado de 26/03/2018 - João Miguel Moreira Jorge  
**29.** Req.º nº 496/19 datado de 14/03/2019 - Proc.º n.º 484/17, datado de 30/10/2017 - Lourenço Jorge Serrana Farto  
**30.** Req.º nº 631/19, datado de 05/04/2019 - Proc.º n.º 526/16, datado de 28/12/2016 - António Quintino de Sousa - Cabeça de Casal da Herança  
**31.** Req.º nº 573/19, datado de 27/03/2019 - Proc.º n.º 505/17, datado de 13/11/2017 - Raúl Pedrosa Armindo e Hermínia da Conceição Ribeiro Pedrosa  
**32.** Req.º nº 172/19, datado de 28/01/2019 - Proc.º n.º 63/2018, datado de 22/01/2018 - José Carreira Sousa  
**33.** Req.º nº 1823/18, datado de 09/10/2018 - Proc.º n.º 429/18, datado de 09/10/2018 - Mário Rolo Rodrigues

34. Req.º nº 2159/18, datado de 30/11/2018 - Proc.º nº 514/18, datado de 30/11/2018 - Rui Filipe Rosa Barroquinho da Silva
35. Req.º nº 120/19, datado de 22/01/2019 - Proc.º nº 477/17, datado de 25/10/2017 - Frederico Manuel Gomes Barosa
36. Req.º nº 594/19, datado de 01/04/2019 - Proc.º nº 813/05, datado de 21/11/2015 - Gracinda Ferreira Mateus
37. Req.º nº 575/19, datado de 27/03/2019 - Proc.º nº 292/18, datado de 19/07/2018 - Ângelo Augusto Madeira Gaspar
38. Req.º nº 349/19, datado de 19/02/2019 - Proc.º nº 163/2019, datado de 19/02/2019 - Rosa Maria Rodrigues Neves
39. E/1710/2019 - Pedido de ocupação de espaço público com abertura de vala para execução ramais domiciliários de gás natural - Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A.
40. E/2900/2019 - Pedido de ocupação de espaço público com abertura de vala para execução ramais domiciliários de gás natural - Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A.
41. E/3502/2019 - Pedido de ocupação de espaço público com abertura de vala para execução de baixada elétrica - ACR - António Cristiano Rosário, Lda.

## **DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DA CIDADANIA**

### **INTERVENÇÃO CULTURAL**

42. Admissão de candidaturas para atribuição de apoio ou benefícios a entidades de natureza cultural
43. Proposta de atribuição de apoio a entidades de natureza cultural em 2019 – área cultural - Sport Operário Marinhense - Mostra à solta por Portugal- Festival de animação
44. Proposta de atribuição de apoio a entidades de natureza cultural em 2019 – área cultural - Sociedade Desportiva e Recreativa Pilado e Escoura – IV Festival O Carvoeiro
45. Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental da Marinha Grande - Pedido de cedência da Casa da Cultura Teatro Stephens para realização da Festa de Natal da APPACDM
46. Proposta de fixação de preços de bilhetes para espetáculos a decorrer em 2019 na Casa da Cultura Teatro Stephens
47. Doação pelo Município de Fontenay-sous-Bois para aquisição e plantação de pinheiros no Pinhal de Leiria

### **TURISMO**

48. Festas da Cidade 2019 – Patrocínio cervejeiras

### **ATIVIDADE FÍSICA**

49. Admissão de candidaturas para atribuição de apoio ou benefícios a entidades de natureza desportiva 2019
50. Proposta de atribuição de apoio a entidades de natureza desportiva em 2019 – Sociedade de Instrução e Recreio 1º Maio – “Festand 2019”

### **PROMOÇÃO SOCIAL, SAÚDE E VOLUNTARIADO**

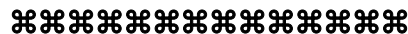
51. Atualização bienal do valor da renda, sob o regime de arrendamento apoiado, da inquilina residente na Rua António Lopes, nº 78, Camarnal - Marinha Grande.
52. Admissão e exclusão de candidaturas para atribuição de apoio ou benefícios a entidades de natureza social I.
53. Admissão e exclusão de candidaturas para atribuição de apoio ou benefícios a entidades de natureza social II.

## **DIVISÃO JURÍDICA E DE APOIO**

### **APOIO JURÍDICO**

**54.** Concurso Público de Cedência nº1/2019 - Cedência de dois espaços do município para a exibição cinematográfica – Teatro Stephens e no Cine-Teatro Ator Álvaro - Deliberação Inicial

**55.** Contrato de Concessão de Exploração do café Bambi, em São Pedro de Moel - Aprovação da Minuta de contrato



## **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

**1. Sr.<sup>a</sup> Maria Fernanda da Silva Letra Pereira** – inscreveu-se para reclamar sobre o atendimento telefónico do serviço de acção social.

**Apesar de inscrita, a munícipe não compareceu.**

**2. Sr. Carlos Domingues Franco** – depois de cumprimentar todos os presentes, disse que ia falar sobre as Festas da Cidade e a candidatura da Associação da Comeira, de que é Presidente. Referiu que não queriam abrir o stand no dia 30 de maio porque querem festejar o feriado municipal, e por isso, e de acordo com as regras das festas aprovadas na reunião do dia 12/03/2019, foram excluídos. E são ainda mais penalizados porque este facto tem consequências futuras, ou seja, passarão para o final da lista no próximo ano. Entende que abrir as festas no dia do feriado municipal põe em causa as tradições do concelho e das famílias marinhenses.

Terminou referindo que continuam sem ter resposta sobre a candidatura da coletividade para infraestruturas.

**3. Sr.<sup>a</sup> Elsa Maria Domingues Ruivo Machado** – referiu que reside no n.º 3 da Rua Mestre José da Silva Roque, em Picassinós, e que hoje aqui também representa os moradores no n.º 2, 4, 6 e 8 da mesma rua.

O que questionam:

- porque não há saneamento em parte desta rua, cerca de 50 metros, e que afeta os n.ºs 2, 3, 4, 6 e 8?
- há munícipes de primeira e de segunda?
- continua a haver descargas para a via pública;
- no tempo do Presidente Barros Duarte já tinham pedido a construção de um coletor para a Estrada da Maceira;
- o Sr. Vereador Caetano enviou-lhe um e-mail a dizer que ia pôr este assunto nas prioridades, e depois, em entrevista ao RCM, disse que ia ser feito o saneamento em Picassinós, mas nada sobre esta situação;
- há uma total incapacidade dos serviços em darem resposta urgente aos pedidos de despejo de fossas;
- na última reunião de Câmara o Sr. Vereador disse que se ia dar prioridade aos grandes projetos, ficando esta rua de fora porque só tem 5 moradores.

**4. Sr.ª Cristina Alexandra de Oliveira Carapinha** – referiu que pretende falar sobre dois assuntos:

1. Atribuição de subsídio para o concerto Cantar e Dizer Abril, promovido pelo Sport Operário Marinhense – apresentaram uma candidatura para este evento em setembro de 2018. Foi-lhes proposto incluir este concerto na programação do 25 de Abril. Na última reunião foi aprovado o apoio no mesmo valor, 250€, que na altura o S.O.M. reclamou. Pensavam fazer o concerto com entrada livre, mas com este apoio é impossível fazê-lo.
2. Marcação da data da reunião com todos os Vereadores, que o S.O.M. já solicitou anteriormente em 29/11/2018, março/2019 e 07/04/2019. Hoje reiteram o pedido para reunir com a Sr.ª Presidente e a Sr.ª Vereadora.

Terminadas as intervenções, a **Sr.ª Presidente** deu a palavra à **Sr.ª Vereadora Célia Guerra**, que respondeu o seguinte:

- Sr. Carlos Franco – as regras foram definidas, aprovadas e apresentadas e discutidas com as coletividades, e ninguém se opôs à realização das festas com mais dias, dado que já era um pedido antigo, para alargar o período. Só a coletividade da Comeira levantou a questão e foi-lhes dito que não.  
Também foi levantada a questão de abrir na sexta-feira às 12:00 horas, e todos concordaram que poderá haver uma flexibilidade no horário de abertura.  
O limite de tasquinhas é 34, e por questões de segurança não poderão ser mais. Não há má vontade, tudo foi conversado, e todos concordaram com a abertura na quinta-feira da Ascensão, às 17:00 horas, à exceção do Sr. Carlos Franco, e não estando disponível para tal, a Associação teve que ser excluída.

Seguidamente a **Sr.ª Presidente** deu a palavra ao **Sr. Vereador Carlos Caetano**, que respondeu o seguinte:

- Sr.ª Elsa Machado – referiu que não se pronuncia sobre os comentários de cariz político e que se vai cingir à questão do saneamento, considerando a situação desta rua estranha, uma vez que só há 5 casas sem saneamento. No concelho as zonas não servidas por saneamento são ainda muitas. Foi lançado o projeto para aquela zona de Picassinos na última reunião, e hoje vem aqui à reunião o resto de Picassinos e também o que falta da zona da Amieira. Perante este cenário, em que há grandes zonas sem saneamento, foi, por opção, despachar os grandes projetos, e depois ir aos casos pontuais, como é o caso mencionado pela D. Elsa. A seguir, dos grandes projetos, serão as Trutas, a Rua das Chedas, na Vieira, e depois a Estrada Garcia/Pilado. Depois virão os casos pontuais, cujo projeto englobará a Rua Mestre José da Silva Roque, Rua dos Pimentas, Rua dos Amieiros, na Comeira, e Rua do Açude, na Albergaria. É um projeto único, que ainda estará pronto este ano, sendo possível ainda iniciar a obra este ano. Bem ou mal, a prioridade que se estabeleceu foi esta que referiu. Espera, durante este mandato, resolver todas as situações de saneamento que se encontram pendentes.

Para responder à próxima munícipe, a **Sr.ª Presidente** deu novamente a palavra à **Sr.ª Vereadora Célia Guerra**, que referiu o seguinte:

- Sr.<sup>a</sup> Cristina Carapinha – o valor atribuído é igual ao do ano anterior porque é o que está em orçamento para este tipo de projeto. A Sr.<sup>a</sup> Vereadora referiu que o executivo respeita o trabalho desenvolvido pelo S.O.M., e prova disso é o apoio que tem sido atribuído às candidaturas da coletividade.  
Sobre a reunião pedida tem a dizer que reuniu com a direção do S.O.M. no dia 15/03/2019, e no dia 18/03/2019 chegou um novo pedido de reunião com todos os Vereadores.  
No dia 15/03/2019 enviou as questões colocadas sobre o ensino articulado para o Gabinete Jurídico, pediu um parecer, que já tem e que deu a conhecer aos Srs. Vereadores. Neste momento não tem novidades para dar ao S.O.M., pois entende que já deu as respostas que tinha.



#### **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** deu a palavra aos Srs. Vereadores que pediram para intervir.

A Sr.<sup>a</sup> Vereadora **Mêlina Mira** cumprimentou todos os presentes e tendo em conta que enviou a sua intervenção, passa-se a reproduzir o conteúdo da mesma:

“1) *Marinha Grande:*

*Quem vem de Vieira de Leiria e entra na Marinha Grande pelo lado das casas das matas, por aquela estrada que vai dar à rua Natália Correia, circula numa estrada com acentuadas lombas provocadas por raízes de árvores, o que obriga os condutores a circular em contramão para se desviarem das mesmas. Esta estrada é de utilização frequente e diária, quero propor que o município faça intervenção no pavimento de modo a regularizar aquela situação, evitando estes constrangimentos, lembro que é a única solução para quem não pretende entrar pelo centro da Marinha Grande.*

2) *S. Pedro Moel:*

*- Parabenizar o evento “Páscoa em Movimento”, organizado pela Protur, que de 16 a 21 Abril dinamizou a praia da S. Pedro com muitas atividades para as crianças, acabando em grande com um momento musical a piano, com os ilustres André Barros e Tiago Ferreira.*

*- Ponto situação sobre a reunião que estava para ser agendada com APA e Sr Ministro, para abordar a questão da acentuada falta de areia na Praia de S. Pedro.*

3) *Praia da Vieira*

*- Foi decidido nesta mesa, por unanimidade, que para este ano os concessionários da Praia da Vieira seriam isentos de pagamento de qualquer taxa, no seguimento da tempestade Leslie. Foi-me relatado por alguns concessionários que fizeram 2 requerimentos à Câmara no sentido de obterem a isenção que ficou acordada, pois já pagaram todas as taxas para avançarem com as obras de reconstrução, no entanto ainda não foram ressarcidos do valor já pago. O que pretendo saber com alguma urgência o que se passa com este assunto?*



- As instalações da Polícia Marítima foram afetadas pelo Leslie. O que é que a Câmara está a pensar fazer daquelas instalações, que estão completamente degradadas e próximas inclusive de uma grande unidade hoteleira.  
- Tinha aqui nota que dizia que a requalificação da Lota estava prevista para 15 de Abril. Considerando que hoje são 22 de Abril pretendo saber ponto situação.

4) *Vieira de Leiria:*

*Pretendo saber porque as colunas de iluminação na zona industrial de Vieira de Leiria continuam tombadas no chão, e outras com falta manutenção. Afinal o que está contemplado nestes contratos de manutenção de energia? Não contempla substituição de colunas de iluminação?*

5) *Todo Município:*

*Questionar se não estão previstas manutenções da rede de ciclovias no Município? Refiro-me às ciclovias de S. Pedro – Marinha Grande e S. Pedro -Vieira de Leiria, por exemplo.”*

**A Sr.<sup>a</sup> Vereadora Lara Lino cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:**

- Sobre a intervenção do Sr. Carlos Franco, da Comeira, disse que ficou incomodada na altura da aprovação das regras, e perguntou se as coletividades tinham sido ouvidas, porque já na altura disseram que não concordavam com a abertura na quinta-feira da Ascensão. Foram de facto aprovadas as regras na reunião, mas também é verdade que foram feitas estas ressalvas, porque devem ser preservadas as tradições marinhenses e também porque só é feriado aqui na Marinha, nos concelhos à volta não é.
- Apoio ao SOM – já tinha referido que o valor era reduzido e as entradas devem ser gratuitas.
- Em relação ao saneamento, referiu que é um assunto que a CDU tem defendido, compreende que se dê prioridade aos grandes projetos, que englobam mais pessoas, mas deve ser estendida a cobertura a todo o concelho.
- Perguntas:
  - ⇒ Patamar único nas esplanadas de S. Pedro, que ainda não foi feito. Como está o processo?
  - ⇒ O que aconteceu na Estrada de S. Pedro na sexta-feira?
  - ⇒ Colocação do novo brinquedo em S. Pedro. Foi informada que foi colocado na sexta-feira.
  - ⇒ Para a Sr.<sup>a</sup> Vereadora Célia – questionou na última reunião o assunto do “Portugal Lés-a-Lés”, pelo que pretende saber o que foi respondido e se a Câmara vai apoiar.  
Houve 49,7% de execução orçamental na parte do investimento de capital e também sobrou na parte das despesas correntes. Como não se esgotou a verba em orçamento parece-lhe que se poderá atribuir apoio às coletividades.

**O Sr. Vereador Aurélio Ferreira cumprimentou todos os presentes na sala e os que estão em casa, e, sobre as intervenções dos munícipes, fez alguns comentários, entre os quais:**

*“- Sobre a munícipe Sr. Carlos Franco, foi dito pela vereadora Célia que tinha sido decidido a quinta-feira de Ascensão por acordo de TODAS as coletividades. Parece que não foi assim. A Sra. vereadora não nos disse a verdade.*

- A munícipe Sra. Elsa Machado vem há mais de um ano a falar deste assunto, tendo o vereador Caetano então dito que tinha ido ao local e era prioritário. Passou um ano e a munícipe fala em discriminação e que os políticos são todos iguais – entendendo a afirmação, mas lamento por não me identificar. Proponho que este término do saneamento da Rua se “encoste” à adjudicação da Fase 1 de Picassinos.

- A munícipe Sra. Cristina Carapinha, presidente do SOM, vem no seguimento do envio de mails dizer que o evento Cantar Abril no ano passado recebeu um valor inferior ao ano anterior, ao que a vereadora Célia disse então que “foi lapso”. Para o mesmo evento, este ano, a vereadora Célia atribui o mesmo valor do ano passado, será que voltou a ser um lapso? Lamento ainda que a munícipe/SOM tenha pedido uma reunião e que a vereadora Célia não tenha agendado.”

**Tendo em conta que o Sr. Vereador enviou a sua intervenção, passa-se a reproduzir o conteúdo da mesma:**

#### **“1. FELICITAÇÕES**

- a) *Felicitar o ACM por conquistarem o campeonato distrital de futebol e subirem ao Campeonato Nacional, de onde nunca deviam ter saído. Estão de parabéns todos os dirigentes, treinadores, atletas e sócios e simpatizantes*
- b) *Felicitar o compositor marinhense André Barros pela nomeação para a próxima edição dos The Independent Music Awards, em duas categorias: Música usada em campanha publicitária e Música usada em produção cinematográfica,*
- c) *Como tenho vindo a fazer todos os anos, gostaria de felicitar as empresas marinhenses a quem foi atribuído o galardão PME Excelência – das 176 empresas de Leiria, 30 empresas são da Marinha (registo um crescimento em relação ao ano passado – 23). As empresas estão em atividades diferentes, desde a indústria, a construção, engenharia, comércio, serviços, o que releva que a atividade económica da Marinha Grande é hoje muito além da indústria. As empresas:  
ACOGI, AES, Alexandre & Maia, Bollinghaus, Bru y Rubyo, Carfi, Cozinhas Micra, E&T, Gecim, Graphite, Hidromarinha, Hlink, Imoplastic, Inova Tools, JL Santos, J&E Canalizações, Mega Menu Gestão de Restaurantes, MGWax, Pcts, Plasdan, Plastimago, Plimat, Printglass, SD Moldes, Sevlaires Plásticos, Tecnifreza, Tecnimoplas, Tomé Feteira, Veramolde e Vidrexpert;*

#### **2. ASSUNTOS DIVERSOS**

##### **2.1 Esterilização de animais - saiu o Despacho n.º 2301/2019 de 22 fevereiro 2019**

*É uma oportunidade única de esterilizar a maior parte dos animais do nosso concelho, e não apenas no CRO, mas nos animais errantes, abandonados e também os que estão à guarda das Associações de animais: APAMG, Casa Esperanza, Abrigo dos Bigodes*

*O apoio financeiro consiste na atribuição de quantias fixas, por cada esterilização: Gato macho — 15 €; Cão macho — 30 €; Gata — 35 €; Cadela — 55 €*

*O limite máximo do apoio financeiro por beneficiário é o seguinte: 15 000 € por município; 30 000 € por entidade gestora de CRO intermunicipal.*

*O que está a fazer o executivo permanente?*

## 2.2 Central de compras da CIMRL

*A autarquia da Marinha Grande aderiu à central de compras da CIMRL já neste mandato, após a minha intervenção numa reunião de camara propondo a adesão, dadas as vantagens inerentes.*

*Em 2018, esta central de compras adjudicou cerca de 3,7M€, prevendo uma estimativa de poupança às entidades aderentes de quase 300m€, ou seja, praticamente 8%.*

*Dos 10 municípios pertencentes à CIMRL, houve apenas um, que durante 2018 não utilizou a central de compras: o município da Marinha Grande.*

*Qual a razão por que não usamos a central de compras da CIMRL, sabendo que temos benefícios financeiros, poupando dinheiro aos municípios?*

## 2.3 Volto a questionar sobre o PDM que está em revisão desde 2013.

*Em que situação estamos? O atraso depende de quem? do gabinete contratado? da CMMG?*

*Não têm reunido com a comissão de acompanhamento, porquê?*

*É incompreensível este atraso, se não há recursos técnicos suficientes na CM, o que está ser feito para colmatar esta dificuldade?*

*Praticamente todos os municípios em nosso redor entraram na era digital, aqui a justificação é porque estamos dependentes da revisão do PDM?*

*O que se passa afinal?*

## 2.4 Está claro que a Sra. Presidente e os Srs. vereadores em exercício não querem responder aos municípios nem aos vereadores. Preferem que façamos queixa às entidades competentes?

*Apenas dois exemplos da última reunião:*

*- ficou a questão dos apoios e a publicação no site, tal como foi deliberado neste executivo;*

*- a lista das obras na Resinagem, da responsabilidade da construtora e da Câmara.*

*Apesar de terem assumido que iria ser feito nada se concretizou, e só posso entender que seja por uma de duas razões:*

*a) Ou a Sra. presidente e os vereadores Caetano e Célia dão indicações para que se faça e ninguém lhes liga nenhuma;*

*b) Ou então têm alguma coisa a esconder aos munícipes e por isso não querem que se saiba.*

*Qualquer das razões é grave porque não permite aos cidadãos e a nós que fomos eleitos ter conhecimento do que se passa nesta casa*

## 2.5 Ao abrigo do Estatuto do Direito de Oposição a Sra. Presidente tinha até Março para apresentar os relatórios de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias constantes da lei.

*Gostaria de requerer para a ata um requerimento para que me seja enviada uma cópia do relatório deste ano, bem como o de 2018."*

## A Sr.<sup>a</sup> Vereadora Alexandra Dengucho cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:

- Sr. Carlos Franco – falou de “flexibilidade e bom senso” que foi o que não houve nesta situação. Lembrou que já na altura se insurgiu contra estas regras, feitas muito em cima da hora. Entende que foi uma forma arrogante de impor obrigações às coletividades. Estas regras são ilegais, porque deveria ser um regulamento, com consulta pública, e aí as coletividades seriam ouvidas.

O executivo permanente agarrou-se a estas regras para excluir uma coletividade, com um argumento sem nexos. Não houve flexibilidade nem bom senso. Deveriam poder participar, embora sem cumprirem. Por outro lado, também não se pode compreender que não se dê uma resposta a uma coletividade há 10 meses. Parece-lhe que isto é uma perseguição e uma vergonha para o Município.

- D. Elsa – a Sr.<sup>a</sup> Vereadora esclareceu que a CDU só aqui esteve 4 anos nestes últimos 20 anos, e referiu que a Câmara tem muito dinheiro e devia resolver já estas pequenas situações. Por isso, entende que este assunto deve ser hoje discutido e introduzida a verba.
- S.O.M. – na sua opinião a Sr.<sup>a</sup> Vereadora Célia não esclareceu nada. A Sr.<sup>a</sup> Vereadora disse que foi um lapso, dando a ideia de que se ia corrigir este ano, mas não. A Sr.<sup>a</sup> Vereadora Lara disse que do valor para apoio às coletividades sobraram 128 mil euros, por isso a Câmara pode muito bem dar ao S.O.M. os 550€ pedidos. Lamentou ainda que o espetáculo não possa ser de entrada gratuita. Outro assunto é a reunião. A Vereadora mesmo agora disse que podia agendar uma reunião, que é aquilo que a coletividade está a pedir, com todo o executivo, permanente e sem pelouros, desde março. Então que marque, porque é isso que todos querem, para resolver os problemas desta coletividade e até de outras. É até ridículo que os Presidentes das coletividades tenham que vir aqui pedir apoio e uma reunião. Está na altura de pôr um ponto final no assunto.
- Parabéns à “Páscoa em movimento” e à PROTUR. A Sr.<sup>a</sup> Vereadora Lara Lino subscreveu esta felicitação, e as duas subscreveram também as felicitações do Sr. Vereador Aurélio.
- Cães em S. Pedro – perguntou ao Sr. Vereador como está a situação.
- Café da Praia – vai abrir, está concessionado?
- Qual o ponto de situação do parque infantil?
- Ponto de situação das areias e dos fios em S. Pedro.
- Respostas às questões colocadas na reunião com os moradores de S. Pedro.
- Quais as atividades previstas para as duas praias do concelho?
- Está a ser preparado o processo com vista à isenção do pagamento de água pelos concessionários da Praia da Vieira?
- O que se prevê para a época cultural em S. Pedro e na Praia da Vieira?

**A Sr.<sup>a</sup> Presidente deu a palavra ao Sr. Vereador Carlos Caetano, que respondeu o seguinte:**

- A Sr.<sup>a</sup> Vereadora Mêlina falou sobre a estrada degradada. Entende que deve ser reparada, mas é do ICNF e terá de ser negociada com eles. A **Sr.<sup>a</sup> Presidente** falou sobre esta situação, que é da responsabilidade do ICNF, e da estrada de S. Pedro, que é das Infraestruturas de Portugal, e informou que a Câmara fez o levantamento da situação das estradas da mata que poderão ser arranjadas e que são do ICNF.
- Requalificação da Lota – o Sr. Vereador Caetano referiu que não disse que a obra se iniciava a 15 de abril, mas sim que o projeto estaria pronto a 15 de abril. A obra vai ser lançada amanhã.
- Disse que vai ver a questão da iluminação e pressionar a EDP.
- Ciclovias – a Sr.<sup>a</sup> Presidente já informou, e há as que estão na parte urbana e as que estão fora (S. Pedro/Marinha Grande), fruto das roturas que têm ocorrido na adutora. Na sexta-feira voltou a haver uma rotura, não houve perturbação no abastecimento de água a S. Pedro, apesar de ter sido uma área grande.

É por isto que a ciclovía está como está, mas só se resolverá quando se fizer a obra da adutora. Está a ser feito o projeto e foi pedida urgência, para se avançar rapidamente com a obra.

- As obras das esplanadas estão incluídas nos pequenos projetos, e espera que ainda se consiga fazer a obra para esta época balnear. O arquiteto fez o projeto do mercado de S. Pedro, acabou o da lota e depois irá fazer este.
- Esterilização dos animais – o CRO – Centro de Recolha Oficial, e a Veterinária estão a trabalhar neste sentido. Apesar de o valor não ser nenhuma fortuna é bom e a Câmara está a trabalhar para aproveitar essa verba. Ainda não tem o parecer da Veterinária, mas concorda em que as associações animais devem também ser envolvidas.
- PDM – os trabalhos continuam a decorrer, a maior parte está do lado da empresa, que fez um reforço dos seus meios para poder recuperar os atrasos, e espera que se cumpra com o prazo definido: verão de 2020.

Seguiu-se uma troca de impressões entre o **Sr. Vereador Carlos Caetano** e o **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** sobre a Comissão de Acompanhamento do PDM, que o Vereador Aurélio diz que é da Assembleia Municipal e o Vereador Caetano diz que é da CCDR.

- Lista das obras do edifício da Resinagem – o Sr. Vereador Caetano referiu que o Sr. Vereador Aurélio deveria ter dito que pediu dois documentos (da Valorlis e da Resinagem) e que recebeu um deles (Valorlis). Tinha-lhe ficado bem dizê-lo.  
O **Sr. Vereador Aurélio** questionou quando vai enviar o outro.  
O **Sr. Vereador Caetano** informou que enviará quando estiver pronto.
- Rua Mestre José da Silva Roque – foi referido que o Vereador não tinha dito nada nem tinha telefonado, mas no dia 14/04/2018 telefonou à Sr.<sup>a</sup> e também esteve na rua, tem aqui fotos que poderá mostrar e que comprovam o que diz, porque não gosta que lhe chamem mentiroso.  
Informou ainda a Sr.<sup>a</sup> Vereadora Alexandra que não é preciso fazer reforço no saneamento porque o valor que lá está dá para esta obra da Rua Mestre José da Silva Roque.
- Café da Praia – a Sr.<sup>a</sup> Presidente dará informações.
- Cães em S. Pedro – confessou que continua sem os ver, mas tem visto os vídeos. Tem que se retomar o assunto.
- Novo parque infantil em S. Pedro – está a ser tratado e a Sr.<sup>a</sup> Vereadora está a acompanhar.
- Passadiços – a Sr.<sup>a</sup> Presidente informará.
- Fios da MEO – comprometeram-se a fazer o enterramento.
- Marginal na Vieira – antes do verão não vai haver obras, só limpezas. As obras só se farão depois do verão.

**A Sr.<sup>a</sup> Vereadora Célia Guerra usou da palavra e referiu o seguinte:**

- Também não gosta de ser chamada de mentirosa. Aqui na reunião de 12 de março disse que as coletividades sempre pediram mais dias de festas. Houve diálogo, reuniões de balanço, e sempre foi pedido mais dias. A coletividade da Comeira, na reunião de 21 de março (depois da reunião de aprovação das regras), foi a única que se opôs, por causa do feriado da quinta-feira da Ascensão, e disse que assim nem se candidatava.

Seguiu-se uma troca de palavras entre todos os Srs. Vereadores.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente pediu mais contenção e deu novamente a palavra à **Sr.<sup>a</sup> Vereadora Célia Guerra**, que prosseguiu referindo o seguinte:

- Apoios – estão publicados no site todos os contratos, o mapa também está feito e já pediu para ser disponibilizado, mas é difícil divulgar todos os pedidos de cedência de palcos e instalações, porque são diários.

Seguiu-se nova troca de palavras entre todos os Srs. Vereadores.

- Lés a Lés – a **Sr.<sup>a</sup> Vereadora Alexandra** disse que quer tudo.  
A **Sr.<sup>a</sup> Vereadora Célia** disse que lhe vai enviar tudo.
- Época balnear – a Sr.<sup>a</sup> Vereadora informou que está a ser programada, para a Praia da Vieira e para S. Pedro, em colaboração com as associações locais. Também vão ser introduzidos espetáculos da CIMRL. Logo que tiver mais informações trará à reunião.
- Marcação da reunião com o S.O.M. – a **Sr.<sup>a</sup> Vereadora Alexandra** insistiu no pedido da coletividade, que quer uma reunião com todos os membros do executivo, e perguntou se a Sr.<sup>a</sup> Vereadora vai ou não marcá-la.  
A **Sr.<sup>a</sup> Vereadora Célia** disse que sim, vai marcar a reunião com todos, e informou que em relação à aprovação do contrato ainda não tem resposta para lhe dar.

**A Sr.<sup>a</sup> Presidente respondeu o seguinte:**

- Areias – amanhã vai ter uma reunião com a APA e depois dará as informações que trazer.
- Instalações da Polícia Marítima – são da responsabilidade desta entidade, mas já falou com a Capitania da Nazaré e disseram-lhe que iriam fazer as obras brevemente, de modo a suprir as dificuldades para esta época balnear, e depois do verão farão uma intervenção mais profunda.
- Candeeiros caídos na Zona Industrial da Vieira – vai reportar à EDP, porque o assunto é da sua competência.
- Central de compras – sobre a questão colocada pelo Sr. Vereador Aurélio Ferreira, referiu que vai pedir aos serviços para fazerem as respostas por escrito.
- Saneamento – os projetos estão feitos, e ao falar-se hoje que se vai encaixar nestes projetos esta ou aquela intervenção é claro que isso não é possível. E o Sr. Vereador já deu a informação sobre a priorização dos projetos nesta área.
- Café da Praia – na reunião de amanhã, com a APA, espera ter mais informações.
- Passadiços – o projeto está a ser completado, para a seguir se lançar o concurso para a sua recuperação.
- O projeto do brinquedo do Bambi também foi concluído e agora, com a inclusão da verba, já se pode lançar o concurso.
- Época cultural na época balnear – a Sr.<sup>a</sup> Vereadora Célia já falou que se está a trabalhar na programação.
- A **Sr.<sup>a</sup> Vereadora Mêlina** pediu que seja atendida a sua proposta para aumentar o valor a atribuir ao S.O.M.  
A **Sr.<sup>a</sup> Presidente** respondeu que a Sr.<sup>a</sup> Vereadora sabe que os apoios têm que ser cabimentados e por isso essa proposta só poderá vir à próxima reunião.

- Taxas – a **Sr.ª Presidente** disse que tem que ir verificar, e por esse motivo terá que dar as respostas por escrito, uma vez que não dispõe aqui destes dados.
- O **Sr. Vereador Aurélio** perguntou se vai enviar o Relatório de Avaliação.  
A **Sr.ª Presidente** disse que sim, e que já lhe tinha dito que as restantes respostas iriam ser dadas por escrito.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

A **Sr.ª Presidente** deu por terminado o período de antes da ordem do dia, interrompendo de seguida a reunião, para um breve intervalo, das 16:20 horas às 16:45 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

### ORDEM DO DIA

#### PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

##### GABINETE DE APOIO AOS ÓRGÃOS DE GESTÃO

#### **1. Aprovação da ata n.º 8, da reunião ordinária do dia 25 de março de 2019**

284 - Presente a ata n.º 8, da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 25 de março de 2019, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

**A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

#### DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

##### FINANÇAS E TESOURARIA

#### **2. Resumo de Tesouraria do dia 15 de abril de 2019**

Presente o resumo da Tesouraria Municipal referente ao dia quinze de abril de dois mil e dezanove, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**:

**13.795.231,24€** (treze milhões, setecentos e noventa e cinco mil, duzentos e trinta e um euros e vinte e quatro cêntimos).

**A Câmara tomou conhecimento.**

### **3. Alteração à Conta 51 – Património, no âmbito da Prestação de Contas do ano de 2018**

285 - Presente informação da Área de Património nº I/704/2019 de 03/04/2019, propondo a alteração à conta 51-Património no âmbito da prestação de contas do ano 2018.

**A Câmara Municipal após a análise da presente proposta e concordando com os fundamentos expostos na mesma, em cumprimento do disposto na alínea i), do nº 1, do artigo 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, delibera aprovar a proposta de alteração à conta 51 – Património, com efeitos reportados a 31/12/2018, no âmbito da prestação de contas do ano 2018, bem como submetê-la à apreciação da Assembleia Municipal, conforme previsto na alínea I), do nº 2, do artigo 25º do mesmo diploma legal.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

### **4. Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respetiva avaliação, relativo ao exercício económico de 2018**

286 - Presente o Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação relativo ao exercício económico de 2018.

**A Câmara Municipal, após a análise dos documentos e no cumprimento do disposto na alínea i), do nº 1, do artigo 33.º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibera aprovar o Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, relativo ao exercício económico do ano de 2018, constituído por 2434 páginas, e submetê-lo à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea I) do nº 2 do artigo 25.º do mesmo diploma legal.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

### **5. TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande, E.M., Unipessoal, S.A. Relatório de Gestão e Contas de 2018 - Mandato Discriminado**

O **Sr. Vereador Carlos Caetano** não participou na discussão e votação deste assunto, tendo comunicado o seu impedimento, nos termos do artigo 69.º, n.º 1, alínea a) do Código do Procedimento Administrativo, uma vez que é o Presidente do Conselho de Administração da TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande, E.M..

A **Sr.ª Presidente** declarou o impedimento, nos termos do artigo 70.º, n.º 4 do mencionado Código.

287 - A Srª Presidente da Câmara apresentou a seguinte proposta de deliberação:



Considerando que a assembleia geral da empresa municipal TUMG Transportes Urbanos da Marinha Grande, EM Unipessoal S.A. vai deliberar sobre o relatório de gestão e as contas do exercício de 2018 e sobre a proposta de aplicação de resultados, bem como proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da mesma, nos termos do nº 2 do artigo 12º dos estatutos da empresa.

Conforme o nº 2 do artigo 9º dos referidos estatutos cabe à Câmara Municipal conferir ao seu representante na Assembleia Geral mandato discriminado quanto ao conteúdo das deliberações a adotar e ao respetivo sentido de voto.

Os relatórios de gestão e das contas do exercício de 2018, em anexo, acompanhados do parecer e certificação legal das contas emitidos pelo fiscal único.

**A Câmara Municipal delibera, nos termos do artº 9º, nº 2 do Estatutos da empresa municipal TUMG Transportes Urbanos da Marinha Grande, EM Unipessoal, S.A emitir o seguinte mandato a executar pela representante designada, Sr.ª Vereadora Célia Guerra: para aprovar o relatório de gestão e as contas do exercício de 2018; aprovar a proposta de aplicação de resultados e apreciar positivamente a atuação da administração e fiscalização da empresa.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

#### **6. Apresentação do Relatório de Gestão e Contas do Exercício de 2018 da Empresa Municipal TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande, E.M., Unipessoal, S.A.**

O **Sr. Vereador Carlos Caetano** não participou na discussão e votação deste assunto, tendo comunicado o seu impedimento, nos termos do artigo 69.º, n.º 1, alínea a) do Código do Procedimento Administrativo, uma vez que é o Presidente do Conselho de Administração da TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande, E.M..

A **Sr.ª Presidente** declarou o impedimento, nos termos do artigo 70.º, n.º 4 do mencionado Código.

A **Sr.ª Presidente** pediu a presença da **Vogal da TUMG, Dr.ª Fátima Cardoso**, que veio explicar os documentos em apreço e respondeu às questões colocadas pelos Srs. Vereadores, nomeadamente as seguintes, colocadas pelos **Srs. Vereadores do MpM**:

*“FACTOS DO RELATÓRIO:*

- O volume de negócios (468.809) está abaixo de 2014 (475m€)*
- o nr de passageiros praticamente manteve-se e perdeu mais de 10% de passageiros na linha verde*
- A receita dos passes continua a baixar e mantém-se a tendência dos passes seniores baixarem e os idosos andam menos de TUMG*
- o transporte escolar representa 45% do volume de negócios*
- o prazo médio de recebimentos é de 9 dias, enquanto o prazo médio de pagamentos é 71 dias.*
- temos em depósitos à ordem 468.000€*

*Uma das receitas da TUMG é o valor da publicidade nos autocarros. Questiono:*

- a) Quanto representa este valor?*

- b) Quantas entidades publicitam nos autocarros da TUMG?
- c) Uma delas é o Jornal de Leiria.
- qual o valor que esta entidade pagou em 2018?
- ainda continua a pagar ?
- o que aconteceu para ter sido anunciado o cancelamento da publicidade do Jornal de Leiria

O valor do subsídio à exploração é de 431.564€ e o valor das receitas 912.074€. Ou seja, os subsídios à exploração são praticamente 50% (47,3%) dos rendimentos totais. Nestes rendimentos estão 71.922 de estacionamento. Este rendimento devia ser da Câmara e não da empresa municipal de transportes. Se tal acontecesse teríamos mais de 51% de subsídios da Câmara, e então ao abrigo do nr. 1 do Art 2º da Lei 50/2012, a TUMG ficaria insolúvel.

A nossa análise não tem a ver com o empenho das pessoas, mas a TUMG não tem viabilidade. Não é pelo serviço que presta, mas sim pelo acréscimo de custos da empresa municipal.”

**Respondidas todas as questões, a Sr.ª Presidente colocou a votação a seguinte proposta:**

288 - Presente Relatório de Gestão e Contas de 2018 da empresa municipal TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande E.M. Unipessoal, S.A., acompanhados de Relatório e Parecer do Fiscal Único, Certificação Legal das Contas.

**A Câmara Municipal delibera tomar conhecimento do teor dos documentos e remeter os mesmos, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual, à Assembleia Municipal, para cumprimento do preceituado na alínea b) do n.º 2 do art.º 25.º do mesmo diploma.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**Os Srs. Vereadores do MpM, Aurélio Ferreira e Mêlina Mira, proferiram a seguinte declaração de voto:**

*“É evidente a preocupação que existe sobre a viabilidade da empresa tendo, no entanto, e como prioridade, não colocar em causa o serviço social que os transportes prestam, como se fosse isso que estivesse em causa.*

*A TUMG tem como objetivo “responder às necessidades de deslocação da população na Marinha Grande”. Para além dos transportes escolares, dos transportes subsidiados e ocasionais, da gestão do estacionamento, tem na sua atividade os transportes urbanos de passageiros. Nesta valência a TUMG estabelece com a Câmara um contrato-programa para receber verbas, mas não existe preocupação com as receitas que têm vindo continuamente a cair. Sabemos que os transportes urbanos têm uma componente social, que foi indicada ser € 1,20 / bilhete, e que os serviços públicos têm que garantir o acesso a uma rede de transportes públicos ajustada às necessidades das pessoas.*

*O relatório apresenta alguns dados que importa referir. É um facto que perdemos mais de 10% de passageiros na linha verde. Mantém-se a tendência dos passes baixarem, com especial incidência nos seniores (ou seja, os idosos andam menos de TUMG). O transporte escolar representar 45% do volume de negócio. Os subsídios de exploração são praticamente os mesmos e representam quase 50% dos rendimentos totais. Temos um aumento em depósitos à ordem, para mais de 468.000,00€. O estacionamento continua a aumentar (este ano +6%)*

*Este relatório de gestão e contas não revela qualquer estratégia de incremento da atividade, fazendo com que a população passe a deslocar-se de transporte público. Confirma-se a inexistência de propostas de melhoria ao serviço existente, sem integração de novos circuitos, como por exemplo na Vieira de Leiria, que consideramos essenciais. Não vislumbramos ações de modernização ao nível da mobilidade de transportes, designadamente a implementação de uma rede urbana de deslocação das pessoas com recurso a bicicletas, pontos de deslocação nas praias de S. Pedro e Vieira de Leiria.*

*A sua atividade está restrita aos subsídios que recebe da Câmara, que vão muito para além do que seria expectável face ao custo social que a Câmara devia pagar pelas deslocações dos munícipes que não têm outra possibilidade de se deslocarem, e com os quais estamos perfeitamente de acordo.*

*O peso contributivo dos subsídios à exploração estão muito próximos dos 50% das receitas. A ser ultrapassado, e ao abrigo do nr. 1.b) do art 62º da Lei 50/2012, a empresa local devia ser dissolvida. Tal só não acontece, porque a Câmara permite que a TUMG fique com o valor recebido pelo estacionamento (71.922 €). Se tal não acontecesse, teria uma subsidiação da camara superior a 51%. Achamos que deve ser pensado num novo modelo de cumprimento das funções da TUMG, que implique maior racionalidade económica e uma maior vantagem. Mantem-se a falta de estratégia e visão para a TUMG, não invertendo a destruição de valor. Vivemos dos subsídios do acionista único.*

*Por tudo isto, percebemos que, face aos elementos de que se dispõe, nada permite concretizar que a administração tenha ganhos de eficácia e eficiência com a concretização desta actividade através desta entidade empresarial municipal.*

*Com isto não está em causa o exercício matemático das contas, nem o serviço social que se presta à comunidade, o que defendemos é que os transportes na Marinha Grande sejam da responsabilidade direta da Câmara, com significativas melhorias de qualidade do serviço prestado e sobretudo com menores custos. Por isso votamos favoravelmente.”*

**A Sr.ª Presidente proferiu a seguinte declaração de voto:**

*“Após as justificações que aqui foram dadas pela Dr.ª Fátima Cardoso, ficou devidamente esclarecido o elencado pelo Vereador Aurélio, pelo que se encontra devidamente justificado o Relatório de Gestão e Contas de 2018 e a opção que este executivo continua a fazer relativamente à prestação deste apoio social à nossa comunidade, que, como vimos, melhorou este ano com o alargamento à freguesia da Moita, que se estenderá também à freguesia de Vieira de Leiria a partir de setembro, e ainda com benefícios na redução dos passes a 50% como também aqui foi referido.”*

**7. Apresentação do Relatório de Gestão e Contas do Exercício de 2018 de Entidades Participadas pelo Município da Marinha Grande: ADCL – Águas do Centro Litoral, S.A., Valorlis, S.A., Lusitânia Gás, S.A., CENTIMFE, OPEN e COOPOVO, CRL.**

289 - Presentes as contas do exercício de 2018 das entidades participadas pelo Município da Marinha Grande, a saber:

- Relatório e Contas do exercício económico de 2018 da entidade ADCL - Águas do Centro Litoral, S.A. acompanhadas de Certificação Legal de Contas e Relatório e Parecer do Fiscal Único.

- Relatório e Contas do exercício económico de 2018 da entidade VALORLIS – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. acompanhadas de Certificação Legal de Contas e Relatório e Parecer do Fiscal Único.

- Relatório de Gestão e Contas do exercício económico de 2018 da entidade LUSITANIAGÁS, S.A., acompanhadas de Certificação Legal de Contas e Relatório e Parecer do Fiscal Único.

- Relatório e Contas do exercício económico de 2018 da entidade CENTIMFE – Centro Tecnológico da Indústria de Moldes, Ferramentas Especiais e Plásticos, acompanhadas de Certificação Legal de Contas e Parecer da Comissão de Fiscalização.

- Relatório e Contas do exercício económico de 2018 da entidade OPEN - Associação para Oportunidades Específicas de Negócio, acompanhadas de Certificação Legal de Contas e Parecer da Comissão de Fiscalização.

- Relatório e Contas do exercício económico de 2018 da entidade COOPOVO – Cooperativa de Consumo do Povo da Marinha Grande, CRL, acompanhadas de Certificação Legal de Contas e Parecer do Conselho Fiscal.

**A Câmara Municipal delibera tomar conhecimento do teor dos documentos e remeter os mesmos, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual, à Assembleia Municipal para cumprimento do preceituado na alínea b) do n.º 2 do art.º 25.º, do mesmo diploma.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

#### **8. Documentos de Prestação de Contas do Município da Marinha Grande relativos ao exercício económico de 2018**

A **Sr.ª Presidente** respondeu às questões colocadas pelos Srs. Vereadores, e para a explicação técnica dos documentos solicitou a presença da Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, **Dr.ª Sandra Paiva**, que prestou os esclarecimentos pedidos.

#### **Os Srs. Vereadores do MpM referiram o seguinte:**

*“Antes de tudo é de enaltecer a forma como as contas estão apresentadas.*

*Temos um resultado líquido 2,8M€*

*Saldo gerência 2017 - 12.662.941,71 €*

*Saldo gerência 2018 - 12.704.373,92 €*

*Apesar da Câmara ter feito um esforço enorme para pagar em dezembro, por adiantamento, despesas que têm a ver com 2019, o saldo gerência aumentou para 12,7M€.*

*Se dúvidas havia, o Relatório do trabalho efetuado pelos auditores é claro:*

*“Os custos diferidos contemplam essencialmente os pagamentos em 2018 dos Seguros, custos a registar em 2019 (235.934 euros), transferências de capital cujo objeto se irá realizar em 2019, tal como o apoio concedido a realização de obras no edifício da Freguesia da Marinha Grande (222.584 euros)...”, etc. etc.*

*Os dois últimos meses do ano foi o desespero para gastar o máximo possível de modo a fazer aumentar a taxa de execução dos 23% em outubro. Mesmo com este esforço de pagar por adiantamento ficaram numa taxa de execução de 43%, ou seja, não realizaram nem metade do que estava previsto.*

*Porque o que está aqui para deliberar são as contas e estão auditadas votamos a FAVOR com declaração de voto.”*

**Respondidas todas as questões, a Sr.ª Presidente colocou a votação a seguinte proposta:**

290 - Presentes os Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2018, constituídos por:

- Balanço
- Demonstração de Resultados
- Mapas de Execução Orçamental
- Anexos às Demonstrações Financeiras
- Relatório de Gestão
- Certificação Legal das Contas
- Relatório e Parecer do Auditor Externo
- Relatório Anual sobre o trabalho efetuado pelo Auditor Externo
- E restantes documentos de prestação de contas, conforme as Instruções n.º 1/2001 da 2.ª Secção do Tribunal de Contas, Resolução n.º 4/2001 – 2.ª Secção, de 12 de julho, publicada no Diário da República n.º 191 – 2.ª Série, de 18 de agosto de 2001, na redação dada pela Resolução n.º 26/2013, de 14 de novembro, publicada em Diário da República, 2.ª Série, de 21 de novembro de 2013 e Resolução n.º 7/2018, de 06 de dezembro, publicada em Diário da República, 2.ª Série, n.º 6, de 9 de janeiro de 2019

Os quais se encontram integralmente elaborados, para apreciação e votação devendo posteriormente ser arquivados na Área de Contabilidade, estando disponíveis para consulta, quando para tal for solicitado.

**A Câmara Municipal, após apreciação dos documentos indicados e no cumprimento da alínea i), do n.º 1, do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual, delibera aprovar os Documentos de Prestação de Contas do ano de 2018 e submetê-los à apreciação e votação da Assembleia Municipal, para cumprimento do preceituado na alínea I), do n.º 2, do artigo 25º, do mesmo diploma.**

**Mais delibera, nos termos do ponto 2.7.3.1 das Considerações Técnicas do POCAL, aprovado pelo Decreto - Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, na sua redação atual, propor à Assembleia Municipal que aprove a aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2018, no montante de 2.803.332,33 euros da seguinte forma:**

- 5% sob a forma de reservas legais, tal como estipula o ponto 2.7.3.5. do referido diploma, no montante de 140.166,62 euros;
- o restante, no montante de 2.663.165,71 euros, seja aplicado na conta 59 de resultados transitados.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**Os Srs. Vereadores do MpM, Aurélio Ferreira e Mêlina Mira, proferiram a seguinte declaração de voto:**

*“Gostaríamos de elogiar a forma cuidada como estão elaborados os documentos de prestação de contas apresentadas nos relatórios de gestão.*

*Infelizmente para a nossa terra, eles revelam uma falta de orientação e de capacidade de execução na concretização de projectos por parte deste executivo.*

*Alguns factos registados nos documentos:*

*- A taxa de execução da despesa é muito baixa, com a taxa de despesa de capital de 43 %;*

- O maior valor de receitas é de impostos diretos (IMI, IUC, IMT, derrama), que continua a aumentar (+ 20%) – mais de 9,8M€;
- Os impostos indiretos subiram mais de 20%;
- A participação no IRS subiu 10%;
- As receitas de capital continuam a cair (- 20%);
- Os saldos de gerência continuam elevadíssimos, recebemos de 2017 cerca de 12,6 milhões de euros e chegamos ao final de 2018 com 12,7 milhões, demonstrando a incapacidade de gerir correctamente um orçamento e sobretudo a impotência para realizar obra, algumas tão necessárias;
- Os munícipes pagaram de saneamento 1,4 M€;
- As receitas nos cemitérios continua a subir (93.000€);
- Existe um aumento de 25% (558.000,00€) em espetáculos musicais, em dois anos aumentou 60%;
- Gastaram 0 € com os serviços individuais de saúde;
- Em dois anos baixamos a despesa em ação social de 296.000€ para 124.000€;
- A TUMG recebeu 457.000€;
- Gastaram € 141.000,00 em comunicações e expediente de correio;
- A poupança continua a crescer ultrapassando já os 6,9M€;
- Os resultados líquidos do exercício atingem praticamente 2,8M€;
- Aumentamos as disponibilidades para 13,6M€, em depósitos bancários;
- Há uma ausência de atualização cadastral entre a realidade imobiliária e o registo contabilístico, tendo por consequência uma capacidade de gestão de território limitada. Ou seja, temos o património insuficientemente documentado por regularizar.

*Avaliando estes dados podemos concluir o seguinte:*

- O Município da Marinha Grande não está endividado, o que é, per si, é um bom sinal;
- Continua a aumentar os lucros com milhões de euros em depósitos bancários, sem revelar capacidade de investimento e criar serviços que melhorem a qualidade de vida das pessoas;
- Os munícipes e as empresas continuam a pagar cada vez mais impostos, sem que isto correspondam a uma melhoria efetiva da prestação de serviços;
- Uma taxa de execução de despesa de capital de 43%, mesmo com o esforço de pagar em 2018 despesas que são de 2019, poucas obras se fazem, e as que se realizam não respondem às necessidades prioritárias do concelho, sendo evidente a falta de algumas estruturantes. As contas revelam que o orçamento tem um desvio materialmente relevante, o que se previu esteve longe de ser concretizado.
- Diminuímos o investimento em funções sociais fundamentais, como seja, a requalificação dos colaboradores, o investimento em recursos humanos e a prestação de serviços de ação social fundamentais face às carências da população.
- Continua o desconhecimento da totalidade do imobilizado, por isso não é possível confirmar o património total pertencente ao Município.

*Em conclusão da análise ao relatório de gestão podemos afirmar que existe uma deficiente gestão da Câmara, onde os munícipes e as empresas continuam a pagar cada vez mais impostos, mas a Câmara não devolve esse dinheiro na forma de investimentos estruturantes que aumentem a qualidade de vida aos cidadãos.*

*Quanto à apresentação das contas, o relatório dos auditores e a certificação legal das contas refere que estão apresentadas de forma suficiente e apropriada. No entanto, fazem recomendações e reservas que devem ser tidas em conta, para mais que algumas são*

*repetidas dos anos anteriores, como seja a atribuição de subsídios em que os auditores referem que dada a natureza pública das verbas em causa é recomendada a revisão do processo de atribuição de subsídios e acompanhamento e monitorização da aplicação dos mesmos com calendário definido previamente e eventuais penalizações por incumprimento. Ora isto é o que andamos a dizer há muito tempo, isto é, da necessidade de ser feita a revisão.*

*Dado o parecer técnico favorável por parte dos auditores às contas do Município da Marinha Grande, votamos favoravelmente.”*

**As Sr.ªs Vereadoras da CDU, Alexandra Dengucho e Lara Lino, proferiram a seguinte declaração de voto:**

*“Analisado o relatório de prestação de contas do ano económico de 2018, verificamos que as receitas correntes do município ultrapassaram as expectativas orçamentais e assim observamos uma execução orçamental de 108% (ainda que alguma rubricas tenham uma taxa de execução superior a 200%). Assim, consideramos que, para além de tudo o que já sabemos sobre saldos chorudos acumulados em anos anteriores soma-se ainda o facto das receitas correntes do município ascenderam a 24.364.737 € o que significa que a revisão em baixa das taxas e licenças, proposta feita pela CDU nos sucessivos mandatos tem certamente coerência e faz todo o sentido que seja no imediato executada.*

*Em relação à execução orçamental da despesa não podemos de deixar de referir a baixa execução orçamental por exemplo nas despesas de capital: aquisição de capital – 41,44%, construções diversas – 38,48%, outras construções 42,24%, funções sociais 62,62% (sendo isto a média das funções sociais pois se olharmos para o investimento no pré-escolar temos cerca de 47% e no ensino básico cerca de 50%), instituições sem fins lucrativos 49,77%. Gostaríamos ainda de referir que taxa de execução na área do saneamento efectivamente chegou aos 92% no entanto, tendo conhecimento de que ainda muito há por fazer nesta área concluímos obviamente que esta verba não seria suficiente para executar mais obra nesta área, ou seja, esta verba não revela que o investimento nesta área foi elevado. Sobre as instituições sem fins lucrativos não podemos deixar de reprovar, que tendo em conta todas as necessidades do nosso movimento associativo e sendo que para disponibilizar esta verba é necessários que os clubes façam candidaturas e estas candidaturas existem não entendemos como é que esta autarquia não contribui para a melhoria das nossas coletividades associações e clubes que nos prestam um serviço social a todos, em todo o concelho. Tanto nas transferências correntes como nas transferências de capital a autarquia deixou de investir no nosso movimento associativo 182160€ e 188610€ respetivamente.*

*Em suma, a execução orçamental da despesa é substancialmente baixa, rondando os 43% o que revela a fraca gestão de recursos financeiros, falta de planeamento, falta de projetos e estratégia na gestão do município. Entendemos que este executivo, dispondo de recursos financeiros capazes de dotar o nosso concelho de infraestruturas absolutamente necessárias, urgentes e algumas até básicas, não é capaz de satisfazer os superiores interesses dos munícipes. Entendemos por isso votar favoravelmente este ponto pois apesar de não concordamos com a forma como este executivo gere os recursos deste município, não pomos em causa obviamente a forma clara e objetiva como as contas nos são apresentadas, tendo também em conta o conteúdo do certificado legal das contas.”*

**A Sr.ª Presidente proferiu a seguinte declaração de voto:**

*“No cumprimento da alínea i), do n.º 1, do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual, a Câmara Municipal deve aprovar os Documentos de Prestação de*

*Contas do ano de 2018 e submetê-los à apreciação e votação da Assembleia Municipal, para cumprimento do preceituado na alínea l), do n.º 2, do artigo 25º, do mesmo diploma.*

*Nos termos do disposto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, adiante designado por POCAL, aprovado pelo Decreto-lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro, na sua redação atual, o Relatório de Gestão faz parte integrante dos documentos de prestação de contas dos Municípios, e é este que permite fazer a avaliação da execução do orçamento municipal e por essa via aferir da qualidade da ação governativa.*

**Do Relatório de Gestão de 2018 destacamos as seguintes notas:**

*1. O resumo da execução do orçamento municipal permite aferir que, no ano de 2018, a execução do orçamento da receita foi de 102% e a do orçamento da despesa foi de 67%, sendo que a execução orçamental da receita corrente apresentou uma taxa de execução de 109%, enquanto a execução de receita de capital foi de 31%. Relativamente à execução orçamental da despesa corrente esta apresenta uma taxa de execução de 89%, enquanto a execução da despesa de capital foi de 43%.*

*2. No ano de 2018, o montante global da receita arrecadada foi de 37.353.693 euros, o que representa um acréscimo de 14% relativamente ao ano de 2017, no qual se tinha verificado um montante de receita cobrada de 32.892.307 euros, a que corresponde um aumento de 4.461.386 euros. O ano de 2018 é, inclusivamente, o que apresenta o valor de execução mais elevado no período em análise.*

*3. A dotação corrigida do total da despesa foi de 36.673.139 euros, pelo que considerando que o total da despesa paga em 2018 foi de 24.649.319 euros, a taxa de execução global da despesa foi de 67%, sendo a diferença entre as dotações previstas e a execução de 12.023.820 euros. Considerando que no ano de 2017 o grau de execução orçamental da despesa foi de 63%, pode se aferir pelo acréscimo da taxa de execução da despesa de 2017 para 2018.*

*4. O total das Despesas de Capital previstas no ano de 2018 ascende a 17.373.157 euros, dos quais foram executados pagamentos de 7.507.265 euros, o que corresponde a uma taxa de execução de 43%. No ano de 2017 os pagamentos de Despesas de Capital foram de 4.393.851 euros, pelo que o total da Despesa de Capital paga em 2018 foi superior ao montante pago em 2017, em 71%, o que corresponde em termos absolutos a mais 3.113.414 euros.*

*5. Comparando com o ano de 2017, verifica-se que as Despesas Correntes apresentam um peso menos significativo em 2018 do que o registado no ano transato (78%), e consequentemente as Despesas de Capital aumentaram o seu peso relativo em 2018 face ao ano anterior (22%).*

*6. As transferências para Instituições sem Fins Lucrativos, onde se enquadram todas as coletividades do concelho, associações de bombeiros, entre outras, considerando que o montante pago em 2018 ascendeu a 1.315.855 euros quando em 2017 tinha sido de 814.501 euros, registando um acréscimo de 62%, o que corresponde em termos absolutos a 501.354 euros. O valor executado nesta componente corresponde a 65% da despesa total paga em 2018 relativamente a Transferências Correntes.*

*Refira-se os valores das transferências para Instituições sem Fins Lucrativos nos últimos 4 anos:*



2015 - 642 920 €  
2016 - 618 320 €  
2017 - 814 501 €  
2018 - 1 315 855 €

*No ano de 2018 o montante global da despesa paga pela Autarquia, na componente de Bens de Capital, ascendeu a 6.731.700 euros. De referir que no ano de 2017, o montante global dos investimentos realizados ascendeu a 3.830.623 euros, pelo que se regista um aumento de 76% em 2018, a qual corresponde em termos absolutos a 2.901.077 euros.*

*7. O montante global das Transferências de Capital para outras entidades no ano de 2018 ascendeu a 451.747 euros, o que representou um acréscimo de 162% relativamente ao ano transato, o que em termos absolutos representa um aumento de 278.998 euros.*

*Este Relatório de Gestão demonstra que em 2018 este executivo conseguiu inverter a tendência dos anos anteriores, aumentando a execução quer da receita quer da despesa orçamental.”*

**Esta declaração de voto foi subscrita pelos Srs. Vereadores Carlos Caetano e Célia Guerra.**

**Esta deliberação foi aprovada em minuta.**

#### **9. 6.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2019 – 2.ª Revisão**

A **Sr.ª Presidente** apresentou o documento e respondeu às questões colocadas pelos Srs. Vereadores.

**Os Srs. Vereadores do MpM referiram o seguinte:**

*“Algumas questões. Que verba o executivo permanente apresenta nesta revisão orçamental para:*

- *a piscina*
- *mercado*
- *adutora dos altos picotes (apenas 505.000€ – para S. Pedro)*
- *Vieira: a Rua 25 de abril na Vieira*
- *Moita: o pavilhão desportivo na Moita*

*Dado que as respostas foram todas negativas, ou seja, não há verba para estas rubricas que consideramos necessidades estruturantes, votamos CONTRA, com declaração de voto.”*

A **Sr.ª Vereadora Lara Lino** colocou questões específicas, respondidas pela **Sr.ª Presidente** e pela **Sr.ª Vereadora Célia Guerra**.

**A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** requereu informação sobre o seguinte:

- Valor para a agenda cultural
- Valor para a revista municipal
- Valor para publicidade

**Respondidas todas as questões, a Sr.ª Presidente colocou a votação a seguinte proposta:**

291 - Presente proposta da 6ª Modificação, 2ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2019, acompanhada de mapa justificativo, constituída pelas seguintes alterações:

**2ª Revisão ao Orçamento da Receita para 2019**, no valor de 13.199.068,85 euros nos reforços e 488.887,79 euros nas anulações;

**2ª Revisão ao Orçamento da Despesa para 2019**, no valor de 12.907.748,06 euros nos reforços e 197.567,00 euros nas anulações;

**2ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos para 2019**, no valor de 8.191.049,85 euros nos reforços e 187.220,00 euros nas anulações, e com reforço de dotação em 2020 no valor de 890.064,34 euros, em 2021 no valor de 175.913,75 euros e anulações em 2022 no valor de 47.708,72 euros;

**1ª Revisão ao Plano de Atividades Municipais para 2019**, no valor de 4.297.145,79 euros nos reforços e 15.342,00 euros nas anulações e com anulação de dotação em 2020 no valor de 351.645,00 euros, e reforço em 2021 no valor de 64.223,00 euros e em 2022 no valor de 31.413,00 euros.

Atentos os elementos apresentados e no cumprimento do disposto no ponto 8.3 do POCAL, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua redação atual, e na alínea c) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, **a Câmara Municipal, depois de analisar a proposta, delibera submeter à aprovação da Assembleia Municipal a 6ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2019, constituída pela 2.ª Revisão ao Orçamento da Receita, 2.ª Revisão ao Orçamento da Despesa, 2ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, 1.ª Revisão ao Plano de Atividades Municipais, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual.**

**A deliberação foi tomada por maioria, com 3 votos a favor, 2 abstenções das Sr.ªs Vereadoras da CDU e 2 votos contra dos Srs. Vereadores do MpM.**

**Os Srs. Vereadores do MpM, Aurélio Ferreira e Mêlina Mira, proferiram a seguinte declaração de voto:**

*“Nunca um executivo da Câmara teve tanto dinheiro para fazer as obras necessárias à nossa terra. São treze milhões de euros, para se ter uma ideia da dimensão, dizer apenas para o orçamento 2019 foi aprovado com um investimento (PPI), de 8,6 M€.*

*É a oportunidade de investir nas grandes necessidades estruturantes que a Marinha Grande ainda tem, e não seremos cúmplices de esbanjar tal maquia sem que se incluam, apenas como exemplo, a piscina; o mercado; a totalidade da requalificação da adutora dos Altos Picotes; equipamentos sociais para envelhecimento; variantes; requalificação da rua 25 de Abril na Vieira; pavilhão desportivo na Moita; isto para referir apenas algumas.*

*Ora nesta proposta de revisão apresentada pelos três membros do executivo permanente, não está incluída NENHUMA, repetimos nenhuma, das obras estruturantes acima referidas.*

*O dinheiro dos contribuintes tem de se gasto/investido de modo a satisfazer as suas necessidades e justas reivindicações, sobretudo quando veem os municípios dos concelhos (e de freguesias) vizinhos, com estas necessidades supridas.*

*Assim, não nos resta outra alternativa que votar contra esta proposta.”*

**As Sr.ªs Vereadoras da CDU, Alexandra Dengucho e Lara Lino, proferiram a seguinte declaração de voto:**

*“Em primeiro lugar gostaríamos de referir que lamentamos a falta de discussão prévia destes documentos que consubstanciam a 2ª Revisão ao Orçamento. Não houve qualquer discussão entre todos os vereadores que têm legítimo assento neste órgão.*

*Desde sempre que a CDU questiona, nas sucessivas reuniões de Câmara, a marcação de reuniões de trabalho com a presença de todos, para que todos pudéssemos fazer incluir as nossas propostas e para assim tornar esta revisão uma revisão verdadeiramente democrática e representativa das forças políticas eleitas para a gestão deste órgão autárquico. Tal, infelizmente, não aconteceu o que, além do mais, demonstra um comportamento arrogante e verdadeiramente anti-democrático!*

*Também não teve lugar a discussão efetiva sobre a requalificação da adutora, o novo Mercado Municipal, nomeadamente no que à sua localização diz respeito, sobre o novo pavilhão para a Moita, nem sobre o destino a dar ao património da FEIS, assim como outras matérias de interesse público e nas quais, numa gestão normal e democrática deveríamos, certamente, ser envolvidos. Assim não entendeu a Srª Presidente que insiste nesta forma arrogante de exercício do poder e “guerreia” internamente pelo pódio no que a estas matérias diz respeito! A Srª Presidente fala para um lado, o Sr. Vice Presidente para outro, o Presidente do PS local para outro lado...Entendam-se, por favor, são assuntos demasiado importantes para o Concelho para que sejam discutidos como se num saco de gatos estivessem todos metidos. E quando quiserem discutir connosco com seriedade estas matérias, cá estamos.*

*Continuamos a achar que é prioritário que existam vias de circulação capazes e dotadas de infra-estruturas onde elas se mostrem necessárias e que melhorem a nossa qualidade de vida e também que se criem condições para que o desenvolvimento económico do concelho seja cada vez maior. Isto obriga a que se invista na rede de circulação, na rede de saneamento e na rede distribuidora de água, bem como nas infra-estruturas industriais.*

*Foi-nos enviado um documento que, apesar do pouco tempo que nos foi dado, analisámos com atenção. Entendemos que muitas outras áreas de interesse para o município deveriam ter sido reforçadas, como as que elencamos acima e às quais acrescentamos a rede viária, afigurando-nos ser o valor insuficiente para as necessidades do concelho.*

*Também gostaríamos de referir que, quanto ao valor proposto, em concreto, para a aquisição dos desfibriladores, é manifestamente insuficiente para as necessidades do concelho, e como já referimos anteriormente não concordamos com esta solução que não nos serve, e a CDU já havia feito a proposta de adquirir estes equipamentos para todos os espaços do Concelho onde se verifique a sua necessidade! Necessário se tornaria fazer um levantamento prévio das necessidades e depois decidir a verba necessária para o efeito! Acima de tudo, para nós, está a vida humana. E num Concelho como o nosso onde felizmente, temos tanta actividade desportiva, tantos eventos promovidos por clubes e associações, seria o mínimo que deveríamos fazer: adquirir para todos os espaços os equipamentos que têm o nome técnico de “Desfibriladores” mas, para nós, tem o nome de “Salva Vidas”...Por isto não entendemos esta opção de só incluir 12 mil euros para aquisição deste tipo de equipamentos pois tal não cobre as necessidades do Concelho.*

*Relativamente ao investimento na rede de águas e saneamento, valeram as insistentes reclamações da CDU! Pelo que o reforço nesta verba deixa-nos, obviamente, esperançadas na resolução de um dos maiores problemas do Concelho! Esta é uma reivindicação dos*

*sucessivos vereadores da CDU, pelo que ficamos expectantes que com este reforço na revisão deste orçamento e nos anos sucessivos, o problema que neste momento existe com as sucessivas roturas fique sanado, bem como que, finalmente, o saneamento cubra todo o concelho.*

*Voltamos, no entanto, a alertar que sem execução não haverá orçamento que resista e reforçamos que não deixaremos de nos manter atentas a alterações futuras ao orçamento com as quais somos brindadas muitas vezes, devido à manifesta falta de estratégia e de navegação à vista deste Executivo!*

*Assim, apesar dos considerandos iniciais e não sendo esta uma revisão orçamental de todos nós porque não foi alvo de qualquer discussão prévia entre todos os vereadores, mas tendo em conta o reforço positivo em rubricas de grande importância para o nosso Concelho, entendemos abster-nos nesta revisão orçamental e, com a nossa abstenção, permitir que ela seja uma realidade com esperança de que a vida dos Municípios deste Concelho melhore substancialmente.”*

**A Sr.ª Presidente proferiu a seguinte declaração de voto:**

*“A Câmara Municipal da Marinha Grande encerrou o ano de 2018 com um saldo de gerência positivo em pouco mais de 12 milhões de euros, o que significou um decréscimo face ao ano anterior, apesar de a receita executada em 2018 ter sido superior à realizada em 2017. Significa isto que, em termos líquidos, tivemos uma maior execução orçamental, ou seja, realizamos mais investimento em todas as áreas e tivemos capacidade para apoiar mais as Instituições do concelho.*

*O orçamento aprovado para 2019 - que não pode deixar de ser lido à luz do Plano Quadriannual de Execução Orçamental - consubstancia o compromisso em concretizar esses e outros investimentos, com especial relevo para o alargamento das infraestruturas de saneamento (com o compromisso de até ao final do presente mandato se alcançar a cobertura a 100%), a requalificação das redes de abastecimento de águas (em especial as infraestruturas em Alta), a requalificação da rede viária principal e secundária e a execução de projetos cofinanciados no âmbito dos projetos candidatados.*

*Sabendo-se que o orçamento inicial apenas pode cabimentar a despesa até ao limite da receita própria da Câmara Municipal prevista para o ano a que respeita, sem consideração do saldo de gerência, muitas das ações nele inscritas ficam dependentes da disponibilidade financeira para a sua execução, sendo essa a intenção principal da 2ª Revisão ao Orçamento anual, nos termos da Lei, após aprovação das contas do ano transato e apuramento do respetivo saldo de gerência a encaixar.*

*Assim, depois de aprovadas as contas de 2018 o executivo apresenta a sua proposta de Revisão ao Orçamento de 2019 que se traduz nos seguintes reforços:*

**ORÇAMENTO SEM PLANO 424.547,42 €**

**PPI 8.456.044,85 €**

**PAM 4.032.150,79 €**

*Todas as ações que são agora reforçadas com dotação em orçamento fazem parte da proposta de orçamento aprovado para 2019, não tendo havido qualquer desvirtuamento do mesmo.*

*Há claramente o reforço das ações que foram priorizadas inicialmente, como é o caso do investimento nas infraestruturas básicas (águas e saneamento), na rede viária e ainda a execução de projetos cofinanciados, atendendo aos prazos para encerramento dos mesmos. Além disso, esta revisão permite o enquadramento orçamental dos apoios anuais a atribuir às Instituições sem fins lucrativos do concelho, nos termos do Regulamento Municipal de Apoios às mesmas, conforme candidaturas que aguardam por decisão final de atribuição por parte da Câmara Municipal.*

*Em especial, destacamos o reforço do apoio anual às corporações de bombeiros voluntários do concelho, além do apoio extraordinário às mesmas para a aquisição de viaturas de emergência conforme pedido apresentado e a verba para a constituição de uma EIP na Vieira de Leiria essencial na prevenção e combate aos incêndios conforme Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios.*

*A aprovação da 2ª Revisão ao orçamento municipal de 2019 é essencial à estabilidade governativa e à prossecução dos interesses dos Municípios e das Instituições locais.*

*Conscientes de que esta é a que melhor defende e acautela a prossecução do interesse público, apresentámos e votámos favoravelmente a presente proposta de 6ª modificação e 2ª revisão ao orçamento municipal de 2019.”*

**Esta declaração de voto foi subscrita pelos Srs. Vereadores Carlos Caetano e Célia Guerra.**

**Esta deliberação foi aprovada em minuta.**

**10. Protocolo para o enquadramento de pessoal destinado a integrar as Equipas de Intervenção Permanente na Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Vieira de Leiria – Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro**

292 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que se pretende celebrar um “*Protocolo para o enquadramento de pessoal destinado a integrar as Equipas de Intervenção Permanente*” entre a autarquia, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vieira de Leiria e a Autoridade Nacional de Proteção Civil, pelo período de 3 anos, conforme informação n.º I/684/2019, de 02 de abril do Gabinete Municipal de Proteção Civil, com um valor global de encargos previstos de 95.771 euros, dos quais 19.493 euros no ano de 2019, 31.409 euros para cada um dos anos de 2020 e 2021 e 13.460 euros para o ano de 2022, com entrada em vigor prevista a 1 de junho de 2019.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao procedimento que se pretende iniciar.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, adiante designada por LCPA, determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação na classificação orgânica/económica 0103/040701 e ação do Plano de Atividades Municipais 2019/A/211 com a designação “*Equipas de Intervenção Permanente - Protocolo ANPC/CMMG/AHBVVL*”.

Considerando que aquando da aprovação dos Documentos Previsionais para o ano de 2019, não foi inscrita qualquer ação para a despesa que se pretende assumir, na 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2019 é proposta a inscrição de dotação em ação específica do PAM, na classificação orgânica/económica 0103/040701, com uma dotação de 31.409 euros nos anos de 2020, 2021 e 2022, verba suficiente para a despesa que se perspetiva assumir como encargo plurianual.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º 12.º que:

“ (...) 1 - Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

2 – Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (...) ”.

Considerando que a celebração do “*Protocolo para o enquadramento de pessoal destinado a integrar as Equipas de Intervenção Permanente*” não se enquadra em nenhum dos números da alínea A) da Deliberação da Assembleia Municipal de 28/12/2018, a autorização genérica prévia concedida na sessão da Assembleia Municipal de 28 de dezembro de 2018 não se aplica ao presente processo.

**Assim, a Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que seja solicitada à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à celebração do “*Protocolo para o***

**enquadramento de pessoal destinado a integrar as Equipas de Intervenção Permanente”, entre a autarquia, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vieira de Leiria e a Autoridade Nacional de Proteção Civil, até ao valor máximo de 31.409 euros em cada um dos anos de 2020 e 2021 e 13.460 euros no ano de 2022, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual.**

A presente deliberação apenas produz efeitos desde que aprovada a 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2019, podendo posteriormente ser tomada a deliberação na Sessão da Assembleia Municipal relativa ao assunto em epígrafe.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**11. “Centro Escolar da Várzea - Requalificação e ampliação da atual Escola Básica e Jardim de Infância da Várzea” – Concurso Público n.º 02/2019 – Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro**

293 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que se pretende proceder à abertura de procedimento de contratação pública para o **“Centro Escolar da Várzea - Requalificação e ampliação da atual Escola Básica e Jardim de Infância da Várzea” – Concurso Público n.º 02/2019**, e que o prazo de execução da empreitada é de 18 meses, tal determina a assunção de encargos plurianuais nos anos de 2020 e 2021.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao procedimento que se pretende iniciar.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, adiante designada por LCPA, determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação inscrita na classificação orgânica/económica 05/07010305 e ação do Plano Plurianual de Investimentos 2016/I/33 com a designação “*Construção de Centro Escolar da Marinha Grande*”.

Considerando que com a aprovação dos Documentos Previsionais de 2019, foi inscrita a dotação de 1.498.326,00 euros, no ano de 2020 na referida ação, verba insuficiente para a despesa que se perspectiva assumir, pelo que é proposto o reforço de dotação na 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2019, a ser presente na próxima sessão da Assembleia Municipal, para uma dotação corrigida de 2.405.029 euros no ano de 2020 e de 508.571 euros no ano de 2021.

Considerando que o procedimento de contratação pública para a “**Centro Escolar da Várzea - Requalificação e ampliação da atual Escola Básica e Jardim de Infância da Várzea**” – **Concurso Público n.º 02/2019**, ultrapassa o valor que determina a fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º 12.º que:

“ (...) 1 - Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

2 – Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (...) ”.

Considerando que na sessão da Assembleia Municipal de 20/12/2018 foi concedida autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos aos encargos decorrentes da adjudicação de contratos administrativos de empreitadas de obras públicas, de aquisição de bens e de aquisição de serviços, até ao limite do valor que determina a sua sujeição a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, e desde que exista dotação suficiente nas Grandes Opções do Plano nos anos em que se pretendem assumir os encargos plurianuais, o que não sucede na ação por onde será efetuado o enquadramento orçamental do procedimento de contratação pública que se pretende iniciar.

**A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que seja solicitada à Assembleia Municipal da Marinha Grande:**

1. **Autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos ao “Centro Escolar da Várzea - Requalificação e ampliação da atual Escola Básica e Jardim de Infância da Várzea” – Concurso Público n.º 02/2019 – até ao valor máximo de 2.396.984,80 euros, no ano de 2020, e de 507.230,30 euros no ano de 2021, ambos com IVA incluído à taxa legal em vigor, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual;**



2. **Autorização para a abertura do procedimento considerando que este consubstancia a assunção de encargos em mais de um ano económico para cumprimento do preceituado na alínea b), do n.º 1 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, considerando que os encargos excedem o limite de 99.759,58 euros, no ano de 2020;**
3. **Que nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, se fixe o limite máximo do encargo no ano económico de 2020, em 2.396.984,80 euros e no ano de 2021 de 507.230,30 euros**

A presente deliberação apenas produz efeitos desde que aprovada a 2ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2019, podendo posteriormente ser tomada a deliberação na Sessão da Assembleia Municipal relativa ao assunto em epígrafe.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**12. "Reabilitação dos espaços públicos no Bairro Social de Casal de Malta" – Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro**

294 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que se pretende proceder à abertura de procedimento de contratação pública para a **"Reabilitação dos Espaços Públicos no Bairro Social de Casal de Malta"**, e que o prazo de execução da empreitada é de 9 meses, tal determina a assunção de encargos plurianuais nos anos de 2020.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao procedimento que se pretende iniciar.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, adiante designada por LCPA, determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação inscrita na classificação orgânica/económica 05/07030301 e ação do Plano Plurianual de Investimentos 2016/I/40 com a designação "*Reabilitação do espaço público do Bairro de Casal de Malta e Praceta da Liberdade-PEDU/PAICD*".

Considerando que com a aprovação dos Documentos Previsionais de 2019, não foi inscrita dotação no ano de 2020 na referida ação, é proposto o reforço de dotação na 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2019, a ser presente na próxima sessão da Assembleia Municipal, no montante de 285.867 euros.

Considerando que o procedimento de contratação pública para a "**Reabilitação dos Espaços Públicos no Bairro Social de Casal de Malta**", ultrapassa o valor que determina a fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º 12.º que:

*" (...) 1 - Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.*

*2 – Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (...) "*

Considerando que na sessão da Assembleia Municipal de 20/12/2018 foi concedida autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos aos encargos decorrentes da adjudicação de contratos administrativos de empreitadas de obras públicas, de aquisição de bens e de aquisição de serviços, até ao limite do valor que determina a sua sujeição a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, e desde que exista dotação suficiente nas Grandes Opções do Plano nos anos em que se pretende assumir os encargos plurianuais, o que não sucede na ação por onde será efetuado o enquadramento orçamental do procedimento de contratação pública que se pretende iniciar.

**A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que seja solicitada à Assembleia Municipal da Marinha Grande:**

1. **Autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos ao "*Reabilitação dos Espaços Públicos no Bairro Social de Casal de Malta*" até ao valor máximo de 285.867 euros, IVA incluído à taxa legal em vigor, no ano de 2020, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual;**
2. **Autorização para a abertura do procedimento considerando que este consubstancia a assunção de encargos em mais de um ano económico para cumprimento do preceituado na alínea b), do n.º 1 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, considerando que os encargos excedem o limite de 99.759,58 euros, no ano de 2020;**
3. **Que nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, se fixe o limite máximo do encargo no ano económico de 2020, em 285.867 euros.**

**A presente deliberação apenas produz efeitos desde que aprovada a 2ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2019, podendo posteriormente ser tomada a deliberação na Sessão da Assembleia Municipal relativa ao assunto em epígrafe.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**13. Criação do Gabinete de Inserção Profissional – Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro**

295 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que se pretende proceder à criação de um Gabinete de Inserção Profissional, para o período estimado de 12 meses, atenta informação n.º I/786/2019, de 15 de abril da Divisão de Modernização e Capacitação, área de Recursos Humanos, com um valor global de encargos com contratação de pessoal de 17.712 euros, dos quais 10.332 euros para o ano de 2019 e 7.380 euros para o ano de 2020.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao procedimento que se pretende iniciar.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, adiante designada por LCPA, determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação na classificação orgânica/económica 0103/010107 e ação do Plano de Atividades Municipais 2019/A/215 com a designação “*Gabinete de inserção profissional*”.

Considerando que aquando da aprovação dos Documentos Previsionais para o ano de 2019, não foi inscrita qualquer ação para a despesa que se pretende assumir, na 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2019 é proposta a inscrição de dotação em ação específica do PAM, na classificação orgânica/económica 0103/010107, com uma dotação de 7.380 euros

no ano de 2020, verba suficiente para a despesa que se perspectiva assumir.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º 12.º que:

*“(…) 1 - Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.*

*2 – Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (…)”.*

Considerando que a criação de um “*Gabinete de inserção profissional*” não se enquadra em nenhum dos números da alínea A) da Deliberação da Assembleia Municipal de 28/12/2018, a autorização genérica prévia concedida na sessão da Assembleia Municipal de 28 de dezembro de 2018 não se aplica ao presente processo.

**Assim, a Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que seja solicitada à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à criação de um “*Gabinete de inserção profissional*”, até ao valor máximo de 7.380 euros no ano de 2020, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual.**

**A presente deliberação apenas produz efeitos desde que aprovada a 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2019, podendo posteriormente ser tomada a deliberação na Sessão da Assembleia Municipal relativa ao assunto em epígrafe.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

## **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**

### **GABINETE DE APOIO AOS ÓRGÃOS DE GESTÃO**

**14. Contrato Interadministrativo de Cooperação entre o Município da Marinha Grande e o Instituto dos Registos e do Notariado ao abrigo do artigo 22.º-a da lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na redação da lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, bem como do artigo 8.º do decreto-lei n.º 101/2018, de 29 de novembro.**

296 - Considerando que:

- a) O Instituto dos Registos e do Notariado, I. P. (IRN, IP), é um instituto público integrado na administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa, que tem por missão executar e acompanhar as políticas relativas aos serviços de

registo, tendo em vista assegurar a prestação de serviços aos cidadãos e às empresas no âmbito da identificação civil e do registo civil, de nacionalidade, predial, comercial, de bens móveis e de pessoas coletivas, bem como assegurar a regulação, controlo e fiscalização da atividade notarial;

- b) O Município da Marinha Grande é uma autarquia local que visa, nos termos constitucionais, a promoção e defesa dos interesses próprios dos marinhenses;
- c) O Instituto dos Registos e do Notariado I.P. presta um serviço aos cidadãos e munícipes, nomeadamente marinhenses, sendo que têm sido promovidos esforços com vista à criação de um novo espaço de registos, instalado no edifício antes destinado a mercado municipal;
- d) No quadro do Decreto-Lei n.º 101/2018, de 29 de novembro, e em particular nos termos do artigo 8.º do mesmo diploma, o legislador, em sede de processo de descentralização de competências, previu que *“os órgãos municipais e das entidades intermunicipais podem cooperar em outras áreas da justiça, para além das previstas no presente decreto-lei, através da celebração de contratos interadministrativos com a Administração direta e indireta do Estado”*.
- e) Também esse processo se enquadra no processo global de descentralização, porquanto está inserto nesse diploma estruturante em matéria de descentralização nas áreas da Justiça;
- f) O Município da Marinha Grande está disposto a promover e cooperar na promoção da instalação destes serviços, para o efeito disponibilizando-se a promover a obra na Rua das Portas Verdes (Mercado Municipal), tendo para mais em consideração que se trata de um edifício municipal;
- g) O IRN I.P. tem interesse na rápida e célere instalação do novo espaço, como medida de promoção da qualificação dos serviços prestados às populações;
- h) A Câmara Municipal da Marinha Grande aprovou a proposta de minuta de contrato de arrendamento a celebrar com o Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, IP. para fruição, pelo IRN I.P., do imóvel em questão na reunião ordinária de 21 janeiro de 2016, alterado e aprovado na sua redação final na reunião ordinária de 06 de outubro de 2016 (anexo 1 e 2);
- i) Nos termos do mesmo, é responsabilidade da administração indireta do Estado, em concreto dos organismos do Ministério da Justiça, promover a intervenção de adaptação das instalações;
- j) A promoção, por parte de Municípios, de intervenções desta natureza assume particular relevância uma vez que estes, pela proximidade à realidade local, dispõem de condições privilegiadas para desenvolver e controlar os procedimentos adjudicatórios e a execução dos contratos que se revelem necessários, assim assegurando eficácia e eficiência na alocação dos recursos públicos, por natureza escassos, nomeadamente no que concerne à promoção e fiscalização de obras;
- k) A Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, que entrou em vigor no dia 1 de janeiro de 2019, prevê de forma inovadora um aditamento à Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, em concreto a possibilidade de novas formas de colaboração, no seu artigo 22.º-A;
- l) Este artigo 22.º-A prevê que *“Os municípios e freguesias podem colaborar com a administração central, ou com outros organismos da administração pública, na prossecução de atribuições ou competências desta”*.
- m) O artigo referido no considerando anterior prevê especificamente que *“Sempre que, nos termos dos números anteriores, os municípios e freguesias assumam a realização de despesa por conta da administração central ou de outros organismos da administração pública, são reembolsadas na exata medida da despesa assumida, no prazo máximo de 90 dias, a contar da data da emissão do documento de quitação e cumpridos os procedimentos legais aplicáveis”*.

- n) Assim, existe expressamente uma habilitação legal para a realização de investimentos por conta de outros organismos públicos;
- o) As partes pretendem estabelecer os termos da cooperação relativamente à criação do novo espaço de registos da Marinha Grande, ao abrigo deste preceituado legal;
- p) A celebração do presente contrato é feita ao abrigo do supra citado preceito da Lei das Finanças Locais, pelo que, por natureza, se trata de contratação não abrangida pela parte II do Código dos Contratos Públicos, nem sendo suscetível de estar submetida à concorrência de mercado, por força do artigo 5.º do mesmo Código, nomeadamente no que concerne ao desenvolvimento de quaisquer dos procedimentos adjudicatórios aí previstos, bem como à apresentação dos elementos instrutórios;
- q) O presente contrato respeita os princípios gerais da contratação pública previstos no n.º 1 do artigo 1.º-A do Código dos Contratos Públicos;
- r) A despesa respeitante a este contrato foi aprovada por despacho da Sra. Secretária de Estado da Justiça, datado de 4 de abril de 2019, sendo satisfeito através do compromisso n.º [•], e a minuta do presente acordo foi aprovado por deliberação do Conselho Diretivo do IRN I.P., ao abrigo de delegação de competências;

**O INSTITUTO DOS REGISTOS E DO NOTARIADO I.P.** pessoa coletiva número 508184258, com sede na Av. D. João II, n.º 1.8.01D – Edifício H – 8.º Piso – Campus da Justiça 1990-097 Lisboa, representado pela Sra. Dra. Filomena Rosa, na qualidade de Presidente do Conselho Diretivo, apresentou à Câmara Municipal da Marinha Grande a proposta de Contrato Interadministrativo de cooperação ao abrigo do artigo 22.º-a da lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na redação da lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, bem como do artigo 8.º do decreto-lei n.º 101/2018, de 29 de novembro, que se dá por integralmente reproduzido e fica em anexo (Anexo 3);

Apreciado o exposto, nomeadamente a proposta de Contrato Interadministrativo apresentada pelo **INSTITUTO DOS REGISTOS E DO NOTARIADO I.P.**, a **CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE delibera, de acordo com o artigo 33.º, n.º 1, alínea ee), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a minuta de contrato interadministrativo de cooperação, que se dá por reproduzida e fica anexa (Anexo 4), e nos termos do disposto no art.º 25.º, n.º 1, alínea k) da Lei 75/2013 de 12 de setembro, aprovar o pedido de autorização à Assembleia Municipal para a celebração do mesmo.**

Considerando que a despesa a realizar para cumprimento do disposto no presente Contrato Interadministrativo está inscrita na proposta de 6ª modificação, 2ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2019, sendo da competência da Assembleia Municipal a sua aprovação, nos termos do disposto no artigo 25.º, n.º 1, alínea a) da Lei 75/2013 de 12 setembro na sua redação atual, a presente deliberação, nos termos da alínea c) do artigo 157.º do Código de Procedimento Administrativo, apenas produz efeitos com a aprovação pela Assembleia Municipal da referida proposta.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade e em minuta.

**GABINETE MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL**

**15. Aprovação de Protocolo para o enquadramento de pessoal destinado a integrar a Equipa de Intervenção Permanente em Vieira de Leiria**

297 - Presente a proposta do Gabinete Municipal de Proteção Civil, e considerando que:

- os municípios são responsáveis pelo desenvolvimento de relevantes tarefas em matéria de proteção civil cabendo aos respetivos órgãos desencadear as ações de proteção civil de prevenção, socorro, assistência e reabilitação adequadas em cada caso (artigo 35.º, n.º 1, da Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, na sua atual redação);

- nos municípios, em que se justifique, os corpos de bombeiros voluntários detidos pelas associações humanitárias de bombeiros podem dispor de equipas de intervenção permanente (n.º 5, do artigo 17.º, do Decreto-Lei n.º 247/2007, de 27 de junho, na sua atual redação);

- a constituição deste tipo de equipas garante a prontidão na resposta às ocorrências que impliquem intervenções de socorro às populações e de defesa dos seus bens, designadamente em caso de incêndio, inundações, desabamentos, abalroamentos, naufrágios ou outras intervenções de proteção civil;

- as missões e áreas de atuação da equipa de intervenção permanente revestem inequívoco interesse municipal e constituem uma garantia de cumprimento atempado de todas as operações de socorro e emergência às populações (artigos 2.º e 3.º da Portaria n.º 1358/2007, de 15 de outubro, na sua atual redação);

- a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vieira de Leiria (AHBVL) não dispõem no presente de nenhuma EIP constituída, tendo manifestado a disponibilidade para tal poder acontecer;

- a Câmara Municipal da Marinha Grande manifestou ao Gabinete do Senhor Secretário de Estado da Proteção Civil a disponibilidade para celebrar o Acordo necessário com a ANEPC e a AHBVVL em ofício 25 de fevereiro de 2019, tendo assim formalizado a adesão do Município ao projeto de alargamento da rede das EIP conforme proposto pelo Governo no âmbito das políticas de Proteção Civil;

- na I/684/2019 do GMPC está devidamente justificada a necessidade e fundamentada a oportunidade de constituição da EIP para a AHBVVL;

#### **Propõe-se**

- a aprovação da minuta de Protocolo a celebrar com a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil e a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Vieira de Leiria, para a constituição de uma EIP nesta Associação Humanitária por um período de 3 anos, renovável por igual período.

- a aprovação do pedido de homologação do Protocolo ao Senhor Ministro da Administração Interna para que a EIP possa ser constituída e iniciar funções a partir de Junho de 2019 após aprovação por parte da Assembleia Municipal da respetiva plurianualidade da despesa

**Assim, a Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea j) do n.º 2 do artigo 23.º e na alínea bbb) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que seja solicitada à Assembleia Municipal da Marinha Grande aprovação da minuta do “*Protocolo para o enquadramento de pessoal destinado a integrar as Equipas de Intervenção Permanente*”, entre a autarquia, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vieira de Leiria e a Autoridade**

Nacional de Emergência e Proteção Civil, que se dá por reproduzido e o pedido de homologação do mesmo junto do Ministro da Administração Interna.

A presente deliberação apenas produz efeitos desde que aprovada a 2ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2019 e o pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, podendo posteriormente ser tomada a deliberação na Sessão da Assembleia Municipal relativa ao assunto em epígrafe.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

## **DIVISÃO DE QUALIDADE DE VIDA**

### **OBRAS MUNICIPAIS**

#### **16. Requalificação da cantina escolar da Embra - Concurso público n.º 22/2018 Adjudicação**

298 - O Sr. Vereador Carlos Caetano apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Presente processo de concurso para adjudicação da empreitada de “Requalificação da cantina escolar da Embra”, em que se integram os relatórios preliminar e final, propondo a adjudicação da empreitada à proposta apresentada pelo concorrente A ENCOSTA - CONSTRUÇÕES S.A., pelo valor de 307.640,22 € (trezentos e sete mil seiscentos e quarenta euros e vinte e dois cêntimos), a que acresce IVA à taxa legal em vigor e prazo de execução de 150 dias.

A Câmara Municipal, depois de analisar aqueles documentos e concordando com os fundamentos de facto e de direito dos mesmos, e tendo sido realizada audiência prévia, delibera adjudicar a empreitada de “Requalificação da cantina escolar da Embra” à proposta apresentada pelo concorrente A ENCOSTA - CONSTRUÇÕES S.A., pelo valor de 307.640,22 € (trezentos e sete mil seiscentos e quarenta euros e vinte e dois cêntimos), a que acresce IVA à taxa legal em vigor e prazo de execução de 150 dias, de acordo com os artigos 148.º, 73.º n.º 1 e 36.º, n.º 1, todos do Código dos Contratos Públicos, em conjugação com o artigo 18.º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho e com o artigo 33.º, n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Delibera ainda, aprovar a minuta do contrato a celebrar, nos termos do artigo 98.º, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos, que se dá por integralmente reproduzida.

Mais delibera designar como diretor de fiscalização o Engº Jorge Junqueira, coadjuvado pela Engª Ludmila Ferreira, nos termos do artigo 344.º, n.º 2, do Código dos Contratos Públicos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.



**17. Empreitada de: Intervenções urgentes de regularização fluvial nas áreas afetadas pelos incêndios florestais ocorridos entre agosto e outubro de 2017 - Município da Marinha Grande - Concurso público n.º 23/2018 - Adjudicação**

**O Sr. Vereador Aurélio Ferreira referiu o seguinte:**

*“Ainda bem, mas é pena só ser agora adjudicado, já vai entrar no Verão.”*

299 - O sr. Vereador apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Presente processo de concurso para adjudicação da empreitada “Intervenções urgentes de regularização fluvial nas áreas afetadas pelos incêndios florestais ocorridos entre agosto e outubro de 2017 - Município da Marinha Grande”, constituído por relatórios preliminar e final, propondo a adjudicação da empreitada ao concorrente MARVÃO MÁQUINAS - Aluguer de Máquinas, Ld.ª, pelo valor de 129.980,00€ (cento e vinte e nove mil, novecentos e oitenta euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, e prazo de execução de 90 dias.

**A Câmara Municipal, depois de analisar aqueles documentos, concordando com os fundamentos de fato e de direito dos mesmos, e tendo sido realizada audiência prévia, delibera adjudicar à proposta apresentada pelo concorrente MARVÃO MÁQUINAS - Aluguer de Máquinas, Ld.ª, pelo valor de 129.980,00€ (cento e vinte e nove mil, novecentos e oitenta euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, e prazo de execução de 90 dias, a empreitada de “Intervenções urgentes de regularização fluvial nas áreas afetadas pelos incêndios florestais ocorridos entre agosto e outubro de 2017 - Município da Marinha Grande”, de acordo com os artigos 148.º, 73.º n.º 1 e 36.º, n.º 1, todos do Código dos Contratos Públicos, em conjugação com o artigo 18.º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho e com o artigo 33.º, n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**

**Mais delibera aprovar a minuta do contrato a celebrar, de acordo com o artigo 98.º, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos.**

**Delibera ainda designar como diretora de fiscalização a eng.ª Sara Vidal coadjuvada pela eng.ª Carla Lucas, nos termos do artigo 344.º, n.º 2, do Código dos Contratos Públicos.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**18. Rede de Saneamento de Águas Residuais Domésticas de Picassinos, Pedrulheira e Tojeira- Fase 2- Concurso público n.º 15/2019. Deliberação Inicial**

300 - O Sr. Vereador Carlos Caetano apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Presente informação com a ref.ª CS/19/2019 e projeto de execução, cuja coordenação foi assegurada pela Divisão de Gestão do Território, composto por peças desenhadas e peças escritas, nomeadamente projeto de execução, memória descritiva e justificativa, caderno de encargos (cláusulas técnicas cláusulas gerais), programa de procedimento, plano de segurança e saúde, mapa de quantidades e orçamento, plano de prevenção e gestão de resíduos referentes à obra em epígrafe.

O preço base do concurso é de 167.197,34 euros e o prazo de execução é de 90 dias.

**A Câmara Municipal, nos termos conjugados dos artigos 16.º, n.º 1, alínea c), 19.º, alínea b), 36.º, n.º 1, 38.º, 40.º, n.º 2 e 67.º, n.º 1, todos do Código dos Contratos Públicos, em conjugação com o artigo 18.º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho e com o artigo 33.º, n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera:**

- a) tomar a decisão de contratar, com vista à satisfação das necessidades identificadas;
- b) escolher o procedimento de concurso público, em função do valor estimado do contrato, de acordo com o orçamento que integra o projeto de execução;
- c) autorizar a realização da despesa subjacente ao contrato;
- d) aprovar as peças do procedimento (programa do procedimento, caderno de encargos, projeto de execução e minuta do anúncio), que passam a integrar o processo administrativo;
- e) designar o júri que conduzirá o procedimento, com a seguinte composição: Eng<sup>a</sup> Cristina Silva (Presidente), Eng<sup>o</sup> Rui Vicente (Vogal), Eng<sup>a</sup> Maria João Oliveira (Secretária) e como suplentes Arq<sup>o</sup> Miguel Figueiredo e Arq<sup>a</sup> Isabel Alves.

**Mais delibera reportar a produção de efeitos jurídicos da presente deliberação à data da aprovação da próxima revisão dos instrumentos de gestão previsional de 2019**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

#### **19. Rede de Saneamento de Águas Residuais Domésticas de Picassinos, Pedrulheira e Tojeira- Fase 3- Concurso público n.º 16/2019. Deliberação Inicial**

301 - O Sr. Vereador Carlos Caetano apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Presente informação com a ref.<sup>a</sup> CS/20/2019 e projeto de execução, cuja coordenação foi assegurada pela Divisão de Gestão do Território, composto por peças desenhadas e peças escritas, nomeadamente projeto de execução, memória descritiva e justificativa, caderno de encargos (cláusulas técnicas cláusulas gerais), programa de procedimento, plano de segurança e saúde, mapa de quantidades e orçamento, plano de prevenção e gestão de resíduos referentes à obra em epígrafe.

O preço base do concurso é de 208.670,65 euros e o prazo de execução é de 90 dias.

**A Câmara Municipal, nos termos conjugados dos artigos 16.º, n.º 1, alínea c), 19.º, alínea b), 36.º, n.º 1, 38.º, 40.º, n.º 2 e 67.º, n.º 1, todos do Código dos Contratos Públicos, em conjugação com o artigo 18.º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho e com o artigo 33.º, n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera:**

- a) tomar a decisão de contratar, com vista à satisfação das necessidades identificadas;
- b) escolher o procedimento de concurso público, em função do valor estimado do contrato, de acordo com o orçamento que integra o projeto de execução;
- c) autorizar a realização da despesa subjacente ao contrato;

- d) aprovar as peças do procedimento (programa do procedimento, caderno de encargos, projeto de execução e minuta do anúncio), que passam a integrar o processo administrativo;
- e) designar o júri que conduzirá o procedimento, com a seguinte composição: Eng<sup>a</sup> Cristina Silva (Presidente), Eng<sup>o</sup> Rui Vicente (Vogal), Arq<sup>a</sup> Isabel Alves (Secretária) e como suplentes Arq<sup>o</sup> Miguel Figueiredo e Eng<sup>a</sup> Maria João Oliveira.

**Mais delibera reportar a produção de efeitos jurídicos da presente deliberação à data da aprovação da próxima revisão dos instrumentos de gestão previsional de 2019**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**20. Rede de Saneamento de Águas Residuais Domésticas da Amieira e Charneca da Amieira- Fase 1- Concurso público n.º 12/2019. Deliberação Inicial**

302 - O Sr. Vereador Carlos Caetano apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Presente informação com a ref.ªCS/16/2019 e projeto de execução, cuja coordenação foi assegurada pela Divisão de Gestão do Território, composto por peças desenhadas e peças escritas, nomeadamente projeto de execução, memória descritiva e justificativa, caderno de encargos (cláusulas técnicas cláusulas gerais), programa de procedimento, plano de segurança e saúde, mapa de quantidades e orçamento, plano de prevenção e gestão de resíduos referentes à obra em epígrafe.

O preço base do concurso é de 214.285,51 euros e o prazo de execução é de 120 dias.

**A Câmara Municipal, nos termos conjugados dos artigos 16.º, n.º 1, alínea c), 19.º, alínea b), 36.º, n.º 1, 38.º, 40.º, n.º2 e 67.º, n.º 1, todos do Código dos Contratos Públicos, em conjugação com o artigo 18.º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho e com o artigo 33.º, n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera:**

- a) tomar a decisão de contratar, com vista à satisfação das necessidades identificadas;
- b) escolher o procedimento de concurso público, em função do valor estimado do contrato, de acordo com o orçamento que integra o projeto de execução;
- c) autorizar a realização da despesa subjacente ao contrato;
- d) aprovar as peças do procedimento (programa do procedimento, caderno de encargos, projeto de execução e minuta do anúncio), que passam a integrar o processo administrativo;
- e) designar o júri que conduzirá o procedimento, com a seguinte composição: Eng<sup>a</sup> Cristina Silva (Presidente), Eng<sup>a</sup> Maria João Oliveira (Vogal), Arq<sup>o</sup> Miguel Figueiredo (Secretário) e como suplentes Eng<sup>o</sup> Rui Vicente e Arq<sup>a</sup> Isabel Alves.

**Mais delibera reportar a produção de efeitos jurídicos da presente deliberação à data da aprovação da próxima revisão dos instrumentos de gestão previsional de 2019**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**21. Rede de Saneamento de Águas Residuais Domésticas da Amieira e Charneca da Amieira- Fase 2 - Concurso público n.º 13/2019. Deliberação Inicial**

303 - O Sr. Vereador Carlos Caetano apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Presente informação com a ref.ªCS/17/2019 e projeto de execução, cuja coordenação foi assegurada pela Divisão de Gestão do Território, composto por peças desenhadas e peças escritas, nomeadamente projeto de execução, memória descritiva e justificativa, caderno de encargos (cláusulas técnicas cláusulas gerais), programa de procedimento, plano de segurança e saúde, mapa de quantidades e orçamento, plano de prevenção e gestão de resíduos referentes à obra em epígrafe.

O preço base do concurso é de 393.219,27€ (trezentos e noventa e três mil, duzentos e dezanove euros e vinte e sete cêntimos) e o prazo de execução é de 180 dias.

**A Câmara Municipal, nos termos conjugados dos artigos 16.º, n.º 1, alínea c), 19.º, alínea b), 36.º, n.º 1, 38.º, 40.º, n.º 2 e 67.º, n.º 1, todos do Código dos Contratos Públicos, em conjugação com o artigo 18.º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho e com o artigo 33.º, n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera:**

- a) tomar a decisão de contratar, com vista à satisfação das necessidades identificadas;
- b) escolher o procedimento de concurso público, em função do valor estimado do contrato, de acordo com o orçamento que integra o projeto de execução;
- c) autorizar a realização da despesa subjacente ao contrato;
- d) aprovar as peças do procedimento (programa do procedimento, caderno de encargos, projeto de execução e minuta do anúncio), que passam a integrar o processo administrativo;
- e) designar o júri que conduzirá o procedimento, com a seguinte composição: eng.ª Cristina Silva (Presidente), eng.º Rui Vicente (Vogal), arq.ª Isabel Alves (Secretário) e como suplentes eng.ª Maria João Oliveira e arq.º Miguel Figueiredo.

**Mais delibera reportar a produção de efeitos jurídicos da presente deliberação à data da aprovação da próxima revisão dos instrumentos de gestão previsional de 2019**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**22. Requalificação da Rua Aníbal Bettencourt em São Pedro de Moel - Concurso público n.º 08/2019 - Adjudicação**

**O Sr. Vereador Aurélio Ferreira referiu o seguinte:**

*“Qual a data em que ficará pronta? Estará a tempo do início da época balnear?”*

**O Sr. Vereador Carlos** Caetano respondeu que os prazos são os que decorrem do procedimento.

304 - A Sr.ª Presidente da Câmara apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Presente processo de concurso para adjudicação da empreitada de “Requalificação da Rua Aníbal Bettencourt em São Pedro de Moel”, em que se integram os relatórios preliminar e

final, propondo a adjudicação da empreitada à proposta apresentada pelo concorrente Construções Vieira Mendes, Ld.<sup>a</sup>, pelo valor de 261.815,53€ (duzentos e sessenta e um mil, oitocentos e quinze euros e cinquenta e três cêntimos), a que acresce IVA à taxa legal em vigor e prazo de execução de 90 dias.

**A Câmara Municipal, depois de analisar aqueles documentos e concordando com os fundamentos de facto e de direito dos mesmos, e tendo sido realizada audiência prévia, delibera adjudicar a empreitada de “Requalificação da Rua Aníbal Bettencourt em São Pedro de Moel” à proposta apresentada pelo concorrente Construções Vieira Mendes, Ld.<sup>a</sup>, pelo valor de 261.815,53€ (duzentos e sessenta e um mil, oitocentos e quinze euros e cinquenta e três cêntimos), a que acresce IVA à taxa legal em vigor e prazo de execução de 90 dias, de acordo com os artigos 148.º, 73.º n.º 1 e 36.º, n.º 1, todos do Código dos Contratos Públicos, em conjugação com o artigo 18.º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho e com o artigo 33.º, n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**

**Delibera ainda, aprovar a minuta do contrato a celebrar, nos termos do artigo 98.º, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos, que se dá por integralmente reproduzida.**

**Mais delibera designar como diretor de fiscalização a eng.ª Sara Vidal, coadjuvada pela eng.ª Edite Moniz, nos termos do artigo 344.º, n.º 2, do Código dos Contratos Públicos.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

## **DIVISÃO DE MODERNIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO**

### **BALCÃO DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE**

#### **23. Isenção do pagamento de taxas**

305 - A Sra. Presidente da Câmara apresentou a seguinte proposta de deliberação:

**O Industrial Desportivo Viegrense**, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Autorização para realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas, para o 1º Triatlo Jovem da Marinha Grande, no dia 25 de maio de 2019.

**O Clube Atletismo de Marinha Grande**, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Autorização para realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas, para a 31ª Milha de Cristal - Prova de Atletismo, no dia 24 de abril de 2019.

**A Fábrica da Igreja Paroquial da Marinha Grande - Igreja de Picassinós**, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para a realização dos Festejos Anuais em Honra do Padroeiro da Igreja de Picassinós nos dias 14, 15 e 16 de junho de 2019.
- Autorização para realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas.
- Licença de utilização de espaço público ou privado com publicidade.

**A SPM - Associação para a Promoção do Turismo de S. Pedro de Moel**, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para Corrida de Carrinhos de Rolamentos, a realizar no dia 18 de maio de 2019.
- Autorização para realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas.
- Licença de recinto improvisado.

**A Associação Arioso - Conservatório de Artes da Marinha Grande**, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização das atividades a seguir elencadas:

- Licença especial de ruído para realização atividades no âmbito do Dia do Trabalhador no dia 01 de maio de 2019.
- Autorização para realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas.
- Licença de recinto improvisado.

**A Biblioteca de Instrução Popular**, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para a realização dos Festejos Anuais do Rancho Folclórico “As Peixeiras da Vieira”, no dia 25 de maio de 2019.

**O Grupo Desportivo Recreativo das Figueiras**, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para Convenção de Dança/ Fitness - Step by Step, a realizar no dia 11 de maio de 2019.

**A Fábrica da Igreja Paroquial da Marinha Grande**, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para a realização de Atividade Desportiva de Automóveis no dia 05 de maio de 2019.
- Autorização para realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas.
- Licença de utilização de espaço público ou privado com publicidade.

**O Clube Desportivo e Recreativo da Amieira**, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização das atividades a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para a realização do Amieira Festival no período de 10 e 12 de maio de 2019.
- Licença de recinto improvisado;
- Licença de utilização de espaço público ou privado com publicidade.
- Autorização para realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas, para Passeio de Motos no dia 11 de maio de 2019.

Presente as informações nº 29/CS, 30/CS, 31/CS, 32/CS, 33/CS, 34/CS, 35/CS, 36/CS, 37/CS e 38/CS de 15 de abril de 2019, fundamentadas de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea a) e b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as Juntas de Freguesia, as associações de bombeiros, as fundações, as associações culturais, desportivas e recreativas legalmente constituídas, fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais e encarregados de educação legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

**Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea a) e b) do nº 3 e n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera, relativamente às atividades identificadas, isentar o Industrial Desportivo Vieirense, o Clube Atletismo de Marinha Grande, a Fábrica da Igreja Paroquial da Marinha Grande - Igreja de Picassinos, a SPM - Associação para a Promoção do Turismo de S. Pedro de Moel, a Associação Arioso - Conservatório de Artes da Marinha Grande, a Biblioteca de Instrução Popular, o Grupo Desportivo Recreativo das Figueiras, da Fábrica da Igreja Paroquial da Marinha Grande, e do Clube Desportivo e Recreativo da Amieira, do pagamento das taxas devidas pela emissão das licenças especiais de ruído, das autorizações para realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas, para as licenças de recinto improvisado e licença de utilização de espaço público ou privado com publicidade.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

## **DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO**

### **GESTÃO URBANÍSTICA**

#### **24. Req.º nº 317/19, datado de 12/02/2019 - Proc.º nº 53/19, datado de 12/02/2019 - Ricardo Miguel Pina Sousa e Marta Isabel Silva Gomes**

306 - Presente requerimento nº 317/19, registado em 2019/02/12, constante do processo camarário nº 53/18, registado em 2019/02/12, referente ao pedido de **licenciamento de obra de construção de moradia e muros e de obra de demolição de edificação existente**, no prédio urbano situado na Rua António de Sousa Calado, nº 8, lugar das Figueiras, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo nº 757, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o nº 18948, apresentado por **Ricardo Miguel Pina Sousa**, com o NIF 2144772029, e por **Marta Isabel Silva Gomes**, com o NIF 248070045, ambos residente na Rua das Laranjeiras à Garcia, nº 11, lugar do Engenho, freguesia e Concelho de Marinha Grande.

Presentes pareceres técnicos datados de 2019/3/12 e 2019/3/18, favoráveis à tomada de decisão da componente arquitetura.

Após análise do pedido, e considerando o parecer técnicos que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera:

- DEFERIR, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o projeto de arquitetura do processo camarário n.º 53/18, registado em 2019/02/12, referente ao pedido de licenciamento de obra de construção de moradia e muros e de obra de demolição de edificação existente, no prédio urbano situado na Rua António de Sousa Calado, n.º 8, lugar das Figueiras, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 757, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 18948, apresentado por Ricardo Miguel Pina Sousa, com o NIF 2144772029, e por Marta Isabel Silva Gomes, com o NIF 248070045, ambos residentes na Rua das Laranjeiras à Garcia, n.º 11, lugar do Engenho, freguesia e Concelho de Marinha Grande.

- Aceitar a cedência para domínio público da faixa de terreno com a área de 32,80 m2, situada em parte da frente do prédio confinante com a Rua António de Sousa Calado, conforme descrição e configuração constante da peça gráfica correspondente à “Implantação (proposta)”, Desenho n.º 1.2, entregue a coberto do Requerimento n.º 317/19, registado em 2019/2/12, ficando a emissão da Autorização de Utilização, condicionada à apresentação da certidão emitida Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.

- Informar os interessados que deve apresentar no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação da presente deliberação, os Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 20º do RJUE.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**25. Req.º nº 332/19, datado de 14/02/2019 - Proc.º n.º 57/19, datado de 14/02/2019 - Marlene da Conceição Ribeiro dos Santos Azinheiro**

307 - Presente requerimento n.º 332/19, datado de 2019/02/14, constante do processo camarário n.º 57/19, subscrito por **Marlene da Conceição Ribeiro dos Santos Azinheiro**, com o NIF 232715033, residente em rua Guerra Pereira, n.º 22, lugar de Casal de Anja, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de “**Construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação**”, a incidir sobre um prédio urbano, sito na rua do Casal de Anja, lugar de Casal de Anja, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 2785 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo número 4450.

Presente parecer técnico dos serviços datado de 2019/03/27, referente ao projeto de arquitetura apresentado.

Após a análise da pretensão e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do art. 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo



Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09, o projeto de arquitetura respeitante ao pedido de licenciamento da obra “**Construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação**”, a incidir sobre um prédio urbano, sito na rua do Casal de Anja, lugar de Casal de Anja, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 2785 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo número 4450, com o número de processo 57/19, com data de entrada em 2019/02/14, apresentado por Marlene da Conceição Ribeiro dos Santos Azinheiro, com o NIF 232715033, residente em rua Guerra Pereira, n.º 22, lugar de Casal de Anja, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, deferir o mesmo.

Mais delibera informar o requerente que, nos termos previstos no n.º 4 do art. 20.º do RJUE, deverá apresentar os projetos das especialidades e outros estudos necessários à execução da obra, no prazo de seis meses a contar da data da notificação do ato da aprovação do projeto de arquitetura.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**26. Req.º nº 305/19, datado de 11/02/2019 - Proc.º n.º 52/19, datado de 11/02/2019 - Pedro Ricardo Grácio de Sousa e Nuno Miguel Grácio de Sousa**

308 - Presente requerimento n.º 305/19, datado de 2019/02/11, constante do processo camarário n.º 52/19, subscrito por **Pedro Ricardo Grácio de Sousa**, com o NIF 255659741 e por **Nuno Miguel Grácio de Sousa**, com o NIF 260394556, ambos com residência em rua Esquerda, n.º 14, Almoinha Velha, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de “**Construção de uma moradia unifamiliar e muro de vedação**”, a incidir sobre um prédio rústico, sito em Ferraria, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 1568 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo número 1247.

Presentes pareceres técnicos dos serviços datados de 2019/03/29 e de 2019/03/11, referentes ao projeto de arquitetura apresentado.

Após a análise da pretensão, e considerando os pareceres técnicos que sobre ele recaíram, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do art. 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09, o projeto de arquitetura respeitante ao pedido de licenciamento da obra de “**Construção de uma moradia unifamiliar e muro de vedação**”, a incidir sobre um prédio rústico, sito em Ferraria, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 1568 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo número 1247, com o número de processo 52/19, com data de entrada em 2019/02/11, apresentado por Pedro Ricardo Grácio de Sousa, com o NIF 255659741 e por Nuno Miguel Grácio de Sousa, com o NIF 260394556, ambos com residência em rua Esquerda, n.º 14, Almoinha Velha, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

1. Nos termos previstos no n.º 4 do art. 20.º do RJUE, deverá apresentar os projetos das especialidades e outros estudos necessários à execução da obra, no prazo de seis meses a contar da data da notificação do ato da aprovação do projeto de arquitetura.
2. O muro de vedação a levar a efeito junto da rua Esquerda, deverá ser executado em alvenaria, devidamente rebocado e pintado, de acordo com a alínea a) do art. 18.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**27. Req.º nº 24/19, datado de 08/01/2019 - Proc.º n.º 4/19, datado de 08/01/2019 - Manuel Mendes de Abreu e Lina Maria Franco Neto**

309 - Presente requerimento n.º 24/19, datado de 2019/01/08, constante do processo camarário n.º 4/19, subscrito por **Manuel Mendes de Abreu**, com o NIF 179250167 e por **Lina Maria Franco Neto**, com o NIF 192566296, ambos com residência em rua dos Bentos, n.º 76 - Lote n.º 7, lugar de Amieira, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de **“Legalização e alteração de moradia unifamiliar”** existente, a incidir sobre um prédio urbano, sito na rua dos Bentos, n.º 76 - Lote n.º 7, lugar de Amieira, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 2921 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo número 19201-P.

Presente parecer técnico dos serviços datado de 2019/03/26, referente ao projeto de arquitetura apresentado.

Após a análise da pretensão e considerando o parecer técnico que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera:

**DEFERIR, nos termos do art. 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09, o projeto de arquitetura respeitante ao pedido de licenciamento da obra de “Legalização e alteração de moradia unifamiliar” existente, a incidir sobre um prédio urbano, sito na rua dos Bentos, n.º 76 - Lote n.º 7, lugar de Amieira, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 2921 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo número 19201-P, com o número de processo 4/19, com data de entrada em 2019/01/08, apresentado por Manuel Mendes de Abreu, com o NIF 179250167 e por Lina Maria Franco Neto, com o NIF 192566296, ambos com residência em rua dos Bentos, n.º 76 - Lote n.º 7, lugar de Amieira, freguesia e concelho de Marinha Grande, com o condicionalismo da apresentação, no prazo de seis meses a contar da data da notificação do ato da aprovação do projeto de arquitetura, dos projetos das especialidades correspondentes, conforme prevê o n.º 4 do art. 20.º do RJUE.**

Mais delibera informar a firma requerente que, nos termos do disposto no n.º 6 do art. 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da autorização de utilização referente a obras legalizadas é sempre precedida de vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**28. Req.º nº 1968/18, datado de 30/10/2018 - Proc.º n.º 108/18, datado de 26/03/2018 - João Miguel Moreira Jorge**

310 - Presentes requerimentos n.º 617/18, n.º 1461/18 e n.º 1968/18, registados em 2018/03/26, 2018/08/09, 2018/10/30, respetivamente, subscritos por **João Miguel Moreira Jorge**, com o NIF 115405283, residente na Rua D. Dinis, n.º 8, em São Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande, constantes do processo camarário n.º 108/18, registado em 2018/03/26, referente ao pedido de **licenciamento de obra de alteração da moradia e obra de construção de muro**, no prédio urbano situado na Rua D. Dinis, n.º 8, lugar de São Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 4924, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 3610.

Presentes alterações ao projeto apresentadas pelos requerimentos n.º 1461/18 e n.º 1968/18, registados em 2018/08/09, 2018/10/30, respetivamente, apresentadas em sede de audiência prévia.

Presentes pareceres técnicos datados de 2019/01/14 e de 2019/4/10 que reportam condicionalismo para a componente arquitetura.

Presente parecer da Chefe de Unidade datado de 2019/03/29.

Presente parecer da Chefe da Divisão de Gestão Urbanística datado de 2019/04/01.

Presente Despacho do Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, datado de 2019/04/02.

**A Câmara Municipal depois de analisar as alterações formuladas para o projeto, apresentadas em sede de audiência prévia, por João Miguel Moreira Jorge, com o NIF 115405283, residente na Rua D. Dinis, n.º 8, em São Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande, bem como os pareceres emitidos, e considerando que as alterações apresentadas colmatam as deficiências que motivaram a audiência prévia ao projeto, delibera:**

- DEFERIR, nos termos do n.º 3 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o projeto de arquitetura, do processo camarário n.º 108/18, registado em 2018/03/26, referente ao pedido de licenciamento de obra de alteração da moradia e obra de construção de muro, no prédio urbano situado na Rua D. Dinis, n.º 8, lugar de São Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 4924, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 3610, condicionado à apresentação de memória descritiva e justificativa para o projeto que se aprova.

- Aceitar a cedência para domínio público da faixa de terreno com a área de 51 m2, destinada ao alargamento do arruamento e passeio, situada ao longo da frente do prédio confinante com a Rua D. Dinis, n.º 8, conforme descrição e configuração constante da peça gráfica “Planta de Implantação sobre Levantamento Topográfico, Folha n.º 1A”, entregue a coberto do requerimento n.º 1968/18, registado em 2018/10/30, ficando a emissão da Autorização de Utilização, condicionada à apresentação da certidão emitida pela Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.

- Informar o requerente que deverá apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação da presente deliberação, os projetos das especialidades aplicáveis nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do RJUE.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**29. Req.º nº 496/19 datado de 14/03/2019 - Proc.º n.º 484/17, datado de 30/10/2017 - Lourenço Jorge Serrana Farto**

311 - Presente processo camarário n.º 484/17, registado em 2017/10/30, referente ao pedido de licenciamento de **obra de alteração e ampliação de moradia, legalização da obra ampliação e alteração de anexos e (legalização) da obra de construção de muros**, no prédio urbano situado na Rua do Cais, n.º 32, lugar de Casal das Raposas, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o n.º 4502, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 2890, apresentado por **Lourenço Jorge Serrana Farto**, com o NIF 149056095, residente na Rua do Cais, n.º 32, lugar de Casal das Raposas, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado na reunião de Câmara Municipal de 2018/11/12.

Presentes projetos das especialidades, instruídos com declaração de responsabilidade do seu autor, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 10.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.

Presentes pareceres técnicos, datados de 2019/02/12 e de 2019/03/25, que atestam, terem sido apresentados os projetos das especialidades necessários à operação urbanística, encontrando-se devidamente instruídos e em condições para que a Câmara Municipal tome uma deliberação final sobre o pedido.

**Após análise do pedido, e considerando o parecer técnico que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera:**

- DEFERIR, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 23º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento de obra de alteração e ampliação de moradia, legalização da obra ampliação e alteração de anexos e (legalização) da obra de construção de muros, erigidos no prédio urbano situado na Rua do Cais, n.º 32, lugar de Casal das Raposas, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o n.º 4502, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 2890, apresentado por Lourenço Jorge Serrana Farto, com o NIF 149056095, residente na Rua do Cais, n.º 32, lugar de Casal das Raposas, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado na reunião de Câmara Municipal de 2018/11/12.

- Informar o requerente do seguinte:

1- Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

**2- Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**30. Req.º nº 631/19, datado de 05/04/2019 - Proc.º nº 526/16, datado de 28/12/2016 - António Quintino de Sousa - Cabeça de Casal da Herança**

312 - Presente pedido com o registo nº 631/19, datado de 05/04/2019, relativo a **legalização de alterações num edifício destinado a habitação**, localizado na rua 5 de Outubro, nº 8, Praia da Vieira, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o nº 619 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo nº 5720-P, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento nº 526/16, com data de entrada de 28/12/2016, apresentado por CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA DE ANTONIO QUINTINO DE SOUSA -, com o NIF 741 937 808, com endereço na rua 5 de Outubro, nº 8, Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de Câmara de 29/10/2018;

Presente informação técnica, datada de 12/04/2019, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de serem aceites.

Presente informação técnica, datada de 15/04/2019, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

**Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a legalização de alterações num edifício destinado a habitação, localizado na rua 5 de Outubro, nº 8, Praia da Vieira, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o nº 619 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo nº 5720-P, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento nº 526/16, com data de entrada de 28/12/2016, apresentado por CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA DE ANTONIO QUINTINO DE SOUSA -, com o NIF 741 937 808, com endereço na rua 5 de Outubro, nº 8, Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande.**

**Mais delibera informar o requerente do seguinte:**

**1 - Nos termos do disposto no nº 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**

**2 - Nos termos do disposto no nº 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.**

**3 – Nos termos do artigo 94.º do RMEUMG, as obras nas praias do concelho são suspensas do dia 1 de julho até 31 de agosto.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**31. Req.º nº 573/19, datado de 27/03/2019 - Proc.º nº 505/17, datado de 13/11/2017 - Raúl Pedrosa Armindo e Hermínia da Conceição Ribeiro Pedrosa**

313 - Presente requerimento n.º 573/19, datado de 2019/03/27, constante do processo camarário n.º 505/17, subscrito por **Raúl Pedrosa Armindo**, com o NIF 166317420 e por **Hermínia da Conceição Ribeiro Pedrosa**, com o NIF 105500267, ambos com residência em rua Quinta das Nespereiras, n.º 15 - 2.º D, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de **“Alteração de moradia unifamiliar, anexo e muro de vedação”**, a levar a efeito sobre um prédio rústico, sito em Talhões da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 485 e inscrito na respetiva matriz predial rústica sob o artigo número 5245, para a qual foi emitido o Alvará de Obras de Construção n.º 53/18, datado de 2018/07/10, com termo em 2020/07/09.

Presentes pareceres técnicos dos serviços a enquadrar devidamente a pretensão.

**Após a análise da pretensão, e considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR**, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o pedido de licenciamento da obra de **“Alteração de moradia unifamiliar, anexo e muro de vedação”**, a levar a efeito sobre um prédio rústico, sito em Talhões da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 485 e inscrito na respetiva matriz predial rústica sob o artigo número 5245, para a qual foi emitido o Alvará de Obras de Construção n.º 53/18, datado de 2018/07/10, com termo em 2020/07/09, com o número de processo 505/17, com data de entrada em 2017/11/13, apresentado por Raúl Pedrosa Armindo, com o NIF 166317420 e por Hermínia da Conceição Ribeiro Pedrosa, com o NIF 105500267, ambos com residência em rua Quinta das Nespereiras, n.º 15 - 2.º D, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- 1- Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**
- 2- Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**32. Req.º nº 172/19, datado de 28/01/2019 - Proc.º nº 63/2018, datado de 22/01/2018 - José Carreira Sousa**

314 - Presentes requerimentos n.º 125/18, e requerimento n.º 172/19, registados em 2018/01/22 e 2019/01/28, respetivamente, constante do processo camarário n.º 63/2018, apresentado por **José Carreira Sousa**, com o NIF 14479556, com residência na Comeira do Paço, na Rua de São Silvestre, n.º 524, Barreira, Leiria, na qualidade de proprietário da fração “I” do prédio urbano situado na Rua das Colónias Balneares, n.º 8, em São Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 10721, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 1165, também titular do processo camarário n.º 987/1996, pelo qual foi licenciada a alteração à fração “I”, com Alvará de Licença de Obras de Alteração n.º 751/1997, e para a qual foi, igualmente, emitido o Alvará de Autorização de Utilização n.º 14/1999, datado de 14/01/1999, solicita a emissão de ***“certidão donde conste que o prédio reúne condições para a alteração de propriedade horizontal no sentido de que a fração “I” de que é proprietário altera o seu uso de comércio para habitação”***.

Após análise do pedido constante do processo camarário n.º 63/2018, pelo qual José Carreira Sousa, com o NIF 14479556, com residência na Comeira do Paço, na Rua de São Silvestre, n.º 524, Barreira, Leiria, titular da fração “I” do prédio urbano situado na Rua das Colónias Balneares, n.º 8, em São Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 10721, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 1165, a coberto do processo camarário n.º 987/1996, pelo qual foi licenciada a alteração à fração “I”, com Alvará de Licença de Obras de Alteração n.º 751/1997, e para a qual foi, igualmente, emitido o Alvará de Autorização de Utilização n.º 14/1999, vem requerer a emissão de ***“certidão donde conste que o prédio reúne condições para a alteração de propriedade horizontal no sentido de que a fração “I” de que é proprietário altera o seu uso de comércio para habitação”***, a Câmara Municipal delibera DEFERIR e mandar emitir a certidão requerida.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**33. Req.º nº 1823/18, datado de 09/10/2018 - Proc.º nº 429/18, datado de 09/10/2018 - Mário Rolo Rodrigues**

315 - Presente requerimento n.º 1823/18, registado em 2018/10/09, subscrito por **Mário Rolo Rodrigues**, com o NIF 115225463, residente na Rua da Fábrica, n.º 2, no lugar da Escoura, freguesia e concelho de Marinha Grande, constante do processo camarário n.º 429/18, registado em 2018/10/09, referente a pedido de **licenciamento de obra de construção de uma moradia e muros e obra de demolição de construções** atualmente existentes, a levar a efeito no terreno situado na interceção da Rua Cova do Lobo com a Rua Principal, no lugar da Escoura, freguesia e concelho de Marinha Grande, compreendido pelo prédio urbano inscrito na matriz predial sob o n.º 2909, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 9939, e pelo prédio misto inscrito na matriz predial urbana sob o n.º 838 e na matriz predial rústica sob o n.º 8186, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 12871.

Presente parecer técnico, datado de 2019/03/19, desfavorável, e parecer técnico datado de 2019/04/09, condicional.

Após análise do projeto de arquitetura apresentado pelo requerimento n.º 1823/18, registado em 2018/10/09, subscrito por Mário Rolo Rodrigues, com o NIF 115225463, residente na Rua da Fábrica, n.º 2, no lugar da Escoura, freguesia e concelho de Marinha Grande, constante do processo camarário n.º 429/18, registado em 2018/10/09, referente a pedido de licenciamento de obra de construção de uma moradia e muros e obra de demolição de construções atualmente existentes, a levar a efeito no terreno situado na interceção da Rua Cova do Lobo com a Rua Principal, no lugar da Escoura, freguesia e concelho de Marinha Grande, compreendido pelo prédio urbano inscrito na matriz predial sob o n.º 2909, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 9939, e pelo prédio misto inscrito na matriz predial urbana sob o n.º 838 e na matriz predial rústica sob o n.º 8186, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 12871, bem como os pareceres técnicos que sobre ele recaíram a Câmara Municipal delibera NOTIFICAR o requerente, nos termos do artigo 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo - CPA, para se pronunciar em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias, sobre o presente projeto de indeferimento da pretensão, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 24º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, por o projeto de arquitetura apresentado violar norma legal e regulamentar aplicável nomeadamente o Regulamento Geral das Edificações Urbanas - RGEU - artigo 66.º n.º 1, quanto ao número de compartimentos de habitação e por o Plano de acessibilidade considerar eventual alteração do equipamento de utilização da instalação sanitária acessível, alteração essa que traduz a violação do disposto no n.º 1 do artigo 84.º do RGEU.

- Acresce que o projeto apresenta-se deficientemente elaborado, nomeadamente por a planta de implantação não conter a identificação dos prédios abrangidos na operação, respetivas áreas, áreas de cedência ao domínio público, se for o caso, e áreas finais. De igual modo, a Memória Descritiva deve conter a descrição da área objeto do pedido (descrição dos prédios e áreas inicial e finais), conforme disposto na alínea a) do n.º 5 da Portaria n.º 113/2015, de 22/04.

A Câmara Municipal delibera ainda informar:

Na revisão do projeto deve ainda ser tido em consideração as seguintes condições:

- 1- O alinhamento do muro confinante com a rua Principal deverá garantir a construção de um passeio com 2.25 m de largura de modo a melhorar a visibilidade da intersecção da Rua Cova do Lobo com a Rua Principal, podendo ser mantida com 1.60m a largura do passeio confinante com a Rua Cova do Lobo, sendo feita a transição para uma largura de 2.25m na zona da curva de concordância.
- 2- As valetas triangulares em betão contíguas aos arruamentos deverão ser refeitas aquando a execução dos passeios.
- 3- O passeio deverá ser executado em blocos de betão com as dimensões 0,10mx0,20mx0,06m, após execução da camada de base em tout-venant com 0,15m de espessura. O lancil deverá ser em betão pré-fabricado com uma largura de 0,15m e na zona das entradas deverá ser utilizado lancil de rampa com 0.40m de largura e lancil lateral com cantos de acabamento.
- 4- Os muros ente extremas devem assegurar as características descritas na alínea f) do n.º 1 do artigo 18.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande - RMEUMMG, transcrevendo-se:



**“Artigo 18.º**

**Muros, vedações e respetivos alinhamentos**

**1 – A construção de muros de vedação ou muros de suporte, junto das vias públicas, deve observar as seguintes características:**

- a) Serem executados em alvenaria ou betão armado, rebocados e pintados;
- b) Não exceder a altura de 0,80m acima da cota dos passeios fronteiros ou dos arruamentos que os servem, sem prejuízo do previsto em Plano Municipal de Ordenamento do Território;
- c) Ao valor referido na alínea anterior, podem ainda elevar-se elementos gradeados, ou sebes vivas, desde que, no seu cômputo geral, não exceda o valor máximo de 1,50m;
- d) [Revogada];
- e) No caso de o muro de vedação separar terrenos de cota diferentes, a altura é contada a partir da cota natural mais elevada;
- f) Pode aplicar-se para os muros entre estreimas, na parte confinante com a via pública, o disposto nas alíneas b) e c), numa extensão de até 1,50 m a contar do limite ao espaço público;

(...)”

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**34. Req.º nº 2159/18, datado de 30/11/2018 - Proc.º n.º 514/18, datado de 30/11/2018 - Rui Filipe Rosa Barroquinho da Silva**

316 - Presente pedido com o registo n.º 2159/18, datado de 30/11/2018, relativo a construção de um telheiro destinado a apoio da atividade agrícola, a executar num terreno sito na rua Campo de Tiro, Amieira, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 7461 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 2979, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 514/18, com data de entrada de 30/11/2018, apresentado por **Rui Filipe Rosa Barroquinho da Silva**, com o NIF 237 483 882, residente na rua da Agroeira, n.º 62, Amieira, freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente informação técnica, datada de 16/04/2019, que refere verificar-se que o projeto apresentado viola o disposto na alínea b) do n.º 1 e na alínea a) do n.º 2, ambos do artigo 11º do regulamento do PDM, por apresentar uma área de construção de 407,64 m2 e um afastamento à estrema norte do terreno de 0 m, contrariando a área máxima permitida de 200,0 m2 e a distância mínima às estreimas de 15,0 m, respetivamente, propondo o indeferimento do presente pedido, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 24º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro;

**Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:**

**NOTIFICAR o requerente, Rui Filipe Rosa Barroquinho da Silva, com o NIF 237 483 882, residente na rua da Agroeira, n.º 62, Amieira, freguesia e concelho da Marinha Grande, em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 121º e 122º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), concedendo-lhe 15 dias,**

antes de ser tomada a decisão final, para que este refira, por escrito, o que se lhe oferecer sobre a proposta de indeferimento, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 24º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, do seu processo, referente a construção de um telheiro destinado a apoio da atividade agrícola, a executar num terreno sito na rua Campo de Tiro, Amieira, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 7461 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 2979, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 514/18, com data de entrada de 30/11/2018, por violar o disposto na alínea b) do n.º 1 e na alínea a) do n.º 2, ambos do artigo 11º do regulamento do PDM, ao propor uma área de construção de 407,64 m2 e um afastamento à extrema norte do terreno de 0 m, contrariando a área máxima permitida de 200,0 m2 e a distância mínima às extremas de 15,0 m, respetivamente.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**35. Req.º nº 120/19, datado de 22/01/2019 - Proc.º n.º 477/17, datado de 25/10/2017 - Frederico Manuel Gomes Barosa**

317 - Presente pedido de avaliação do estado de conservação de edifício, após execução de obras de reabilitação, licenciadas no âmbito do processo camarário n.º 40/17, para efeitos de candidatura a benefícios fiscais, respeitante ao edifício sito na **Rua da Covina**, freguesia de Marinha Grande, erigido no prédio descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 20.427 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 20.291, propriedade de **Frederico Manuel Gomes Barosa**, com o NIF 194089967, com morada na Rua Comendador Santos Barosa, n.º 3, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Presente Auto de vistoria datado de 09/04/2019, relativo à vistoria realizada em 26/03/2019.

**Após análise da pretensão e do auto de vistoria mencionado a Câmara delibera:**

**Informar o requerente que, tendo em conta os critérios definidos na Portaria n.º 1192-B/2006, de 03 de novembro, bem como o preenchimento da ficha de avaliação aprovada pelo mesmo diploma legal, e conforme auto de vistoria datado de 09/04/2019, relativo à vistoria realizada em 26/03/2019, ao imóvel sito na Rua da Covina, freguesia de Marinha Grande, erigido no prédio descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 20.427 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 20.291, propriedade de Frederico Manuel Gomes Barosa, com o NIF 194089967, com morada na Rua Comendador Santos Barosa, n.º 3, freguesia e concelho da Marinha Grande, é atribuído o nível de conservação EXCELENTE correspondendo-lhe o coeficiente de conservação 5.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**36. Req.º nº 594/19, datado de 01/04/2019 - Proc.º n.º 813/05, datado de 21/11/2015 - Gracinda Ferreira Mateus**

318 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 594/19, datado de 01/04/2019 apresentado por **Gracinda Ferreira Mateus**, com o NIF 195483073, com morada em

Estrada da Nazaré, n.º 252, Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito na Rua do Tecelão, Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, objeto de legalização de ampliação e licenciamento de obras de alteração interior, de fachada e de cobertura, titulada pelo alvará de obras de licença de legalização n.º50/16, emitido em 23/08/2016.

Presente parecer técnico datado de 10/04/2019, bem como despacho do Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada pela Presidente da Câmara Municipal, por despacho de 03/11/2017, a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do art.º 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

**A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria à fração ao edifício sito em Rua do Tecelão, Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de Gracinda Ferreira Mateus, com o NIF 195483073, com morada em Estrada da Nazaré, n.º 252, Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:**

**1) Membros efetivos**  
**Engenheira Maria João Oliveira**  
**Arquiteto Alexandre Fava**  
**Fiscal Nuno Fernandes**

**2) Membros suplentes**  
**Engenheiro Rui Vicente**  
**Arquiteto Ricardo Santos**  
**Fiscal Álvaro Letra**

**Dos técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**37. Req.º nº 575/19, datado de 27/03/2019 - Proc.º nº 292/18, datado de 19/07/2018 - Ângelo Augusto Madeira Gaspar**

319 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 575/19, datado de 27/03/2019 apresentado por **Ângelo Augusto Madeira Gaspar**, com o NIF 153833149, com morada em Travessa Fernando José Alvarez Baridó, n.º 1, Guarda Nova, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito na Rua das Rosas, n.º 108-A, Pedra de Baixo, freguesia e concelho de Marinha Grande, objeto de legalização de ampliação, titulada pelo alvará de obras de legalização n.º 33/19, emitido em 26/03/2019.

Presente parecer técnico datado de 05/04/2019, bem como despacho do do Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada pela Presidente da Câmara Municipal, por despacho de 03/11/2017, a determinar a

realização da vistoria prevista no n.º 6 do art.º 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

**A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria à fração ao edifício sito em Rua das Rosas, n.º 108-A, Pedra de Baixo, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de Ângelo Augusto Madeira Gaspar, com o NIF 153833149, com morada em Travessa Fernando José Alvarez Baridó, n.º 1, Guarda Nova, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:**

**1) Membros efetivos**  
**Engenheira Maria João Oliveira**  
**Arquiteto Alexandre Fava**  
**Fiscal Nuno Fernandes**

**2) Membros suplentes**  
**Engenheiro Rui Vicente**  
**Arquiteto Ricardo Santos**  
**Fiscal Álvaro Letra**

**Dos técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**38. Req.º nº 349/19, datado de 19/02/2019 - Proc.º n.º 163/2019, datado de 19/02/2019 - Rosa Maria Rodrigues Neves**

320 - Presente requerimento registado sob o n.º 349/19, datado de 19/02/2019, apresentado por **Rosa Maria Rodrigues Neves** com o NIF 142848867, residente em Bairro Santo Estevão, Lote D, 3.º Esq.º, Abraveses, Viseu, é solicitada uma vistoria ao imóvel de que é proprietária, sito na Rua Ilha do Pico, n.º 27, 2.º Dt.º, apontando a existência de diversas infiltrações, alegadamente originadas pela colocação de uma marquise sem execução do devido isolamento, no terraço de uso exclusivo da fração superior do seu imóvel, correspondente ao 3.º andar direito do referido prédio.

Presente Auto de Vistoria, datado de 11/04/2019, referente à vistoria realizada em 14/03/2019, a enquadrar o estado em que se encontrava o referido imóvel.

**Após análise do processo e do auto de vistoria elaborado pela Comissão respetiva, referente ao imóvel sito em Rua Ilha do Pico, n.º 27, a Câmara delibera:**

**NOTIFICAR nos termos do disposto no n.º 2 do art. 89.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, o proprietário da fração correspondente ao 3.º drt. do edifício sito na Rua Ilha do Pico, n.º 27, Anton Mezhyryech, para, no prazo de 90 dias, promover a execução dos trabalhos**

necessários a repor legalidade do espaço licenciado como terraço, nomeadamente através da remoção da estrutura da marquise existente e reparação do seu piso por forma a evitar as infiltrações verificadas na fração vistoriada, localizada no piso inferior, por forma a sanar as deficiências verificadas pela Comissão de Vistorias.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**39. E/1710/2019 - Pedido de ocupação de espaço público com abertura de vala para execução ramais domiciliários de gás natural - Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A.**

321 - Presente requerimento com o registo de entrada número E/1710/2019, datado de 13/02/2019, referente ao pedido de ocupação da via pública, apresentado por **LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.**, com o NIPC 502761024, para abertura de vala para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo **em Rua da Embra**, freguesia e concelho de Marinha Grande, num total de 9,50 metros.

Presente parecer técnico da Divisão de Qualidade de Vida, datado de 22/02/2019, sobre o assunto;

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 7.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/09:

Emitir parecer FAVORÁVEL ao pedido de ocupação da via pública para abertura de 9,50 metros de vala, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo em Rua da Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) Os pavimentos devem ser repostos nas devidas condições, principalmente todos os pavimentos que se apresentam sem cortes ou reparações, devendo ser utilizadas técnicas e materiais adequados a garantir o bom estado de conservação existente antes da intervenção;
- b) A reposição dos pavimentos deve ser executada com materiais de características e espessuras iguais às existentes, podendo a Câmara Municipal exigir a utilização de material de reposição novo, quando considere necessário.
- c) Os trabalhos de reposição devem incluir a remoção de todos os materiais não utilizados, terras sobrantes, entulhos e equipamentos provisórios, a reposição dos equipamentos, subterrâneos ou de superfície, ou construções afetados ou danificados e a reposição do pavimento retirado e/ou afetado pelo curso destes trabalhos;
- d) Para o efeito, deverão contactar previamente os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- e) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do RMEUMG - Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor, e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**40. E/2900/2019 - Pedido de ocupação de espaço público com abertura de vala para execução ramais domiciliários de gás natural - Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A.**

322 - Presente requerimento com o registo de entrada número E/2900/2019, datado de 18/03/2019, referente ao pedido de ocupação da via pública, apresentado por **LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.**, com o NIPC 502761024, para abertura de vala para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo **em Rua das Rosas**, freguesia de Vieira de Leiria, e **Rua Serenata Marinhense**, freguesia e concelho de Marinha Grande, num total de 14,00 metros.

Presente parecer técnico da Divisão de Qualidade de Vida, datado de 01/04/2019, sobre o assunto;

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 7.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/09:

Emitir parecer FAVORÁVEL ao pedido de ocupação da via pública para abertura de 14,00 metros de vala, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo em Rua das Rosas, freguesia de Vieira de Leiria, e Rua Serenata Marinhense, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) Os pavimentos devem ser repostos nas devidas condições, principalmente todos os pavimentos que se apresentam sem cortes ou reparações, devendo ser utilizadas técnicas e materiais adequados a garantir o bom estado de conservação existente antes da intervenção;
- b) A reposição dos pavimentos deve ser executada com materiais de características e espessuras iguais às existentes, podendo a Câmara Municipal exigir a utilização de material de reposição novo, quando considere necessário.
- c) Os trabalhos de reposição devem incluir a remoção de todos os materiais não utilizados, terras sobrantes, entulhos e equipamentos provisórios, a reposição dos equipamentos, subterrâneos ou de superfície, ou construções afetados ou danificados e a reposição do pavimento retirado e/ou afetado pelo curso destes trabalhos;
- d) Para o efeito, deverão contactar previamente os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- e) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do RMEUMG - Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor, e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**41. E/3502/2019 - Pedido de ocupação de espaço público com abertura de vala para execução de baixada elétrica - ACR - António Cristiano Rosário, Lda.**

323 - Presente requerimento com o registo de entrada número E/3502/2019, datado de 03/04/2019, apresentado por **ACR – António Cristiano Rosário, Lda.**, com o NIPC 501135340, em representação da EDP Distribuição – Energia, S.A., para abertura de vala para realização de trabalhos em subsolo, referentes à execução de uma baixada de energia elétrica, a levar a cabo na **Rua Álvaro Filipe Gouveia Pedrosa**, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, numa extensão de cerca de 9,00 metros.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 08/04/2019, sobre o assunto.

**Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, bem como o despacho proferido pelo Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, a Câmara Municipal delibera, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 7.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/09:**

**Emitir parecer FAVORÁVEL ao pedido de ocupação da via pública para abertura de vala numa extensão de cerca de 09,00 metros, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à execução de uma baixada de energia elétrica, apresentado por ACR – António Cristiano Rosário, Lda., com o NIPC 501135340, em representação da EDP Distribuição – Energia, S.A., a levar a cabo na Rua Álvaro Filipe Gouveia Pedrosa, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:**

- a) Os pavimentos devem ser repostos nas devidas condições, principalmente todos os pavimentos que se apresentam sem cortes ou reparações, devendo ser utilizadas técnicas e materiais adequados a garantir o bom estado de conservação existente antes da intervenção;**
- b) A reposição dos pavimentos deve ser executada com materiais de características e espessuras iguais às existentes, podendo a Câmara Municipal exigir a utilização de material de reposição novo, quando considere necessário.**
- c) Os trabalhos de reposição devem incluir a remoção de todos os materiais não utilizados, terras sobrantes, entulhos e equipamentos provisórios, a reposição dos equipamentos, subterrâneos ou de superfície, ou construções afetados ou danificados e a reposição do pavimento retirado e/ou afetado pelo curso destes trabalhos;**
- d) Para o efeito, deverão contactar previamente os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.**
- e) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do RMEUMG - Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor, e demais legislação aplicável.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

## **DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DA CIDADANIA**

### **INTERVENÇÃO CULTURAL**

#### **42. Admissão de candidaturas para atribuição de apoio ou benefícios a entidades de natureza cultural**

##### **Os Srs. Vereadores do MpM referiram o seguinte:**

*“Estas iniciativas são da maior relevância e merecem ser apoiadas.*

*São apresentadas 8 candidaturas. Uma das candidaturas é para uma carrinha elétrica de 7 lugares para transporte de crianças, e é excluída com o argumento de “De acordo com o Regulamento Municipal de atribuição de apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, nomeadamente o art.8.º, esta candidatura não se enquadra”*

*É lamentável que uma carrinha para uma associação não se enquadre no Regulamento existente. Afinal qual o critério?*

*Concordamos em pleno com esta e outras candidaturas para apoios aos clubes e associações. No entanto, não podemos concordar com a discricionariedade deste regulamento que temos. Sem prejuízo para o projeto, pois nem este, nem qualquer outro apoio, alguma vez deixou de ser atribuído por responsabilidade dos vereadores do MPM, mas porque discordando dos CRITÉRIOS, vamos continuar a abster-nos, com declaração de voto, até este executivo permanente decidir alterar os regulamentos que tanto prejudicam as associações.”*

324 - Presente grelha de classificação e relatório da Comissão de Apreciação das Candidaturas a Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou outra, nomeada pelo Despacho n.º 13/2019 de 1 de fevereiro de 2019 da Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande, relativa à candidatura a seguir mencionada, nos termos dos artigos 13.º e 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, adiante designado por Regulamento.

REGISTO	ÁREA	ENTIDADE	OBJETIVO	TIPO CANDIDATURA
E/1451/2019	Cultural	Sociedade de Instrução e Recreio 1º de maio	41º Encontro de Folclore	Pontual
E/9012/2018	Cultural	Associação Casa d 'Árvore - ABCNATUR	Atividade anual da Escola da Mata - Escola Comunitária na Natureza	Anual
E/9060/2018	Cultural	Clube dos Músicos da Marinha Grande	Vamos dar Música à Marinha-3º fase	Anual
E/8688/2018	Cultural	Associação Tocándar	Atividades de ocupação de tempos livres	Anual
E/9283/2018-B	Cultural	Teatresco - Grupo de Teatro	XX Festiv 'Álvaro - Festival de Teatro	Anual
E/8960/2018	Cultural	Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego	XXX - Feira Nacional de Artesanato e Gastronomia da Marinha Grande	Anual
E/8784/2018	Cultural	Confraria da Sopa do Vidreiro	Aquisição de equipamento de apoio à cozinha	Infraestruturas
E/9015/2018	Cultural	Associação Casa d 'Árvore - ABCNATUR	Aquisição de carrinha elétrica de 7 lugares	Anual



**Considerando:**

- Que a classificação das candidaturas apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder, conforme definido nos nºs 4 e 5, do artigo 13º do Regulamento;
- Que nos termos do n.º 6 do artigo 13.º do regulamento, só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos;
- Que as candidaturas admitidas ficam selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente, conforme o disposto pelo n.º 5 do artigo 14.º e n.º 1 do artigo 15.º do regulamento, estando o mesmo limitado pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;
- Que é proposto pela comissão de apreciação das candidaturas a Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, relatório e grelhas de avaliação com a pontuação parcial e classificação final, bem como cópia do despacho de nomeação da comissão de avaliação em anexo.
- Que nos termos do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento, a decisão final sobre a exclusão e admissão de candidaturas é tomada pela Câmara Municipal;

Propõe-se, atendendo à classificação final obtida em sede de avaliação, a **ADMISSÃO** das candidaturas abaixo referidas:

REGISTO	ÁREA	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/1451/2019	Cultural	Sociedade de Instrução e Recreio 1º de maio	41º Encontro de Folclore	35,6 pontos
E/9012/2018	Cultural	Associação Casa d 'Árvore - ABCNATUR	Atividade anual da Escola da Mata - Escola Comunitária na Natureza	39,1 pontos
E/9060/2018	Cultural	Clube dos Músicos da Marinha Grande	Vamos dar Música à Marinha-3º fase	35,3 pontos
E/8688/2018	Cultural	Associação Tocáandar	Atividades de ocupação de tempos livres	33,1 pontos
E/9283/2018-B	Cultural	Teatresco - Grupo de Teatro	XX Festiv 'Álvaro - Festival de Teatro	33,6 pontos
E/8960/2018	Cultural	Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego	XXX - Feira Nacional de Artesanato e Gastronomia da Marinha Grande	36,1 pontos
E/8784/2018	Cultural	Confraria da Sopa do Vidreiro	Aquisição de equipamento de apoio à cozinha	33,1 pontos

**Considerando:**

- Que a entidade apresentou uma candidatura que de acordo com o art.º 9 do Regulamento Municipal não foi considerada;
- Que nos termos do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento, a decisão final sobre a exclusão e admissão de candidaturas é tomada pela Câmara Municipal;

Propõe-se, atendendo ao relatório elaborado em sede de avaliação, a **EXCLUSÃO** da candidatura abaixo referida:

REGISTO	ÁREA	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/9015/2018	Cultural	Associação Casa d 'Árvore - ABCNATUR	Aquisição de carrinha elétrica de 7 lugares	----

**A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º e ainda do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura acima referida, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores do MpM, Aurélio Ferreira e Mêlina Mira, que proferiram a seguinte declaração de voto:**

*“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.*

*Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDRCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.*

*Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.*

*Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.*

*Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.*

*Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”*

**Esta deliberação foi aprovada em minuta.**

**43. Proposta de atribuição de apoio a entidades de natureza cultural em 2019 – área cultural - Sport Operário Marinhense - Mostra à solta por Portugal- Festival de animação**

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** e o **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** comunicaram o seu impedimento, nos termos do previsto no artigo 69.º, n.º 1, alínea a), do Código do Procedimento Administrativo, uma vez que fazem parte dos órgãos sociais do Sport Operário Marinhense.

A **Sr.ª Presidente** declarou o impedimento, nos termos do artigo 70.º, n.º 4 do mencionado Código.

**A Sr.ª Vereadora do MpM referiu o seguinte:**

*“Esta iniciativa é da maior relevância e merece ser apoiada.*

*A associação diz que o orçamento é de 2.000€, pede apoio à Camara de 1.800€, e a atribuição é de 1.000€ - Qual o critério?*

*Concordamos em pleno com esta e outras candidaturas para apoios aos clubes e associações. No entanto, não podemos concordar com a discricionariedade deste regulamento que temos. Sem prejuízo para o projeto, pois nem este, nem qualquer outro apoio, alguma vez deixou de ser atribuído por responsabilidade dos vereadores do MPM, mas porque discordando dos CRITÉRIOS, vamos continuar a abster-nos, com declaração de voto, até este executivo permanente decidir alterar os regulamentos que tanto prejudicam as associações.”*

325 - Presente deliberação de 12 março de 2019, na qual a Câmara Municipal decidiu, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º, e do n.º 4 do artigo 14.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura abaixo indicada, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

**Atividade pontual:**

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/9090/2018, de 1 de outubro de 2018	501417702	Sport Operário Marinhense	Organização do Mostra à Solta por Portugal - Festival de Animação	33,8 pontos

Presente informação com n.º de registo I/790/2019 de 15 de abril de 2019, da Divisão de Desenvolvimento da Cidadania, na qual se dá conhecimento à Câmara Municipal que, nesta fase, a entidade Sport Operário Marinhense preenche os requisitos previstos no art.º 6.º do Regulamento, propondo a atribuição de apoio financeiro, para a **Organização do Mostra à Solta por Portugal - Festival de Animação**.

Nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do Regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- Abrangência da atividade ou projeto;
- Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- Necessidade financeira do pedido.

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio da educação, cultura, desporto, ação social e promoção do desenvolvimento, nos termos da alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa e outras de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei supracitada;

Considerada a existência de dotação financeira na ação 2018/A/168;

Considerados os critérios definidos no regulamento e a verba prevista em Plano de Atividades Municipais;

Considerada a análise dos fatores acima descritos e a definição do valor do apoio financeiro a atribuir;

Atendendo a que a entidade tem a sua situação regularizada perante a Autoridade Tributária e Segurança Social e as suas obrigações cumpridas perante o Município da Marinha Grande, nos termos do artigo 6.º do Regulamento.

**A Câmara Municipal apreciou a proposta, com a qual concorda na íntegra, e ao abrigo da competência conferida pela alínea u) do nº 1, do artº 33 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro e nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios e Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, delibera conceder o seguinte apoio financeiro:**

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	PONTUAÇÃO	AÇÃO	DELIBERAÇÃO
E/9090/2018, de 1 de outubro de 2018	501417702	Sport Operário Marinhense	Organização do Monstra à Solta por Portugal - Festival de Animação	33,8 pontos	2018/A/168	1.000,00€

**Mais delibera, em cumprimento do previsto nos artigos 18º e 20º, nº 1, do Regulamento, aprovar a minuta do Contrato- Programa a celebrar com a entidade beneficiária, em anexo.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 4 votos a favor e 1 abstenção da Sr.ª Vereadora do MpM, Mêlina Mira, que proferiu a seguinte declaração de voto:**

*“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.*

*Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDRCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.*

*Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura*

*para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.*

*Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.*

*Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.*

*Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”*

**Esta deliberação foi aprovada em minuta.**

#### **44. Proposta de atribuição de apoio a entidades de natureza cultural em 2019 – área cultural - Sociedade Desportiva e Recreativa Pilado e Escoura – IV Festival O Carvoeiro**

##### **Os Srs. Vereadores do MpM referiram o seguinte:**

*“Esta iniciativa é da maior relevância e merece ser apoiada.*

*A associação diz que o orçamento é de 3.706.88 €, e a atribuição é de 1.000€ - Qual o critério?*

*Concordamos em pleno com esta e outras candidaturas para apoios aos clubes e associações. No entanto, não podemos concordar com a discricionariedade deste regulamento que temos. Sem prejuízo para o projeto, pois nem este, nem qualquer outro apoio, alguma vez deixou de ser atribuído por responsabilidade dos vereadores do MPM, mas porque discordando dos CRITÉRIOS, vamos continuar a abster-nos, com declaração de voto, até este executivo permanente decidir alterar os regulamentos que tanto prejudicam as associações.”*

326 - Presente deliberação de 12 março de 2019, na qual a Câmara Municipal decidiu, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º, e do n.º 4 do artigo 14.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura abaixo indicada, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

**Atividade pontual:**

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/8740/2018-A, de 12 de março de 2019	501804218	Sociedade Desportiva e Recreativa Pilado e Escoura	<b>IV Festival - O Carvoeiro</b>	36,4 pontos

Presente informação com n.º de registo I/791/2019 de 15 de abril, da Divisão de Desenvolvimento da Cidadania, na qual se dá conhecimento à Câmara Municipal que, nesta fase, a entidade Sociedade Desportiva e Recreativa Pilado e Escoura preenche os requisitos previstos no art.º 6.º do Regulamento, propondo a atribuição de apoio financeiro, para o **IV Festival - O Carvoeiro**.

Nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do Regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido.

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio da educação, cultura, desporto, ação social e promoção do desenvolvimento, nos termos da alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa e outras de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei supracitada;

Considerada a existência de dotação financeira na ação 2018/A/168;

Considerados os critérios definidos no regulamento e a verba prevista em Plano de Atividades Municipais;

Considerada a análise dos fatores acima descritos e a definição do valor do apoio financeiro a atribuir;

Atendendo a que a entidade tem a sua situação regularizada perante a Autoridade Tributária e Segurança Social e as suas obrigações cumpridas perante o Município da Marinha Grande, nos termos do artigo 6.º do Regulamento.

**A Câmara Municipal apreciou a proposta, com a qual concorda na íntegra, e ao abrigo da competência conferida pela alínea u) do nº 1, do artº 33 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro e nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios e Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, delibera conceder o seguinte apoio financeiro:**

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	PONTUAÇÃO	AÇÃO	DELIBERAÇÃO
E/8740/2018-A, de 12 de março de 2019	501804218	Sociedade Desportiva e Recreativa Pilado e Escoura	<b>IV Festival - O Carvoeiro</b>	36,4 pontos	2018/A/168	1.000,00€

**Mais delibera, em cumprimento do previsto nos artigos 18º e 20º, nº 1, do Regulamento, aprovar a minuta do Contrato- Programa a celebrar com a entidade beneficiária, em anexo.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores do MpM, Aurélio Ferreira e Mêlina Mira, que proferiram a seguinte declaração de voto:**

*“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.*

*Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDRCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.*

*Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.*

*Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.*

*Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.*

*Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”*

**Esta deliberação foi aprovada em minuta.**

#### **45. Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental da Marinha Grande - Pedido de cedência da Casa da Cultura Teatro Stephens para realização da Festa de Natal da APPACDM**

327 - Presente pedido da Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental da Marinha Grande datado de 10 de abril, em que é solicitada à Câmara Municipal a

cedência da Casa da Cultura Teatro Stephens em data a definir em dezembro, para realização da Festa de Natal daquela instituição (em anexo).

Presente igualmente a Informação Técnica com o n.º 682/2019 na qual é feito o enquadramento do pedido face à legislação aplicável (cfr. anexo) e à programação prevista.

Considerando que de acordo com n.ºs 2 e 3 do artigo 7.º do Regulamento de Funcionamento e Utilização da Casa da Cultura Teatro Stephens a programação de atividades desta sala de espetáculos pode incluir eventos propostos e organizados por entidades exteriores desde que aprovados pela autarquia.

Considerando que a referida aprovação depende da verificação dos pressupostos referidos no n.º 4 do artigo 7.º ou seja “A realização dos eventos propostos por entidades exteriores está dependente das características e objetivos das ações propostas, do seu interesse cultural, cívico ou outro, da capacidade de resposta dos meios técnicos instalados e da adaptabilidade do espaço”. No caso em apreço consideramos que o interesse cultural e cívico está acautelado na medida em que através da atividade proposta, são prosseguidos fins cívicos e de cidadania com os quais a autarquia se identifica: a participação dos utentes da APPACDM na Festa de Natal com momentos de interpretação teatral, dança e música mostra a preocupação da instituição na inclusão destes cidadãos especiais e é naturalmente relevante que estes sejam também conhecidos e valorizados pela sociedade marinhense.

Considerando que o Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, define no seu artigo 5º n.º 2 os requisitos necessários para que as entidades possam beneficiar de apoios ou benefícios (a APPACDM preenche os requisitos).

Considerando que ao abrigo do artigo 14.º n.º 3 alínea c) e n.º 5 alínea b) do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande as pessoas coletivas de solidariedade social estão isentas do pagamento de taxas desde que apresentem documento comprovativo da isenção de IRC (documentos em anexo – estatutos e comprovativo da isenção).

**A Câmara Municipal da Marinha Grande, analisou a proposta e considerando que:**

- 1) A cedência da utilização da Casa da Cultura está prevista no Regulamento de Funcionamento e Utilização da Casa da Cultura Teatro Stephens designadamente nos artigos 5.º, 7.º, 8.º, 12.º a 14.º não havendo motivos que justifiquem o seu indeferimento;**
- 2) Ao abrigo do artigo 14.º n.º 3 alínea c) e n.º 5 alínea b) do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande as pessoas coletivas de solidariedade social estão isentas do pagamento de taxas desde que apresentem documento comprovativo da isenção de IRC (situação que se verifica no caso em apreço);**
- 3) O apoio pontual de atividades está previsto no Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, estimando-se este apoio pontual em cerca de 500€.**

**Delibera ceder a utilização da Casa da Cultura Teatro Stephens à Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental da Marinha Grande no dia 13 de dezembro de 2019, para realização da FESTA DE NATAL, nas seguintes condições:**



- A Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental da Marinha Grande fica responsável pelo eventual pagamento de direitos de autor devidos à respetiva Sociedade Portuguesa de Autores e pela licença de representação a emitir pelo IGAC – Inspeção Geral das Atividades Culturais;
- A Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental da Marinha Grande deve garantir o cumprimento das obrigações de utilizador previstas no artigo 17.º do Regulamento de Funcionamento e Utilização da Casa da Cultura Teatro Stephens;

Mais delibera isentar a referida Associação do pagamento de taxas municipais, de acordo com o artigo 14.º n.º 3 alínea c) e n.º 5 alínea b), do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

#### **46. Proposta de fixação de preços de bilhetes para espetáculos a decorrer em 2019 na Casa da Cultura Teatro Stephens**

328 - Presentes I/33/2019 e I/623/2019 nas quais se apresenta proposta detalhada de programação para a Casa da Cultura Teatro Stephens para 2019, bem como respetiva proposta de fixação do preço dos bilhetes de ingresso.

Atendendo a que nos termos da alínea b) do n.º 2 do Artigo 6º do Regulamento de Funcionamento e Utilização da Casa da Cultura Teatro Stephens, “Em termos de gestão compete à Câmara Municipal Programar as atividades de acordo com a estratégia cultural estabelecida”;

Atendendo ainda que por forma a possibilitar a venda de bilhetes para os espetáculos propostos e de acordo com o n.º 9 artigo 26.º do Regulamento de Funcionamento e Utilização da Casa da Cultura Teatro Stephens é competência da Câmara fixar por deliberação o preço dos bilhetes;

Que de acordo com a alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, é da competência da Câmara Municipal fixar os preços da prestação de serviços ao público pelos serviços municipais ou municipalizados;

Que segundo a alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da mesma lei, compete ainda à Câmara Municipal “criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, (...) de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal”;

Propõe-se a fixação dos preços para os bilhetes de ingresso nos eventos de 2019 na CCTS, de acordo com a seguinte tabela:

DATA	Temática / Efeméride	Artista/Projeto	Valor cachet	Valor do bilhete proposto c/IVA à taxa legal em vigor
29.05.19	Véspera Feriado	Miguel Araújo	5.250,00€+IVA	15,00€
15.06.19	Música família	Grandes Canções da Disney	1.950,00€ isento	3,00€
14.09.19	Nova Temporada - 6ª -	Virgem Suta	3.600,00€ + iva	10€
21.09.19 e dia em 10.19	Festival de teatro ACASO	A definir	2.816,00€	5,00€ / 3,00€
01.10.19	Dia Mundial da Música	João Só	2.250,00€+IVA	8,00€

25.10.19	5º Aniversário Reabertura	Fernando Tordo	4.550,00€+iva	12,50€
15.11.19	Festival Jazz MG 5ª Edição	Julian Arguelles e Mário Laginha	2.500,00€+IVA	8,00€
16.11.19	Festival Jazz MG 5ª Edição	Lokomotiv	2.750,00€+IVA	8,00€
21.11.19	Festival Jazz MG 5ª Edição	Quinteto Eduardo Cardinho	2.500,00€+IVA	Gratuito CIMRL
22.11.19	Festival Jazz MG 5ª Edição	Nelson Cascais "Men Tor"	2.500,00€+IVA	8,00€
23.11.19	Festival Jazz MG 5ª Edição	Maria João "Ogre"	3.100,00€+IVA	Gratuito CIMRL
27.11.19	Dia do Fado	Lenita Gentil	4.850,00€+IVA	15,00€
14.12.19	Música família	Grandes Canções de Natal	1.950,00€ isento	3,00€

A Câmara Municipal da Marinha Grande, analisou a proposta e delibera ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do Artigo 6º do Regulamento de Funcionamento e Utilização da Casa da Cultura Teatro Stephens aprovar a programação da Casa da Cultura Teatro Stephens para 2019 e das alíneas e) e ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através da interpretação por assimilação extensiva, ou, de modo mais lato, no exercício da competência para a gestão de equipamentos e serviços municipais, a tabela de preços acima indicada e fixar os montantes dos bilhetes para entrada nos espetáculos de 2019 que vão decorrer na Casa da Cultura Teatro Stephens.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

#### **47. Doação pelo Município de Fontenay-sous-Bois para aquisição e plantação de pinheiros no Pinhal de Leiria**

329 - Presente informação n.º I/129/2019, datada de 16 de janeiro de 2019, da Divisão de Desenvolvimento da Cidadania, informando que o Município de Fontenay-sous-Bois efetuou uma segunda transferência no valor de 5.403,78€ (cinco mil quatrocentos e três euros e setenta e oito cêntimos) no dia 28 de novembro de 2018, relativa à aquisição de árvores destinadas à reflorestação do Pinhal de Leiria, conforme documento comprovativo da transferência (Anexo A), e da intenção por parte do Município de Fontenay-sous-Bois, de mobilizar os recursos financeiros para a replantação de 53.000 árvores, o equivalente à população do seu Município, manifestada na minuta do Protocolo de Acordo entre as Cidades de Fontenay-sous-Bois e a Marinha Grande, aprovada em reunião ordinária de Câmara Municipal da Marinha Grande no dia 16/04/2018.

Considerando o exposto, a Câmara Municipal da Marinha Grande delibera, ao abrigo das atribuições conferidas pela alínea e) do n.º 2 do artigo 23.º e das competências conferidas pela alínea j) e t) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aceitar a doação do valor de 5.403,78€ (cinco mil quatrocentos e três euros e setenta e oito cêntimos) para aquisição de árvores destinadas à reflorestação do Pinhal de Leiria.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

## **TURISMO**

### **48. Festas da Cidade 2019 – Patrocínio cervejeiras**

#### **Os Srs. Vereadores do MpM referiram o seguinte:**

*“A proposta de deliberação é escolher “a Sociedade Central de Cervejas e Bebidas S.A., representante da marca “Sagres”, por considerar tratar-se da proposta mais vantajosa para o Município e para as Associações/Coletividades representadas nas Festas da Cidade da Marinha Grande, uma vez que concilia preços de produto competitivos”.*

*Podiam explicar como é que a proposta é mais vantajosa para as Associações/coletividades?*

*A Soc. Cent. de Cervejas/Sagres - barril de 50 lits – 61,97€. A Super Bock é 55,92€.*

*Quantos barris consumimos no ano passado?*

*R: o ano passado consumimos 200 barris de 50l (e este ano temos mais um dia por isso iremos consumir mais). Ou seja, a diferença que pagamos a mais por 200 barris de 50L de Sagres é de 1.210 €*

*É isto que é mais vantajoso para as coletividades?*

*Apresento a seguinte proposta: escolher a Sagres, desde que acompanhe o preço da Super Bock, ou seja, 55,92€/barril*

*Já agora uma curiosidade: As festas estão integradas no Turismo porquê? Não se enquadraria melhor na intervenção cultural?”*

A **Sr.ª Vereadora Célia Guerra** explicou a escolha, referindo que vai haver mais mesas e mais apoio logístico, e ainda o apoio de uma equipa técnica permanente no recinto, o que a Super Bock não dá. Referiu ainda que todas as questões agora colocadas foram discutidas nas reuniões havidas.

#### **Seguidamente a Sr.º Presidente colocou a votação a seguinte proposta:**

330 - Presente informação n.º I/792/2019, de 16 de abril de 2019, relativa à análise das propostas de patrocínio das empresas Rota do Lis, distribuidor oficial da Super Bock Group, e da Sociedade Central de Cervejas e Bebidas S.A., representante da marca “Sagres”, para as Festas da Cidade em 2019.

Presente as propostas de patrocínio das empresas Sociedade Central de Cervejas e Bebidas S.A., representante da marca “Sagres”, e Rota do Lis, na qualidade de distribuidor oficial da Super Bock Group na região, representando a marca “Super Bock”, para o evento.

Presente mapa resumo elaborado pelos serviços, onde constam as necessidades da Câmara Municipal da Marinha Grande, e os produtos/condições que as empresas apresentam;

Considerando que a proposta apresentada pela Sociedade Central de Cervejas e Bebidas S.A., é globalmente mais vantajosa, conforme informação dos serviços;

Considerando que é necessário fechar o patrocínio das cervejeiras, atenta a necessidade de divulgação das Festas da Cidade, e de assegurar a disponibilidade de equipamentos para apoio logístico;

Considerando que a colaboração entre a empresa Sociedade Central de Cervejas e Bebidas S.A., representante da marca “Sagres”, já remonta à primeira edição da Festas e tem decorrido sem quaisquer incidentes;

Considerando que os preços apresentados são suficientemente competitivos para benefício das Associações representadas nas Festas;

**A Câmara Municipal apreciou as propostas das empresas Rota do Lis, distribuidor oficial da Super Bock Group e da Sociedade Central de Cervejas e Bebidas S.A., representante da marca “Sagres”, e delibera aceitar a proposta de patrocínio e respetivas contrapartidas apresentadas pela Sociedade Central de Cervejas e Bebidas S.A., representante da marca “Sagres”, por considerar tratar-se da proposta mais vantajosa para o Município e para as Associações/Coletividades representadas nas Festas da Cidade da Marinha Grande, uma vez que concilia preços de produto competitivos, com um valor de contrapartida financeira de 6.000,00€+IVA, e com apoio logístico necessário ao bom funcionamento do evento.**

**A Câmara Municipal considera assim que este apoio permitirá minimizar os encargos financeiros e o financiamento público que a organização do evento “Festas da Cidade” impõe, reconhecendo a importância determinante de que se revestem este tipo de ações, em benefício da comunidade local.**

**Mais delibera arrecadar a receita de 6.000,00€ acrescidos de IVA, resultante do patrocínio pela empresa Sociedade Central de Cervejas e Bebidas S.A., em representação da marca de cerveja “Sagres”.**

**Esta receita reveste-se de um carácter excecional, ao abrigo do art.º 33.º, nº 1, alínea j), da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e que deverá ser registada contabilisticamente através da rubrica 06.01.02. que respeita à classificação de transferências correntes Sociedades e Quase-Sociedades não Financeiras Privadas.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

#### **ATIVIDADE FÍSICA**

#### **49. Admissão de candidaturas para atribuição de apoio ou benefícios a entidades de natureza desportiva 2019**

**A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho e o Sr. Vereador Aurélio Ferreira** comunicaram o seu impedimento, nos termos do previsto no artigo 69.º, n.º 1, alínea a), do Código do Procedimento Administrativo, uma vez que fazem parte dos órgãos sociais do Sport Operário Marinhense.

**A Sr.ª Presidente** declarou o impedimento, nos termos do artigo 70.º, n.º 4 do mencionado Código.

**A Sr.ª Vereadora do MpM referiu o seguinte:**

*“Todas estas iniciativas são da maior relevância e merecem ser apoiadas.*

*São excluídas candidaturas, entre as quais:*

a) um concurso de pesca (1º janeiro, Ordem). O argumento é que “A candidatura não descreve e não justifica o Nº de destinatários/beneficiários previstos e quais;”. Ora tendo a Camara apoiado recentemente um concurso de pesca PROPONHO que solicitem à Coletividade a resposta pedida e que esta iniciativa seja também admitida para ser apoiada  
b) outra candidatura excluída (ACM) é para um “EQUIPAMENTO DESFIBRILHAÇÃO AUTOMÁTICA EXTERNA”. Tendo em conta a importância destes equipamentos é incompreensível que a Camara não os considere, neste e noutros casos. PROPONHO que esta candidatura seja admitida.

É lamentável que estejamos a excluir candidaturas porque não se enquadram no Regulamento existente, sobretudo porque são de reconhecida qualidade. Afinal qual o critério?

Concordamos em pleno com esta e outras candidaturas para apoios aos clubes e associações. No entanto, não podemos concordar com a discricionariedade deste regulamento que temos. Sem prejuízo para o projeto, pois nem este, nem qualquer outro apoio, alguma vez deixou de ser atribuído por responsabilidade dos vereadores do MPM, mas porque discordando dos CRITÉRIOS, vamos continuar a abster-nos, com declaração de voto, até este executivo permanente decidir alterar os regulamentos que tanto prejudicam as associações.”

**A Sr.ª Presidente colocou a votação a seguinte proposta:**

331 - Presente grelha de classificação e relatório da Comissão de Apreciação das Candidaturas a Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou outra, nomeada pelo Despacho da Sr.ª Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande, n.º 13/2019, de 01 de fevereiro de 2019, relativa às candidaturas a seguir mencionadas, nos termos dos artigos 13.º e 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, adiante designado por Regulamento.

REGISTO	ÁREA	ENTIDADE	OBJETIVO	TIPO DE CANDIDATURA
E/8111/2018	Desporto	SIR 1º MAIO	XV TORNEIO ANDEBOL PRAIA	Pontual
E/8788/2018	Desporto	SBR 1º JANEIRO	PASSEIO BTT - ANIVERSÁRIO DA COLETIVIDADE	Pontual
E/8904/2018	Desporto	CR AMIEIRINHENSE	9º GP DE ATLETISMO DA "10 KM DA AMIEIRINHA"	Pontual
E/8968/2018	Desporto	C D MOITENSE	68º CIRCUITO DE CICLISMO DA MOITA	Pontual
E/8980/2018	Desporto	D. NÁUTICO DA MARINHA GRANDE	CAMPEONATO NACIONAL DE CLUBES MASCULINO E FEMININO	Pontual
E/8984/2018	Desporto	D. NÁUTICO DA MARINHA GRANDE	C. NACIONAL DE JUVENIS, JUNIORES E SENIORES E OPEN DE PORTUGAL/ FUNCHAL	Pontual
E/9004/2018	Desporto	CPIMG - ASSOCIAÇÃO DE PATINAGEM INLINE MARINHA GRANDE	MEIA MARATONA DE PATINAGEM DE VELOCIDADE	Pontual
E/9005/2018	Desporto	CPIMG - ASSOCIAÇÃO DE PATINAGEM INLINE MARINHA GRANDE	JANTAR ANUAL E APRESENTAÇÃO DE EQUIPA	Pontual

E/9006/2018	Desporto	CPIMG - ASSOCIAÇÃO DE PATINAGEM INLINE MARINHA GRANDE	CAMPEONATO NACIONAL DE PATINAGEM DE VELOCIDADE	Pontual
E/9081/2018	Desporto	SO MARINHENSE	31º T. VOLEIBOL PRAIA 6º T. SUPER JOVEM 6º T. SUPER SÉNIOR	Pontual
E/1096/2019	Desporto	SBR 1º JANEIRO	PASSEIO BTT	Pontual
E/1097/2019	Desporto	SBR 1º JANEIRO	CONCURSO ANUAL DE PESCA	Pontual
E/2083/2019	Desporto	AC MARINHENSE	EQUIPAMENTO DESFIBRILHAÇÃO AUTOMÁTICA EXTERNA	Pontual
E/2488/2019	Desporto	CRUPO DESPORTIVO "OS VIDREIROS"	1º TORNEIO INTERNACIONAL JÚNIOR	Pontual

**Considerando:**

- Que a classificação das candidaturas apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder, conforme definido nos nºs 4 e 5, do artigo 13º do Regulamento;
- Que nos termos do n.º 6 do artigo 13.º do regulamento, só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos;
- Que as candidaturas admitidas ficam selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente, conforme o disposto pelo n.º 5 do artigo 14.º e n.º 1 do artigo 15.º do regulamento, estando o mesmo limitado pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;
- Que é proposto pela comissão de apreciação das candidaturas a Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, relatório e grelhas de avaliação com a pontuação parcial e classificação final, bem como cópia do despacho de nomeação da comissão de avaliação em anexo.
- Que nos termos do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento, a decisão final sobre a exclusão e admissão de candidaturas é tomada pela Câmara Municipal;

Propõe-se, atendendo à classificação final obtida em sede de avaliação, a **ADMISSÃO** das candidaturas abaixo referidas:

REGISTO	ÁREA	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/8111/2018	Desporto	SIR 1º MAIO	XV TORNEIO ANDEBOL PRAIA	38,3
E/8788/2018	Desporto	SBR 1º JANEIRO	PASSEIO BTT - ANIVERSÁRIO DA COLETIVIDADE	26
E/8904/2018	Desporto	CR AMIEIRINHENSE	9º GP DE ATLETISMO DA "10 KM DA AMIEIRINHA"	36,3
E/8968/2018	Desporto	C D MOITENSE	68º CIRCUITO DE CICLISMO DA MOITA	35,3
E/8980/2018	Desporto	D. NÁUTICO DA MARINHA GRANDE	CAMPEONATO NACIONAL DE CLUBES MASCULINO E FEMININO	31,8

E/8984/2018	Desporto	D. NÁUTICO DA MARINHA GRANDE	C. NACIONAL DE JUVENIS, JUNIORES E SENIORES E OPEN DE PORTUGAL/ FUNCHAL	31,3
E/9004/2018	Desporto	CPIMG - ASSOCIAÇÃO DE PATINAGEM INLINE MARINHA GRANDE	MEIA MARATONA DE PATINAGEM DE VELOCIDADE	31,5
E/9006/2018	Desporto	CPIMG - ASSOCIAÇÃO DE PATINAGEM INLINE MARINHA GRANDE	CAMPEONATO NACIONAL DE PATINAGEM DE VELOCIDADE	31,5
E/9081/2018	Desporto	SO MARINHENSE	31º T. VOLEIBOL PRAIA 6º T. SUPER JOVEM 6º T. SUPER SÉNIOR	38,8
E/1096/2019	Desporto	SBR 1º JANEIRO	PASSEIO BTT	26
E/2083/2019	Desporto	AC MARINHENSE	EQUIPAMENTO DESFIBRILHAÇÃO AUTOMÁTICA EXTERNA	28,3
E/2488/2019	Desporto	CRUPO DESPORTIVO "OS VIDREIROS"	1º TORNEIO INTERNACIONAL JÚNIOR	27

**Considerando:**

- Que a entidade apresentou uma candidatura que de acordo com o n.º 1 do art.º 5 do Regulamento Municipal não foi considerada;
- Que nos termos do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento, a decisão final sobre a exclusão e admissão de candidaturas é tomada pela Câmara Municipal;

Propõe-se, atendendo ao relatório elaborado em sede de avaliação, a **EXCLUSÃO** das candidaturas abaixo referidas:

REGISTO	ÁREA	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/9005/2018	Desporto	CPIMG - ASSOCIAÇÃO DE PATINAGEM INLINE MARINHA GRANDE	JANTAR ANUAL E APRESENTAÇÃO DE EQUIPA	5,3
E/1097/2019	Desporto	SBR 1º JANEIRO	CONCURSO ANUAL DE PESCA	18,8

**Considerando:**

- Que a entidade apresentou uma candidatura que de acordo com o art.º 9 do Regulamento Municipal não foi considerada;
- Que nos termos do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento, a decisão final sobre a exclusão e admissão de candidaturas é tomada pela Câmara Municipal;

Propõe-se, atendendo ao relatório elaborado em sede de avaliação, a **EXCLUSÃO** da candidatura abaixo referida:

REGISTO	ÁREA	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/2083/2019	Desporto	AC MARINHENSE	EQUIPAMENTO DESFIBRILHAÇÃO AUTOMÁTICA EXTERNA	---

A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º e ainda do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir e excluir as candidaturas acima referidas, ficando as admitidas

**selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 4 votos a favor e 1 abstenção da Sr.ª Vereadora do MpM, Mêlina Mira, que proferiu a seguinte declaração de voto:**

*“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.*

*Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.*

*Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.*

*Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.*

*Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.*

*Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”*

**Esta deliberação foi aprovada em minuta.**

#### **50. Proposta de atribuição de apoio a entidades de natureza desportiva em 2019 – Sociedade de Instrução e Recreio 1º Maio – “Festand 2019”**

**Os Srs. Vereadores do MpM referiram o seguinte:**

*“Esta iniciativa é da maior relevância e merece ser apoiada.*

*O Clube diz que o orçamento é de 1.200 €, pede este valor, e a atribuição é de 500€ - Qual o critério?*

*Concordamos em pleno com esta e outras candidaturas para apoios aos clubes e associações. No entanto, não podemos concordar com a discricionariedade deste*



*regulamento que temos. Sem prejuízo para o projeto, pois nem este, nem qualquer outro apoio, alguma vez deixou de ser atribuído por responsabilidade dos vereadores do MPM, mas porque discordando dos CRITÉRIOS, vamos continuar a abster-nos, com declaração de voto, até este executivo permanente decidir alterar os regulamentos que tanto prejudicam as associações.”*

**A Sr.ª Presidente colocou a votação a seguinte proposta:**

332 - Presente deliberação de 12 março de 2019, na qual a Câmara Municipal decidiu, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º, e do n.º 4 do artigo 14.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura abaixo indicada, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

**Atividade pontual:**

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/8110/2018	501056467	Sociedade de Instrução e Recreio 1º Maio	FESTAND 2019	38 pontos

Presente informação com registo I/498/2019, de 16 de abril, da Divisão de Desenvolvimento da Cidadania, na qual se dá conhecimento à Câmara Municipal que, nesta fase, a entidade **Sociedade de Instrução e Recreio 1º Maio** preenche os requisitos previstos no art.º 6.º do Regulamento, propondo a atribuição de apoio financeiro, para a organização **FESTAND 2019**.

Nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do Regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido.

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio da educação, cultura, desporto, ação social e promoção do desenvolvimento, nos termos da alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa e outras de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei supracitada;

Considerada a existência de dotação financeira na ação 2018/A/189;

Considerados os critérios definidos no regulamento e a verba prevista em Plano de Atividades Municipais;

Considerada a análise dos fatores acima descritos e a definição do valor do apoio financeiro a atribuir;

Atendendo a que a entidade tem a sua situação regularizada perante a Autoridade Tributária e Segurança Social e as suas obrigações cumpridas perante o Município da Marinha Grande, nos termos do artigo 6.º do Regulamento.

**A Câmara Municipal apreciou a proposta, com a qual concorda na íntegra, e ao abrigo da competência conferida pela alínea u) do nº 1, do artigo 33.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios e Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, delibera conceder o seguinte apoio financeiro:**

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	PONTUAÇÃO	AÇÃO	VALOR
E/8110/2018	501056467	Sociedade de Instrução e Recreio 1º Maio	FESTAND 2019	38 pontos	2018/A/189	500,00€

**Mais delibera, em cumprimento do previsto nos artigos 18º e 20º, nº 1, do Regulamento, aprovar a minuta do Contrato- Programa a celebrar com a entidade beneficiária, em anexo.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores do MpM, Aurélio Ferreira e Mêlina Mira, que proferiram a seguinte declaração de voto:**

*“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.*

*Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDRCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.*

*Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.*

*Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.*

*Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao*

*cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.*

*Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”*

**Esta deliberação foi aprovada em minuta.**

## **PROMOÇÃO SOCIAL, SAÚDE E VOLUNTARIADO**

### **51. Atualização bienal do valor da renda, sob o regime de arrendamento apoiado, da inquilina residente na Rua António Lopes, n.º 78, Camarnal - Marinha Grande.**

333 - Presente informação n.º 773 da Divisão de Desenvolvimento da Cidadania, datada de 11 de abril de 2019, a dar conta da atualização bienal do valor da renda da habitação em epígrafe.

Considerando que a Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual estabelece o novo regime do arrendamento apoiado para habitação de fim social e revoga a Lei n.º 21/2009, de 20 de maio e os Decretos-Lei n.º 608/73, de 14 de novembro e 166/93, de 7 de maio;

Considerando que nos termos do artigo 3.º da referida Lei, são apresentadas as definições/ponderações, a ter em conta para o cálculo do valor da renda;

Considerando que o seu artigo 21.º, prevê que o valor das rendas em regime do arrendamento apoiado é determinado pela aplicação de uma taxa de esforço ao rendimento mensal corrigido do agregado familiar, sendo a taxa de esforço (T) o valor arredondado à milésima, que resulta da seguinte fórmula:

$T = 0,067 \times (RMC/I.A.S.)$  em que:

T = Taxa de esforço

RMC = Rendimento Mensal Corrigido do Agregado Familiar

I.A.S. = Indexante dos Apoios Sociais (435,76€)”

Considerando ainda que , no n.1 do artigo 22.º a renda em regime de arrendamento apoiado não pode ser de valor inferior a 1% do indexante dos apoios sociais (IAS) vigente em cada momento.

Considerando que nos termos do n.º 6 do artigo 23.º da mesma Lei, a renda atualizada ou revista, nos termos dos números anteriores, é devida no segundo mês subsequente ao da data de receção, pelo arrendatário, da comunicação do senhorio com o respetivo valor.

Considerando que, ao abrigo do n.º 1 do art.º 27.º do Regulamento de atribuição, de gestão e de utilização das habitações sociais do Município da Marinha Grande, o montante da renda é atualizado, bienalmente, em função da variação do rendimento mensal corrigido do agregado familiar, nos termos do previsto no n.º 3 do artigo 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro.

Considerando, por fim, os cálculos que se encontram demonstrados na ficha da inquilina e que têm por base os documentos facultados pela própria.

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso da competência prevista na alínea ee) do n.º1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2015, de 30 de março e, em conformidade com o artigo 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual proceder à atualização da renda da inquilina residente na fração identificada em epígrafe, sendo o valor a aplicar o constante do quadro seguinte:

MORADOR	Bloco/ Fração	DATA CONTRATO	RENTA/19 (abril)	RENTA/19 (junho)
Rua António Lopes	N.º 78	21/10/2004	5,50€	31,79€

Mais delibera, em conformidade com o n.º 6 do art.º 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual que a aplicação da referida renda entre em vigor a partir do 1.º dia útil do mês de junho do corrente ano.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

## 52. Admissão e exclusão de candidaturas para atribuição de apoio ou benefícios a entidades de natureza social I.

**Os Srs. Vereadores do MpM referiram o seguinte:**

*“Todas estas iniciativas são da maior relevância e merecem ser apoiadas.*

*São apresentadas 8 candidaturas, e destas, são excluídas 6 candidaturas.*

*Estamos a falar de apoios a instituições de natureza social. E esta é a atenção que tem este executivo perante as ações sociais. Para que se perceba, são 3 candidaturas nos seniores (ASURPI) e 3 candidaturas nas crianças (Jardim dos Pequenininhos)*

*Afinal qual o critério?*

*Concordamos em pleno com esta e outras candidaturas para apoios aos clubes e associações. No entanto, não podemos concordar com a discricionariedade deste regulamento que temos. Sem prejuízo para o projeto, pois nem este, nem qualquer outro apoio, alguma vez deixou de ser atribuído por responsabilidade dos vereadores do MPM, mas porque discordando dos CRITÉRIOS, vamos continuar a abster-nos, com declaração de voto, até este executivo permanente decidir alterar os regulamentos que tanto prejudicam as associações.”*

**A Sr.ª Presidente colocou a votação a seguinte proposta:**

334 - Presente grelha de classificação e relatório da Comissão de Apreciação das Candidaturas a Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, nomeada pelo Despacho n.º 13/2019, de 01 de fevereiro de 2019, da Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande, relativa às candidaturas a seguir mencionadas, nos termos dos artigos 13.º e 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, adiante designado por Regulamento.

REGISTO	ÁREA	ENTIDADE	OBJETIVO	TIPO CANDIDATURA	ADMITIDO/EXCLUÍDO
E/9159/2018	Social	Associação Novo Olhar II	Funcionamento do Centro Sócio Sanitário Porta Azul + Loja Social	Anual	Admitido
E/10032/2018	Social	Associação Portuguesa de Doentes de Parkinson	Encontros Terapêuticos com Parkinson	Anual	Admitido
E/11554/2018-A	Social	Associação de Promoção Social-Jardim dos pequeninos	Frequência da Piscina Municipal- Vieira de Leiria. Alunos do ensino Pré-Escolar.	Anual	Excluído

REGISTO	ÁREA	ENTIDADE	OBJETIVO	TIPO CANDIDATURA	ADMITIDO/EXCLUÍDO
E/1654/2019	Social	ASURPI- Associação Sindical União dos Reformados Pensionistas e Idosos	Visita à Universidade Sénior da cidade de Oliveira de Azeméis	Pontual	Excluído
E/1653/2019	Social	ASURPI- Associação Sindical União dos Reformados Pensionistas e Idosos	Visita à Universidade Sénior da cidade de Vila Nova de Poiares	Pontual	Excluído
E/1652/2019	Social	ASURPI- Associação Sindical União dos Reformados Pensionistas e Idosos	Visita à Universidade Sénior da cidade de Pedrogão Grande	Pontual	Excluído
E/11554/2018-B	Social	Associação de Promoção Social-Jardim dos pequeninos	Dia Mundial da Criança- Crianças a brincar na rua!	Pontual	Excluído
E/11478/2018	Social	Associação de Promoção Social-Jardim dos pequeninos	Frequência da Praia - 3 semanas	Pontual	Excluído

**Considerando:**

- Que a classificação das candidaturas apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder, conforme definido nos nºs 4 e 5, do artigo 13º do Regulamento;
- Que nos termos do n.º 6 do artigo 13.º do regulamento, só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos;
- Que as candidaturas admitidas ficam selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente, conforme o disposto pelo n.º 5 do artigo 14.º e n.º 1 do artigo 15.º do regulamento, estando o mesmo limitado pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;
- Que é proposto pela comissão de apreciação das candidaturas a Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, relatório e grelhas de avaliação com a pontuação parcial e classificação final, bem como cópia do despacho de nomeação da comissão de avaliação em anexo.
- Que nos termos do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento, a decisão final sobre a exclusão e admissão de candidaturas é tomada pela Câmara Municipal;

Propõe-se, atendendo à classificação final obtida em sede de avaliação, a Admissão e a Exclusão das candidaturas abaixo referidas:

REGISTO	ÁREA	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO	ADMITIDO/EXCLUÍDO
E/9159/2018	Social	Associação Novo Olhar II	Funcionamento do Centro Sócio Sanitário Porta Azul + Loja Social	36,3	Admitido
E/10032/2018	Social	Associação Portuguesa de Doentes de Parkinson	Encontros Terapêuticos com Parkinson	33,6	Admitido
E/1654/2019	Social	ASURPI- Associação Sindical União dos Reformados Pensionistas e Idosos	Visita à Universidade Sénior da cidade de Oliveira de Azeméis	23,8	Excluído
E/1653/2019	Social	ASURPI- Associação Sindical União dos Reformados Pensionistas e Idosos	Visita à Universidade Sénior da cidade de Vila Nova de Poiares	22,1	Excluído
E/1652/2019	Social	ASURPI- Associação Sindical União dos Reformados Pensionistas e Idosos	Visita à Universidade Sénior da cidade de Pedrogão Grande	22,1	Excluído
E/11554/2018-B	Social	Associação de Promoção Social- Jardim dos pequeninos	Dia Mundial da Criança- Crianças a brincar na rua!	21,8	Excluído
E/11478/2018	Social	Associação de Promoção Social- Jardim dos pequeninos	Frequência da Praia - 3 semanas	21,3	Excluído
E/11554/2018-A	Social	Associação de Promoção Social- Jardim dos pequeninos	Frequência da Piscina Municipal- Vieira de Leiria. Alunos do ensino Pré-Escolar.	19,3	Excluído

**A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º e ainda do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir as candidaturas acima referidas, ficando as mesmas selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente.**

**Mais delibera, excluir as candidaturas acima referidas determinando a realização de audiência prévia escrita dos interessados, conforme previsto nos artigos 121.º e 122.º do CPA - Código de Procedimento Administrativo.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores do MpM, Aurélio Ferreira e Mêlina Mira, que proferiram a seguinte declaração de voto:**

*“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.*

*Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDR Centro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.*

*Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.*

*Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.*

*Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.*

*Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”*

**Esta deliberação foi aprovada em minuta.**

### **53. Admissão e exclusão de candidaturas para atribuição de apoio ou benefícios a entidades de natureza social II.**

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** e o **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** comunicaram o seu impedimento, nos termos do previsto no artigo 69.º, n.º 1, alínea a), do Código do Procedimento Administrativo, uma vez que fazem parte dos órgãos sociais do Sport Operário Marinhense.

A **Sr.ª Presidente** declarou o impedimento, nos termos do artigo 70.º, n.º 4 do mencionado Código.

#### **A Sr.ª Vereadora do MpM referiu o seguinte:**

*“Todas estas iniciativas são da maior relevância e merecem ser apoiadas.*

*Afinal qual o critério para excluir alguma?*

*Concordamos em pleno com esta e outras candidaturas para apoios aos clubes e associações. No entanto, não podemos concordar com a discricionariedade deste regulamento que temos. Sem prejuízo para o projeto, pois nem este, nem qualquer outro apoio, alguma vez deixou de ser atribuído por responsabilidade dos vereadores do MPM, mas porque discordando dos CRITÉRIOS, vamos continuar a abster-nos, com declaração de voto, até este executivo permanente decidir alterar os regulamentos que tanto prejudicam as associações.”*

#### **A Sr.ª Presidente colocou a votação a seguinte proposta:**

335 - Presente grelha de classificação e relatório da Comissão de Apreciação das Candidaturas a Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou outra, nomeada pelo Despacho n.º 13/2019, de 01 de fevereiro de 2019, da Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande, relativa às candidaturas a seguir mencionadas, nos termos dos artigos 13.º e 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, adiante designado por Regulamento.

REGISTO	ÁREA	ENTIDADE	OBJETIVO	TIPO CANDIDATURA	ADMITIDO / EXCLUÍDO
E/90842018	Social	SOM- Sport Operário Marinhense	Comemorações do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência	Pontual	Admitido
E/8912/2018	Social	ASURPI- Associação Sindical União dos Reformados Pensionistas e Idosos	Almoço de Natal do Reformado	Pontual	Excluído
E/8911/2018	Social	ASURPI- Associação Sindical União dos Reformados Pensionistas e Idosos	Atividade Cultural e Intercâmbios com outras Universidades	Pontual	Admitido

REGISTO	ÁREA	ENTIDADE	OBJETIVO	TIPO CANDIDATURA	ADMITIDO / EXCLUÍDO
E/8902/2018	Social	Adeser II- Associação para desenvolvimento Económico e Social da Região M <sup>a</sup> G	Salas de Estudo "O nosso Mundo" e "Gabinete Mão Aberta"	Anual	Admitido
E/89552018	Social	Associação de Dadores Benévolos de Sangue	Plano de atividades e Orçamento para 2019	Anual	Admitido
E/8921/2018	Social	APD- Associação Portuguesa de Deficientes	Plano de Atividades 2019	Anual	Admitido
E/8897/2018-A	Social	Comissão de Reformados e Pensionistas e Idosos	60+	Anual	Admitido
E/8990/2018	Social	Associação "Amigos Por Perto"	Outras Atividades Associativas N.E	Anual	Admitido
E/8953/2018	Social	APAMG- Associação Protetora de Animais da Marinha Grande	Proteção, defesa e auxílio de animais abandonados, negligenciados e/ou carenciados	Anual	Admitido

**Considerando:**

- Que a classificação das candidaturas apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder, conforme definido nos nºs 4 e 5, do artigo 13º do Regulamento;
- Que nos termos do n.º 6 do artigo 13.º do regulamento, só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos;
- Que as candidaturas admitidas ficam selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente, conforme o disposto pelo n.º 5 do artigo 14.º e n.º 1 do artigo 15.º do regulamento, estando o mesmo limitado pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;
- Que é proposto pela comissão de apreciação das candidaturas a Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, relatório e grelhas de avaliação com a pontuação parcial e classificação final, bem como cópia do despacho de nomeação da comissão de avaliação em anexo.
- Que nos termos do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento, a decisão final sobre a exclusão e admissão de candidaturas é tomada pela Câmara Municipal;

Propõe-se, atendendo à classificação final obtida em sede de avaliação, a Admissão e a Exclusão das candidaturas abaixo referidas:



REGISTO	ÁREA	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO	ADMITIDO / EXCLUÍDO
E/90842018	Social	SOM- Sport Operário Marinhense	Comemorações do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência	30,1	Admitido
E/8912/2018	Social	ASURPI- Associação Sindical União dos Reformados Pensionistas e Idosos	Almoço de Natal do Reformado	22,9	Excluído
E/8911/2018	Social	ASURPI- Associação Sindical União dos Reformados Pensionistas e Idosos	Atividade Cultural e Intercâmbios com outras Universidades	28,8	Admitido
E/8902/2018	Social	Adeser II- Associação para desenvolvimento Económico e Social da Região M <sup>o</sup> G	Salas de Estudo "O nosso Mundo" e "Gabinete Mão Aberta"	34,4	Admitido
E/89552018	Social	Associação de Dadores Benévolos de Sangue	Plano de atividades e Orçamento para 2019	38,6	Admitido
E/8921/2018	Social	APD- Associação Portuguesa de Deficientes	Plano de Atividades 2019	37,1	Admitido
E/8897/2018-A	Social	Comissão de Reformados e Pensionistas e Idosos	60+	25,4	Admitido
E/8990/2018	Social	Associação "Amigos Por Perto"	Outras Atividades Associativas N.E	33,1	Admitido
E/8953/2018	Social	APAMG- Associação Protetora de Animais da Marinha Grande	Proteção, defesa e auxílio de animais abandonados, negligenciados e/ou carenciados	35,9	Admitido

**A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º e ainda do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir as candidaturas acima referidas, ficando as mesmas selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente.**

**Mais delibera, excluir as candidaturas acima referidas determinando a realização de audiência prévia escrita dos interessados, conforme previsto nos artigos 121.º e 122.º do CPA - Código de Procedimento Administrativo.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 4 votos a favor e 1 abstenção da Sr.ª Vereadora do MpM, Mêlina Mira, que proferiu a seguinte declaração de voto:**

*"A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.*

*Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para "a revisão do processo de atribuição de subsídios...". Não se valoriza o parecer da CCDR Centro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.*

*Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve*

*ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.*

*Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.*

*Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.*

*Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”*

**Esta deliberação foi aprovada em minuta.**

## **DIVISÃO JURÍDICA E DE APOIO**

### **APOIO JURÍDICO**

#### **54. Concurso Público de Cedência nº1/2019 - Cedência de dois espaços do município para a exibição cinematográfica – Teatro Stephens e no Cine-Teatro Ator Álvaro - Deliberação Inicial**

**Os Srs. Vereadores do MpM referiram o seguinte:**

*“Algumas questões:*

- em que moldes irá funcionar o cinema ?*
- como vai ser a dinamização e a publicitação ?*
- como vai ser a bilhética ?*
- limpeza das salas?*
- qual vai ser a duração do contrato ?*
- uma das práticas de ir ao cinema é comer pipocas, rebuçados ou pastilhas elásticas. Vai ser possível?*
- todas as salas de cinema têm um apoio de bar. Como vai funcionar no Teatro Stephens? Já agora qual a situação da Cafetaria d'Arte que dava apoio ao Teatro Stephens e está fechado, tendo o município pedido por diversas vezes que a Câmara apresente uma solução para resolver o problema.”*

**A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** também questionou se as pessoas já podem escolher o seu lugar e qual a razão por que não se podem comer pipocas.

**A Sr.ª Vereadora Célia Guerra** enunciou o número de sessões a realizar, referiu que a limpeza lhe parece ser da responsabilidade do concessionário e que o contrato é por 1 ano. Vai ser introduzida a bilhética, e a escolha do lugar é apenas uma questão de recursos humanos. No que se refere à proibição de comer pipocas ela encontra-se no regulamento da Casa da Cultura.

A **Sr.ª Presidente** informou, em relação ao bar, que a situação foi analisada pela Divisão Jurídica, cabendo ao executivo tomar uma decisão.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** referiu que não está no contrato a divulgação e publicidade, que é um ponto-chave para o sucesso do cinema.

**Seguidamente a Sr.ª Presidente colocou a votação a seguinte proposta:**

336 - Presentes:

- informação nº I/373/2019, de 15-02-2019, proveniente da Divisão de Desenvolvimento da Cidadania, pela qual se solicita a abertura de procedimento com vista à cedência de dois espaço do município para exibição cinematográfica : Teatro Stephens e Cine-Teatro Ator Álvaro;

- caderno de encargos (cláusulas técnicas cláusulas gerais), programa de procedimento e minuta do anúncio

**A Câmara Municipal, nos termos conjugados dos artigos 16.º, n.º 1, alínea c), 21.º, alínea a), 36.º, n.º 1, 38.º, 40.º, n.º 2 e 67.º, n.º 1, todos do Código dos Contratos Públicos e no âmbito das competências previstas da alínea ee) do nº 1 do artigo 33º do RJAL, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, delibera:**

- a) autorizar a cedência dos dois espaço do Município - Teatro Stephens e Cine-Teatro Ator Álvaro - para exibição cinematográfica;**
- b) escolher o procedimento de concurso público para adjudicar a referida cedência;**
- c) aprovar as peças do procedimento (programa do procedimento, caderno de encargos, projeto de execução e minuta do anúncio), que passam a integrar o processo administrativo;**
- d) designar o júri que conduzirá o procedimento, com a seguinte composição: Dra. Helena Godinho (Presidente), Dra. Elenora Nunes (Vogal), Dra. Cármen Cruz (Secretária) e como suplentes Dra. Ana Simões e Dra. Paula Maia.**

**A presente deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**55. Contrato de Concessão de Exploração do café Bambi, em São Pedro de Moel - Aprovação da Minuta de contrato**

337 - Por deliberação camarária de 26 de novembro de 2018, no seguimento do pedido de revisão do valor da renda apresentado pela empresa exploradora, - Roldão e Rosa, Lda, NPC 514376201, e considerada a necessidade de adotar uma solução justa e equilibrada, foi modificada, com efeitos imediatos, a cláusula terceira do contrato nº 16/2005, fixando o valor da renda anual em 7.454,45 euros (sete mil, quatrocentos e cinquenta e quatro euros e quarenta e cinco cêntimos).

Mais, deliberou o órgão aprovar a minuta do contrato adicional a celebrar que se encontra em anexo e que aqui se dá por integralmente reproduzida.

Por deliberação camarária de 28 de janeiro de 2019, e na sequência da alteração da denominação social e forma jurídica da entidade exploradora, foi atualizada a identificação

do segundo outorgante do contrato nº 33/2017, para “ ---- **SEGUNDO: Vítor José Domingos Rosa, portador do Cartão de Cidadão n.º 10324093, com NIF 205674194, com domicílio profissional na rua dos Coelho, n.º 3, Marinha Pequena, concelho de Marinha Grande, na qualidade de representante legal e em representação de Vítor José Domingos Rosa, Unipessoal, Ld.ª, com sede na rua dos Coelho, n.º 3, Marinha Pequena, concelho de Marinha Grande, com NIPC 514 376 201, em nome da qual outorga, no exercício de poderes suficientes para o ato de harmonia com Certidão Permanente com código de acesso 5454 - 7177 – 0713, e inscrições em vigor.**

Mais, deliberou o órgão aprovar a minuta do contrato adicional a celebrar que se encontra em anexo e que aqui se dá por integralmente reproduzida.

Consubstanciando as deliberações supra referidas a aprovação de duas minutas de contrato cujos segundos outorgantes, não obstante se tratar da mesma pessoa jurídica, são titulados por diferentes cidadãos, considera-se relevante, para efeitos de esclarecimento, submeter a aprovação da minuta de contrato adicional a celebrar em anexo, e que se dá por integralmente reproduzida, que integra ambas as deliberações camarárias citadas.

**A Câmara Municipal, nos termos do artigo 33.º, n.º 1, alínea ee), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, aprova a minuta de contrato adicional a celebrar em anexo e que se dá por integralmente reproduzida**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

~~~~~

**E nada mais havendo a tratar, a Sr.ª Presidente encerrou a reunião eram 20:30 horas.**

**No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**

**A Presidente da Câmara Municipal,**

**A Secretária da reunião,**